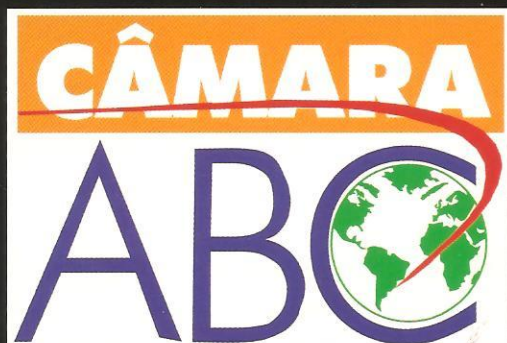
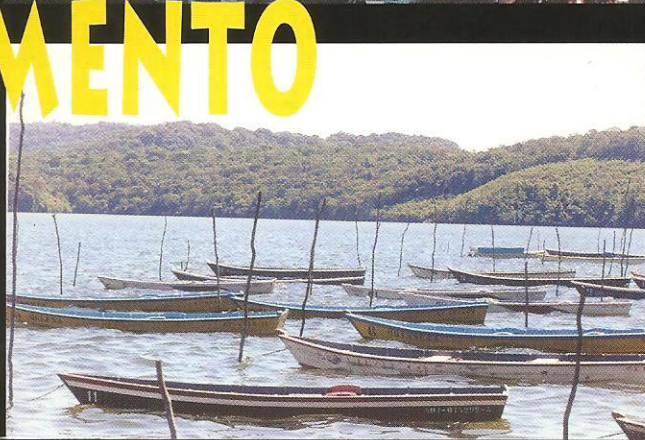
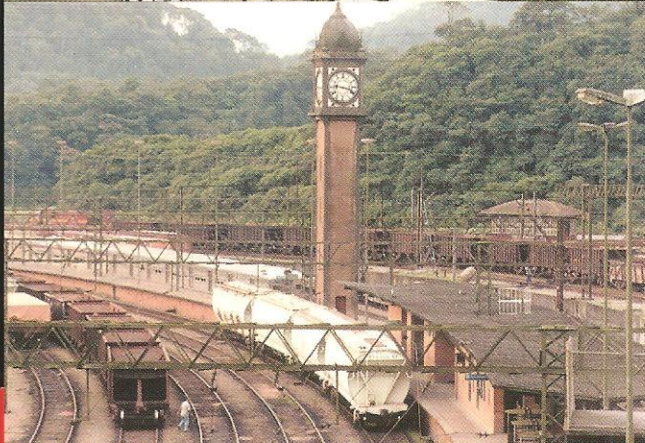


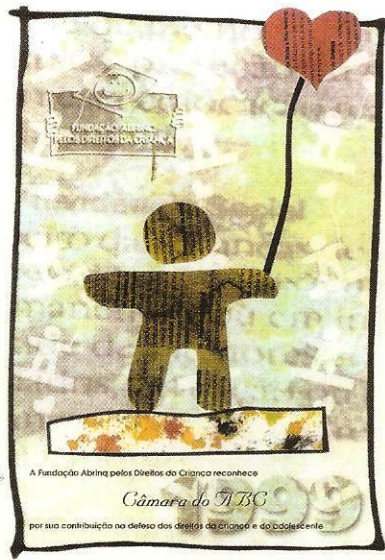


A REGIÃO
encontra soluções

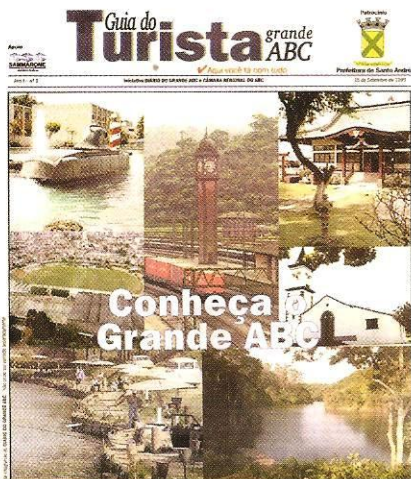
**"PLANEJAMENTO
REGIONAL ESTRATÉGICO"
DOCUMENTO**



Conquistas Concretas



Desde a assinatura dos primeiros acordos da Câmara do Grande ABC, há cerca de 30 meses, algumas realizações merecem destaque. Dentre elas, os 7500 alunos matriculados no MOVA até maio de 1999, que ocupam 406 salas de aulas nos sete municípios. O Projeto Alquimia, que já formou 1505 alunos, tem previsão de formar até o final desse ano mais 2500. As obras do Hospital de Serraria foram retomadas e deverão estar concluídas ainda no primeiro semestre do ano 2000. O Movimento Criança Prioridade 1 recebeu prêmio da Abrinq por suas ações na defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Seis piscinões foram concluídos na primeira etapa das obras de macrodrenagem e já estão em processo de licitação mais sete. Já a construção de quatro trevos na Anchieta e as melhorias na SP 31 (Rodovia Índio Tibirigá) facilitaram em muito o tráfego em toda a Região. A campanha "Grande ABC - Aqui Você Tá Com Tudo", de incentivo ao turismo na Região, vem publicando mensalmente o "Guia do Turista no ABC", o qual é encartado no jornal Diário do Grande ABC.



CÂMARA DO GRANDE ABC
DOCUMENTO PRELIMINAR PARA DISCUSSÃO
UMA BREVE LEITURA DO GRANDE ABC

INTRODUÇÃO:

Este documento elaborado coletivamente, tem por objetivo construir elementos para a (re)formulação do Planejamento Estratégico da Região, em curso desde a criação da Câmara do Grande ABC.

Estruturado em três partes, o documento inicia-se com rápidas pinceladas sobre o passado recente da região. Nesta primeira parte destaca-se a importância de uma política industrial nacional – O Plano de Metas – para o desenvolvimento da região. É apontado ainda o grande paradoxo em relação ao Grande ABC: tendo sido o principal eixo coordenador do crescimento econômico do país, a partir da expansão do setor automotivo, ou seja, tendo historicamente desempenhado papel central, revela-se, no entanto, sobre outros aspectos, como o urbanístico, como periferia.

Isso se constata, tanto no desenvolvimento territorial, cultural e político da região como em relação às elites dominantes. Além disso, é relevante a desestruturação e a pulverização das pequenas e médias empresas em contraposição à emergente grande indústria. Foi marcante também no processo de estruturação do território da Região a histórica desvalorização, tanto dos espaços públicos, quanto dos recursos naturais aqui existentes. É importante lembrar que 56% da área da Região está em zona de proteção de mananciais e que foi ocupada desordenadamente, por falta de alternativas e instrumentos adequados para o assentamento da população de mais baixa renda.

A Segunda parte do documento, sobre as mudanças e desafios esboça as transformações da grande indústria e o crescimento do setor de serviços indagando sobre o futuro produtivo da região. Como se dará a reestruturação econômica? Como absorver e ocupar a mão de obra existente na região?

Finalmente, a terceira parte do documento aponta dois cenários possíveis para a região. O primeiro negativo, reforça a característica de periferia urbana constatada no passado da região que se combina com uma possível decadência econômica. Um segundo cenário, mais positivo, aponta processos, já em curso, de mobilização da sociedade e do poder público na construção de uma região mais competitiva, transformada do ponto de vista industrial, com uma rede estruturada de pequenas e médias indústrias complementar a grande indústria globalizada, com um Pólo Tecnológico e dispondo de alto nível de qualidade de vida.

Como alcançar o cenário mais positivo? Quais as ações possíveis de serem empreendidas coletivamente? Estes são os objetivos da Câmara do Grande ABC tem na realização desse Seminário de Planejamento Estratégico.

1 – O PASSADO RECENTE:

Pode-se dizer que a Região do Grande ABC apresenta uma contradição dentro da Metrópole de São Paulo. Ao mesmo tempo que se constitui no centro mais dinâmico da economia nacional, do ponto de vista territorial é frequentemente vista como uma periferia urbana, sem equivalência de condições com o centro da metrópole.

Embora o Grande ABC expresse claros traços de identidade regional, está muito longe de ser um espaço internamente homogêneo. O que era, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, um só município, tornou-se hoje um conjunto de sete diferentes municípios – Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Trata-se, aliás, de outro traço contraditório, na medida em que os vários desmembramentos – fruto de

movimentos emancipacionistas – ocorreram justamente no período em que o Grande ABC se constituía, de modo progressivo, em uma região no sentido forte (isto é, com laços marcantes em termos econômicos e urbanos). Assim, a identidade regional convive com as várias identidades locais próprias, ancoradas em uma legitimidade social produzida pela sua própria história. Há por isso, um rol de questões cuja abordagem demanda um foco regional, ao lado de outras tantas de típico interesse municipal. Ademais, o Grande ABC, apesar de apresentar importantes desigualdades regionais, não é claramente polarizado por apenas um município isolado.

A Segunda Revolução Industrial no Brasil ocorrida nos anos 50, consubstanciada no Plano de Metas, transformou o ABC como o centro dinâmico da Grande Indústria. Localizada entre a cidade de São Paulo e o Porto de Santos, servida pela estrada de ferro e pela Via Anchieta implantada nos anos 40, a Região do Grande ABC dispunha diferentemente de hoje, além da localização privilegiada, abundância de terra e mão de obra, requisitos necessários na época para o desenvolvimento industrial.

Diferentemente de hoje, qualidade de vida não era requisito locacional para as empresas: O Grande ABC tornou-se um imenso parque industrial, receptor de mão de obra, não só do interior do Estado de São Paulo, mas de outras partes do país. Havia disponibilidade e facilidade na aquisição de terrenos, bairros inteiros foram construídos, para a população trabalhadora com a grande oferta de empregos nas indústrias. Seus recursos naturais, representavam um ônus a ser vencido pelo progresso da cidade industrial, onde a beleza natural e boas condições ambientais não eram valorizadas. As elites e os altos executivos industriais moravam, predominantemente, fora do Grande ABC, onde havia oferta de loteamentos e de residências de alto padrão, período no qual a circulação urbana de grandes distâncias ainda era rápida.

A desvinculação territorial das elites era tradução do desenvolvimento exógeno inerente às indústrias aqui instaladas; isto se refletiu na sua passividade e sua participação limitada no poder local. As decisões mais importantes eram tomadas fora da região, bem como o desenvolvimento de pesquisas e inovações tecnológicas.

A pequena produção pulverizada nunca produziu uma estrutura articulada entre as empresas, sempre estando vinculada às necessidades da grande indústria.

O mercado de consumo potencial vinculado ao alto nível de oferta de emprego manteve-se externalizado por falta de oferta local e traduzida na atrofia do terciário da região, polarizado em São Paulo, centro diversificado de oferta de serviços.

Característica marcante da região é a forte expressão social do movimento sindical. Os anos 70 e 80 tornaram o ABC famoso pelas greves e lutas contra o autoritarismo, na disputa por melhores condições de trabalho.

O dinamismo econômico contraditoriamente se traduziu num espaço de não cidade. Os espaços urbanos das cidades da região são resultado de concentração industrial relativas às 1ª e 2ª revoluções industriais, que somadas produziram municípios despreocupados com sua beleza. Dotados de espaços públicos atrofiados e centros comerciais pequenos; os municípios do Grande ABC reproduziram os mesmos desequilíbrios internos das cidades brasileiras – segregação social advinda das desigualdades sociais crescentes e condições precárias de moradia: cortiços, favelas e loteamentos clandestinos.

A população de mais baixa renda por não ter alternativa habitacional no centro da região onde a demanda industrial elevou os preços fundiários, avançou sobre áreas de proteção de mananciais constituindo-se na base para a expansão desordenada da periferia.

A vida no Grande ABC caracterizou-se por uma atrofia de ambiente intelectual, cultural e político contrastante com a sua expansão econômica.

2 – TENDÊNCIAS DE TRANSFORMAÇÃO: CRISES E DESAFIOS

O que ocorreu na década de 80 e o que se mostra com toda clareza na década de 90 é o esgotamento do modelo nacional desenvolvimentista de substituição de importações. Isso acontece claramente nos anos 80, com um impacto que não poderia deixar de acontecer sobre a estrutura industrial e econômica geral do Grande ABC. A região sempre foi parte central do motor, do desenvolvimento econômico que se “gestou” a partir de meados dos anos 50. Os dois ciclos mais importantes, dos anos 50 e depois do milagre econômico, tiveram repercussão espacial muito importante da região do Grande ABC.

Apesar da crise do modelo, isto não quer dizer que tenha se esgotado o ciclo produtivo do ABC. É possível a convivência entre indústrias tradicionais, com uma rede de pequenas e médias empresas que são base de um desenvolvimento muito dinâmico (a “terceira Itália” é um exemplo típico disso). Não se trata de trabalhar com a teoria do ciclo do produto, nem dizer que a indústria automobilística é uma empresa decadente em função do esgotamento do modelo de substituição de importações. Novas condições criam uma nova situação de competitividade e novos requisitos econômicos, portanto, mudam a situação do Grande ABC em relação a outras regiões do Brasil.

Em primeiro lugar, é muito importante destacar, o acirramento da concorrência empresarial. Esta acarretou uma preocupação muito maior das empresas com os custos e sua redução do que anteriormente, quando a economia era fechada e não havia a preocupação com a concorrência externa, ou mesmo com a interna.

A partir daí aparecem preocupações muito maiores do que as que existiam antes com greves, com o preço da mão-de-obra, com o custo da água, com os custos ligados ao trânsito, logística de uma forma geral, com os custos ligados a enchentes e assim por diante. Isto é um fenômeno novo. Na verdade as enchentes são mais críticas hoje do que antes, os custos hoje incidem com muito mais peso do que incidiam antes na lógica das definições de uma empresa, qualquer que seja ela.

Além disso, são claros os indícios de uma predatória guerra fiscal, envolvendo vários outros municípios e principalmente outros estados, e que estimulou empresas a saírem da Região, onde não havia condições de oferecer incentivos públicos. O Governo do Estado de São Paulo, ao contrário de outros Estados brasileiros e alinhado com a Região, optou claramente também por não entrar na guerra fiscal.

Para as pequenas e médias empresas houve uma exacerbação de dificuldades. A abertura comercial por um lado, e a pressão da grande indústria com custos por outro; o processo de fusões que vem acontecendo nos últimos anos, exercem uma forte pressão sobre as micros, pequenas e médias empresas industriais da Região, ao longo dessa década. Isto reforça a situação de total desarticulação do setor que nunca criou qualquer estrutura que o sustentasse.

Embora viva num momento de crise, o Grande ABC nunca foi priorizado para o acesso de linhas de financiamentos em geral, por ser considerado como uma Região rica, portanto sem necessidade premente de recursos.

Por outro lado, surgem novos requisitos locacionais derivados principalmente da nova onda tecnológica, e de novas relações de trabalho. Particularmente, numa região de altos salários, que só tem condições de reter, a médio e longo prazo, e com muito esforço, a produção de alta qualificação, e não a produção desqualificada. Assim a qualificação e educação da mão-de-obra é uma questão de extrema importância devido às novas relações de trabalho, novas tecnologias, e as suas vinculações com a produtividade.

As questões de logística, isto é, infra-estrutura e equipamentos urbanos de apoio às indústrias, bem como a exigência com qualidade de vida, passam a ter hoje uma outra configuração. A ausência total de uma Política Metropolitana efetiva foi protelando a solução de problemas regionais urgentes. O Consórcio Intermunicipal Grande ABC surge nos anos 90, com o potencial para a superar esses problemas.

A legislação de proteção aos mananciais formulada nos anos 70 de forma centralizada pelo Governo do Estado de São Paulo, hoje se transforma numa perspectiva de construção coletiva com os municípios e a sociedade através dos

esforços do Subcomitê das Bacias Billings-Tamanduateí. A própria qualidade de vida e a qualidade do meio ambiente passam a ser um requisito locacional importante, porque uma parte da alta direção de grandes empresas tende a se transferir para o local onde as mesmas estão instaladas.

Para se formular uma Estratégia de Desenvolvimento para o Grande ABC, deve-se considerar em primeiro lugar as características das transformações da estrutura produtiva da região. Qual a estrutura produtiva industrial e de serviços em que se encontra a Região?

Com relação a grande indústria temos visto que ela se moderniza e se mantém na região, graças entre outras coisas, à mobilização sindical renovada nos últimos anos. Essa modernização se compõe de aumento de produtividade e diminuição da mão-de-obra. Isso ocasionou um desemprego profundo, no setor industrial que não deve ser desconsiderado.

São os dois lados da mesma moeda. Foi possível manter, principalmente nas fases de auge econômico, o nível de produção econômico e o nível de produção industrial, no entanto foram perdidos muitos empregos industriais. Só no ano de 1998 o Seade, através da PED (Pesquisa Emprego Desemprego) apontou a perda de 12 mil postos de trabalho e uma taxa de desemprego superior a da RMSP: 19,7%.

Pode-se dizer que o terciário absorveu parte da produção que antes estava internalizada na indústria, e ainda está aqui na região do Grande ABC. Houve também uma internalização parcial do consumo de serviços aqui na região. A evidência disso são as grandes cadeias que vieram a se instalar aqui. Também hoje, ao contrário de anos anteriores há uma oferta muito maior de serviços e de lazer na Região.

Tanto a indústria automobilística, quanto a química/petroquímica tendem a incorporação de tecnologia consideravelmente capital intensiva poupadora de mão-de-obra. Por outro lado, as indústrias dinâmicas, tiveram repercussão considerável no crescimento do setor terciário na Região do ABC. O processo de crescimento do setor terciário desempenhou um papel complementar ao desenvolvimento da economia regional, fornecendo os serviços necessários à implementação do processo de produção, escoamento e comercialização de seus produtos. Além disso, o setor de serviços também apresenta a capacidade de ampliação de atividades informais absorvedoras de mão-de-obra.

De acordo com dados da pesquisa Socioeconômica realizada pelo IMES para a Região do ABC, o percentual de trabalhadores sem registro da atividade principal, subiu 9,7 pontos percentuais, entre agosto de 1994 e agosto de 1998. Este crescimento deu-se no estrato de trabalhadores classificados como "conta própria/autônomos", representando uma precarização das relações de trabalho um recuo no estágio de desenvolvimento.

Não se pode dizer que o Grande ABC já tenha se transformado numa cidade, mas há um esforço coletivo nesse sentido. Como exemplo, hoje as cidades do Grande ABC têm se tornado mais bonitas do que eram antes.

Existem ainda problemas seríssimos de deterioração, mas comparando-se o que foram as cidades industriais aqui da região com o que são hoje, verifica-se que muitas das municipalidades têm feito um esforço bastante grande no sentido de revitalizar seus centros, requalificar áreas públicas, constatando-se uma mudança qualitativa para melhor. Isto é uma excelente demonstração de que existe potencial para a transformação numa cidade com qualidade de vida muito melhor, como vimos .requisito atual de competitividade mundial.

Como contraponto à valorização da qualidade de vida, à valorização do ambiente, dos espaços públicos urbanos. Deve-se considerar a violência urbana que assola, não só o Grande ABC, como toda a Região Metropolitana de São Paulo. E qualquer espaço que se pretenda cidade digna desse nome precisa dar conta do problema da violência urbana. Este é um problema seríssimo, dentro da discussão das perspectivas globais da Região.

Soma-se a esse conjunto de questões um outro tema, a saber, o aparecimento de uma crise fiscal em seus municípios (ainda que com tonalidades e profundidades

distintas de um caso a outro). Suas razões são múltiplas: desde a crise mundial da economia regional, passando pelo processo desencadeado nos anos 90 de recentralização de receitas pela União e desconcentração de encargos para os municípios, até a existência de desperdícios e da baixa qualidade gerencial dos governos locais (herança nacional da qual a região não é exceção). Tão certo quanto há necessidade de promover transformações no modo de operar nos governos locais, é o fato de que apenas elas estariam longe de criar condições para equacionar uma crise fiscal cujo determinantes são bastante mais amplos.

Se isto fosse tudo, o Grande ABC já teria seu futuro selado. Todavia, os traços acima representam apenas parte da realidade recente. Mesmo que não signifique ainda uma alteração de fundo no quadro esboçado (de persistência de uma condição periférica), inúmeros são os sinais de que a região possui potencial para revertê-lo, de modo a se tornar uma verdadeira cidade.

3 – PARA ONDE VAI O GRANDE ABC

Existem dois cenários possíveis pela frente. Um cenário negativo seria o Grande ABC transformar-se numa periferia urbana e econômica. Não está descartada a hipótese de o Grande ABC sofrer um processo mais agudo de desindustrialização, de não conseguir se urbanizar de maneira adequada e sofrer um processo de decadência e se tornar realmente uma periferia dessa grande região metropolitana, não apenas do ponto de vista urbano, o que sempre foi, mas também agora do ponto de vista econômico. Embora existam eixos como a Via Anchieta e a Av. dos Estados, estas são ligações ainda relativamente precárias mantendo uma desarticulação física com o Capital. Não existem ligações de transporte público adequadas. Existe a perspectiva da transformação numa região de shoppings-centers, grandes centros comerciais fechados em si mesmo, sem vida urbana, um eventual aprofundamento das desigualdades urbanas e regionais, ou a continuidade da expansão da área de proteção aos mananciais ocupada de maneira totalmente desordenada, ou ainda uma tendência a uma preservação absoluta da área de proteção aos mananciais sem valorizar o seu potencial econômico. Este cenário negativo não interessa para o região do Grande ABC. Deve-se evitar que o Grande ABC se torne uma periferia tanto do ponto de vista urbano como econômico.

O outro cenário possível, e desejável consiste na reconversão econômica e urbana da região. Existem condições que não dependem diretamente do nosso controle, porque são condições externas. Porém existem condições internas absolutamente cruciais, levando em consideração o novo perfil da indústria, que podem ser construídas socialmente. Novos requisitos locacionais, expansão possível do terciário, necessidade de construir uma cidade ABC muito mais agradável do que ela tem sido até agora, depende não só do Poder Público, mas também de uma sinergia social já existente na Região.

Isto pode ser obtido através de um aprofundamento de um processo de governança* regional, ou seja, o trabalho que a Câmara do Grande ABC e outras instituições regionais têm buscado fazer. Isso parece ser uma condição absolutamente indispensável para se romper com a passividade histórica no processo de desenvolvimento anterior, aproveitando as melhores oportunidades colocadas para o futuro. Um esforço coletivo, no sentido de chegar a esse cenário mais desejável, de tornar o Grande ABC não apenas num centro econômico dinâmico renovado sob as novas condições tecnológicas e relações de trabalho, e as novas condições colocadas na Região Metropolitana da Grande São Paulo, mas também como um centro urbano

* Governança - Tradução de conceito inglês. Governance - forma de regulação intermediária entre a materialidade da aglomeração urbana e o governo, a legislação e a ação do Estado. Para Alain Lipietz (revista Espaço Debates nº 38), Governança é a sociedade civil menos o mercado, mais a sociedade política local, os notáveis, as municipalidades.

que possa fazer parte de São Paulo como uma metrópole mundial voltada ao terciário moderno.

A Região do Grande ABC tem a oportunidade de ficar com uma parte do desenvolvimento Paulista sem concorrer com a Capital, mas numa divisão de tarefas transformar esta região numa cidade, não mais numa periferia, num centro, e num centro produtor de serviços e de serviços de terciário avançado, tanto os ligados ao setor produtivo como os ligados, por exemplo, ao turismo, ao lazer, entretenimento, etc., cultura, sem dúvida nenhuma, como pólo cultural.

As condições existem, porém há muito trabalho a ser feito. Esse é o grande desafio que teremos pela frente .

FICHA TÉCNICA

GT Documento:

Armando Barros de Castro, Celso Daniel, Cláudio Scalli, Fernando Longo, Fernando Ortiz, Jorge Fonte Hereda, José Miguel Tartucci, Josiene Francisco da Silva, Maria do Carmo Romeiro (Imes), Nadia Somekh, Maria Regina Gonaçalves, Nelson Tadeu P. Pereira, Paulo Antônio (Conselho de Economia)



Planejamento Regional Estratégico

Documento Aprovado em 02/08/99 - 6ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo

Capítulo I

GRANDE ABC: CENÁRIO FUTURO

1 - INTRODUÇÃO

Uma perspectiva de futuro para o Grande ABC deve oferecer respostas criativas e em paralelo ao duplo desafio que se põe às gerações presentes. Essa deve buscar de um lado, o surgimento de novas tendências de desenvolvimento, consistentes, que requalifiquem e potencializem o ambiente econômico regional, na indústria e na expansão do setor de serviços e comércio de alto valor agregado. De outro, com importância equivalente, criar as condições para o aperfeiçoamento e renovação contínua do parque industrial já existente.

Um cenário desejado para os próximos dez anos, portanto, vislumbra a região como o grande centro do terciário avançado do Brasil, mas sem abandonar - ao contrário, otimizando-a - a vocação industrial que faz parte de sua história e foi a razão de seu desenvolvimento passado.

Essa travessia exige ousadia e pede novos paradigmas em matéria de desenvolvimento urbano e planejamento - aí entendidos como um conjunto de ações capazes de produzir a infra-estrutura necessária à expansão dos setores econômicos avançados e, especialmente, as medidas sociais e políticas orientadas no sentido de promover e assegurar a equidade social e a sustentação ambiental para todo o Grande ABC e em todos os estratos da população, além disso, a busca da qualidade sócio-ambiental tem que ser vista como meta para atrair novos investimentos econômicos.

Vale dizer: o desenvolvimento econômico sustentado - dinâmico mas não excludente, inovador porém compatível com o respeito ao meio ambiente - é o foco central da estratégia que tem por objetivo descaracterizar a região como mera periferia da metrópole e, em vez disso, torná-la referência nacional em termos de desenvolvimento humano nos grandes centros urbanos.

Tal estratégia, para ter viabilidade, deverá criar as bases de um pólo universitário de primeira linha capaz de produzir no Grande ABC núcleos de excelência, tanto na reflexão acadêmica quanto na pesquisa tecnológica, em áreas fundamentais ao sucesso do projeto de desenvolvimento econômico, social e ambiental pretendido.

Há consenso também de que o Grande ABC pode e deve tornar-se referência no campo da produção, difusão e desenvolvimento da cultura e do esporte, de tal modo que essas atividades não apenas contribuam para uma nova imagem da região mas tenham valor econômico em si mesmas, sendo consideradas cadeias produtivas completas voltadas ao turismo, lazer e entretenimento.

O alcance desses objetivos pressupõe um novo relacionamento político entre a região e os centros de poder nacional. Requer, nas instâncias nacionais de decisão, o entendimento do projeto regional como sendo decisivo para o próprio futuro do país. Exige, portanto, lideranças e instituições políticas em condições de dar suporte a tal projeto.

No plano da política regional, ter-se-á de caminhar para a madura identificação dos papéis e das vocações preferenciais de cada um dos municípios que compõem o Grande ABC, numa perspectiva de fixar o conceito de "rede de cidades" e dele extrair o máximo de sinergia. O propósito dessa nova política é inibir a competição predatória intra-regional e substituí-la por uma estratégia de complementariedade das respectivas realidades econômicas municipais, em benefício de todo o conjunto.

Finalmente, está claro que um cenário de desenvolvimento sustentado urbano inovador só se realizará a partir da valorização e do intenso engajamento da população local na busca daqueles objetivos.

Essa participação necessariamente se fará pelo reforço dos laços de solidariedade interpessoal no interior da sociedade regional, pelo fortalecimento das organizações da sociedade civil, pela consolidação da cultura democrática e pela elevação da auto-estima da população em geral. Esse processo deve propiciar o florescimento no Grande ABC de uma "comunidade cívica" apoiada num conjunto de valores fortemente identificados com a história e o redescobrimento da região e com sua prosperidade futura.

2 - ECONOMIA

a - Terciário

O estímulo à criação de pólos de prestação de serviços tem por meta caracterizar o Grande ABC como centro do terciário avançado no Brasil e como um dos eixos de vanguarda da metrópole mundial, ou "cidade global", que é a Grande São Paulo. Esse objetivo deve se atingido buscando-se o máximo equilíbrio entre os grandes investimentos no setor e a base de comércio e serviços já existente.

Tal equilíbrio se fará preferencialmente com a definição de distritos de desenvolvimento comercial, os quais, à maneira dos distritos industriais, (Marshalliano) permitirão fortalecer os vários núcleos do comércio local e de rua, estimulando a geração de emprego nesse segmento e o florescimento dos centros urbanos das cidades.

O Grande ABC deve dispor uma rede de distribuição de bens e serviços capaz de dar conta das exigências de consumo de sua população em qualquer nível, a ponto de, no limite, dispensar a necessidade de compras em locais externos à região

O cenário futuro deve contemplar:

- Dinamização do comércio de rua nas áreas centrais das cidades da região, em paralelo com uma política de zoneamento. O plano diretor do terciário do Grande ABC terá por base a capacitação e o aumento da competitividade do pequeno e médio comerciante ou prestador de serviço, dando-lhes condições de concorrer com o grande empreendedor de tais setores.
- Estímulo ao turismo regional em geral, inclusive com a recuperação de áreas ambientalmente degradadas, com suporte e a infra-estrutura compatíveis (hotéis, restaurantes, marinas, trilhas, praças esportivas, centros de condicionamento físico, centros culturais etc). Essa política deve destacar tanto o turismo empresarial quanto o da exploração não predatória do patrimônio ecológico e histórico disponível na região, bem como o desenvolvimento do turismo cultural e esportivo.
- Criação de núcleos de apoio e desenvolvimento da produção (marketing, design, informática, métodos de gestão, etc) e de pesquisa para o terciário local. Esses núcleos deverão estar vinculados à estrutura universitária local - pública e privada - e às entidades representativas dos setores econômicos.

- Desenvolvimento dos serviços de lazer e entretenimento de porte metropolitano, associados as atividades culturais e esportivas regulares, utilizando adequadamente as áreas de manancial.

b - Indústria

A base da estratégia industrial é a renovação e o aperfeiçoamento do patrimônio já existente. O raciocínio parte da constatação de que um cenário otimista para o Grande ABC, moderno, cosmopolita e polivocacionado, só se viabilizará com a manutenção e modernização constante do parque industrial que tem sido o motor da geração de riqueza e de empregos na região.

Tal estratégia terá de levar em conta o perfil industrial atual e possível dos municípios do Grande ABC, buscando sinergias e a complementariedade das cadeias produtivas a partir de vocações pré-existentes e/ou novas vocações mutuamente pactuadas entre as autoridades políticas e os agentes econômicos de cada uma das cidades da região.

Ao mesmo tempo, o Grande ABC deve estimular o surgimento de novas tendências industriais, por exemplo, aquelas associadas à eletrônica embarcada, microeletrônica, produção de equipamentos de preservação ambiental e outras que devem utilizar diferentes fontes de energia. Deve também apoiar a criação de núcleos de empreendedores voltados ao beneficiamento de bens recicláveis, como moldes e embalagens.

São prioridades:

- Manter as atuais indústrias automobilísticas instaladas na região, modernizando-as e capacitando-as a produzir novos produtos de alta tecnologia; e fortalecer os laços de parceria entre esse segmento e os fornecedores da região (autopeças, plásticos, componentes eletrônicos, setor metalúrgico em geral etc).
- Estimular ações especificamente destinadas a recompor o parque industrial de autopeças da região, invertendo a tendência à fuga do Grande ABC característica dos últimos anos.
- Apoio à criação de incubadoras de empresas de base tecnológica, com vistas ao fortalecimento da pequena e média indústria local.
- Estímulo à criação de cooperativas de indústrias.
- Fortalecimento da relação capital-trabalho, buscando-se acordos capazes de compatibilizar a evolução dos níveis salariais e de emprego com o aumento da produtividade.
- Modernizar e aumentar a produção do Pólo Petroquímico de Capuava, como condição de manutenção de sua competitividade e para capacitá-lo a ser mais agressivo no âmbito do Mercosul.
- Estimular o desenvolvimento do Pólo do Sertãozinho.
- Apoiar prioritariamente nos primeiros anos, o desenvolvimento dos setores de plástico, moveleiro, de manufatura mecânica e de química, com o fortalecimento e modernização das empresas do Grande ABC que as compõem, através da viabilização de crédito, centros de apoio e difusão tecnológica e qualificação profissional.
- Fortalecimento da pequena indústria, a partir de estratégias setoriais, que estimulem a modernização tecnológica e incremento as relações de cooperação entre as empresas participantes, produzindo sinergias e acordos de cooperação entre setores público e privado, com vistas a torná-las mais competitivas nos mercados nacional e externo.
- Aumentar a disponibilidade de energia elétrica para a região, e estimular a utilização de outras fontes de energia, dentro de uma política integrada que internalize a questão ambiental.
- Produzir e estimular a reutilização de água para fins industriais a preços competitivos, dentro do manejo ambientalmente adequado dos recursos naturais.
- Deve-se ressaltar ainda, que as prioridades acima elencadas nos itens Terciário e Industrial deverão caminhar em conjunto com ações e políticas paralelas que visem ao enfretamento do desemprego, o qual é hoje um dos principais problemas a serem solucionados na Região.

Assim, não obstante o resultado do desenvolvimento econômico sustentado seja a criação de oportunidades de postos de trabalho, e problema do desemprego/emprego vivenciado na Região será tratado como objetivo estratégico para a retomada do processo de desenvolvimento econômico e social.

3 - PLANEJAMENTO URBANO E AMBIENTAL

A transição de uma região centrada na indústria de corte fordista para um centro urbano de dupla vocação econômica - indústria moderna e terciário avançado - impõe o desenvolvimento de um plano urbanístico capaz de abrigar o novo cenário sem os inconvenientes do modelo anterior.

Cabe, neste momento, qualificar e ampliar o conceito de planejamento urbano com que se trabalha. Para os objetivos do cenário futuro do Grande ABC, ele deve ser entendido não mais apenas como a série de projetos de infra-estrutura (viária, de saneamento, etc) de um município ou região, mas como todo o conjunto de programas, ações e decisões políticas que visem o desenvolvimento integral de um ambiente urbano e a melhoria contínua da qualidade de vida de sua população, numa perspectiva de longo prazo, que considere a conservação e recuperação ambiental.

Isto significa pôr o planejamento urbano e ambiental no centro da estratégia de desenvolvimento sustentado do Grande ABC, ou de qualquer outra região com desafios semelhantes - de tal modo que, a rigor, os dois termos possam ser considerados equivalentes.

Entenda-se por planejamento urbano, nessa acepção, todo o elenco de medidas cuja resultante implique a elevação dos padrões de desenvolvimento humano de uma região, incorporando numa mesma diretriz as dimensões econômica, sócio-ambiental, cultural e política. Vale dizer, todas as ações que façam da Cidade o espaço por excelência da prosperidade, da inovação, do bem-estar social e do manejo adequado dos recursos naturais.

No caso da região, isso equivale a criar um ambiente positivo que associe as condições de desenvolvimento econômico à melhoria contínua da qualidade de vida em geral, ao estancamento - e reversão - da degradação de seu acervo ambiental e cultural e a eliminação do déficit habitacional, fonte de alguns de seus mais graves problemas sociais.

E que, em paralelo, permita diminuir as disparidades de desenvolvimento econômico e social do Grande ABC e caminhe rumo à caracterização da Grande São Paulo como um espaço policêntrico e sede de uma nova cultura vivencial.

O Grande ABC, nesse cenário, deve assumir o desafio de constituir uma "nova centralidade" no âmbito da região metropolitana do futuro e de produzir os recursos humanos, culturais, econômicos e políticos que apoiem tal projeto.

Para atingir tal objetivo, deverá ter condições de produzir conhecimento inovador, dentro e fora da universidade, nas áreas prioritárias para a transformação almejada. Assim, a criação de núcleos de excelência em pesquisa de novas tecnologias de saneamento ambiental, em arquitetura, em urbanismo e planejamento de regiões metropolitanas mostra-se vital ao sucesso de todo o projeto.

Os eixos viários com maior potencial de atuação infra-estrutural para o desenvolvimento urbano do Grande ABC são, prioritariamente, a avenida dos Estados (São Caetano, Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra) e o Sistema Anchieta/Imigrantes (São Bernardo e Diadema), com apoio de vias principais do sistema de interesse metropolitano na região Sudeste, tais como o Corredor ABD, a ligação Anchieta/Imigrantes (Batistini), a ligação Estados/Anchieta (via João XXIII), a rodovia "Índio Tibiriçá" (SP 31) e o eixo Guido Alibert/Lauro Gomes.

O planejamento deve levar em conta toda a região, de tal modo que os planos urbanos como: viários; diretores; drenagens; saneamentos, ambientais municipais, dentre outros, a exemplo do Plano de Bacias, se integrem ao programa estratégico regional. As condições de viabilidade desse novo espaço urbano são:

a - Transportes e Comunicações

- Região integrada ao Rodoanel do governo do Estado e ao porto de Santos.
- Integração interna e entre o Grande ABC e São Paulo com sistemas modernos e de alta capacidade, caso dos trens e do metrô, e sistemas de média capacidade como os corredores exclusivos de ônibus e o metrô de superfície nos principais corredores de trânsito da região.
- Trens de alta qualidade ao longo do eixo estratégico da avenida dos Estados, até o município de Rio Grande da Serra (linha Santos-Judaiá).
- Terminal logístico de transporte ferroviário de carga integrado ao porto de Santos, fora dos núcleos urbanos.
- Política específica para regular o transporte de carga na malha viária da região.
- Gerenciamento regional do trânsito, com criação de mecanismos capazes de compatibilizar os planos viários municipais com o plano regional e metropolitano, com o objetivo de eliminar os focos de congestionamento e os pontos de estrangulamento no fluxo de veículos.
- Telecomunicações eficientes e vinculadas às novas tecnologias.
- Integração tarifária.
- Garantir que no processo de planejamento regional de transporte seja evitado a indução de ocupações de áreas ou atividades impróprias.

b - Pesquisa e tecnologia

- Caracterização da região como pólo tecnológico de alto nível, em colaboração com as indústrias de ponta atuais e futuras.
- Qualificação contínua dos atuais núcleos universitários, privados e públicos, com estímulo à pesquisa e produção de conhecimento com destaque às vocações regionais.
- Implantação de parque tecnológico, inclusive, na região de mananciais.
- Integração universidade-empresa, por meio de programas específicos e contínuos.
- Convênios com institutos de pesquisa externos ao Grande ABC para projetos de interesse regional
- Programas de apoio e difusão tecnológica para as pequenas e médias empresas

c - Educação

- Uma política educacional que garanta a formação geral e que acompanhe as mudanças culturais e tecnológicas em curso e contemple as exigências de maior qualificação dos profissionais que disputarão o mercado de trabalho no novo cenário econômico.
- Integração entre o sistema educacional público e privado de terceiro grau com o propósito de produzir uma visão sistêmica sobre as necessidades e os desafios da educação no Grande ABC.
- Criação da Universidade Pública do Grande ABC, com capacidade de auto-sustentação.
- Garantia de Educação básica com qualidade: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, estes últimos, na forma regular, ou por supletivo.
- Reforço do ensino de idiomas na região.
- Reforço do ensino técnico da região.
- Qualificação da mão de obra regional tendo em vista as vocações regionais.
- Erradicação do analfabetismo.
- Ampliação dos programas de integração entre as empresas e as escolas.
- Estímulo à educação associada às práticas esportivas.

d - Meio ambiente e serviços urbanos

- Identificação de alternativas de desenvolvimento e manejo sustentável nas áreas de proteção aos mananciais compatíveis com a conservação ambiental, estimulando-se o aproveitamento de tais áreas por: empresas de tecnologia não poluidora, atividades esportivas, campus universitários, ecoturismo, condomínios de alto padrão, etc, santuários ecológicos, parques.
- Implementar uma política de Educação Ambiental como instrumento fundamental de gestão ambiental.
- Solução integrada, regional e definitiva e implantação da sua gestão para tratamento e disposição final de resíduos sólidos industrial, residencial, da construção civil e hospitalar no Grande ABC.
- Programa de tratamento e/ou destinação dos efluentes das empresas, com fiscalização rigorosa das transgressões.
- Programas intensivos e generalizados de coleta seletiva de lixo, reutilização e reciclagem, com participação do poder público e da sociedade, estimulando a criação de bolsa de resíduo.
- Controle e fiscalização integrada das ocupações de áreas de manancial, com a participação da sociedade civil no processo de monitoramento.
- Programa seletivo de relocação de habitações irregulares das áreas de manancial; urbanização dos núcleos já adensados.
- Dinamizar os programas de recuperação da qualidade da água e despoluição dos cursos d'água e da represa Billings, bem como programas de renaturalização dos rios e córregos.
- Investimento em arborização das cidades da região e estímulo à criação de áreas verdes e unidades de conservação.
- Medidas de combate às enchentes integradas ao plano urbanístico de criação de áreas de lazer e áreas verdes (parques, praças, bosques) como novas formas de aproveitamento das várzeas dos rios problemáticos.
- Investimento em saneamento básico e serviços urbanos garantindo, dentre outras coisas, a universalização de abastecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto compatíveis com a conservação do ambiente.
- Criação de instrumentos econômicos e mecanismos de compensação para a gestão ambiental.
- Programas estruturais para melhoria da qualidade do ar.

e - Habitação

- Desenvolvimento de uma política que tenha por objetivo eliminar o déficit habitacional na região, com integração dos programas municipais, estaduais e federais e criação de mecanismos de financiamento de novas moradias, bancos de fomento habitacional, etc.
- Transformação das favelas em núcleos habitacionais dignos e com qualidade de vida, objetivando a inclusão social dos moradores.

f - Segurança e Saúde

- Programa regional de segurança pública capaz de integrar as ações policiais nos níveis municipal, estadual e federal com ações de caráter social e comunitário, tendo por meta reduzir drasticamente os níveis de violência e criminalidade.
- Universalização do atendimento à saúde, com rede hospitalar e ambulatorial adequada e especialidades integradas.
- Ações em conjunto entre comunidade e poder público destinadas a tornar as cidades mais bonitas e os espaços públicos mais atraentes e agradáveis ao convívio urbano.

g - Cultura, lazer e patrimônio

- Criação e consolidação de um festival anual de cultura do Grande ABC, com impacto nacional e internacional, abrangendo toda a região e desdobrando-se em atividades pedagógicas e eventos.
- Política de preservação e recuperação total do patrimônio cultural e histórico local.
- Estímulo à produção cultural própria e florescimento da qualidade artística de expressão local.
- Excelência da região em modalidades esportivas, tanto amadoras quanto dos esportes de competição.

- Incentivo à formação de esportistas entre os estudantes, com suporte de empresas e do poder público.
- Ações e programas voltados especificamente para a terceira idade.

4 - AÇÕES POLÍTICAS E INSTITUCIONAIS

A transformação do Grande ABC num pólo dinâmico de desenvolvimento econômico sustendo e urbano avançado pressupõe uma série de ações de caráter político-institucionais. Exigem, a rigor, um novo cenário, pautado por novos paradigmas de ação e representação política no plano regional e nacional.

Exigem, também, uma nova arquitetura financeira e tributária para os municípios como condição necessária à viabilização de seus projetos de desenvolvimento e à recuperação de sua capacidade de investimento, baseada numa estrutura capaz de garantir compensações.

Sem tal arquitetura, regiões como o Grande ABC estarão fadadas a ver seus sonhos se frustrar e a caminhar inevitavelmente para a decadência, o que tornar vital a busca de novas fórmulas de financiamento do desenvolvimento regional.

Essas novas fórmulas terão, também, de ser capazes de conciliar as necessidades locais de financiamento com as macropolíticas de investimento, o que exigirá mecanismos com a participação de todas as instâncias envolvidas, vale dizer, municipais, estaduais, regionais, federais e, inclusive, internacionais.

Trata-se de uma preliminar para os poderes públicos e a própria sociedade poderem enfrentar o drama de milhões de brasileiros que hoje vivem precariamente nas grandes metrópoles e expõe-se todos os dias ao caos e à insegurança dos principais centros urbanos.

A urgência dessa nova arquitetura tributária parte do princípio de que a questão urbana e a questão metropolitana tendem a estar entre os temas centrais da política nacional na próxima década.

O Grande ABC está na vanguarda nacional desse debate e já criou uma parte das instituições e dos consensos necessários ao enfrentamento desse imenso desafio. Mas para que a vontade dos agentes políticos, econômicos e sociais resulte em ações práticas e concretas para a maioria da população é urgente dar prioridade a um conjunto de ações, a saber:

a - Projeto nacional

Cabe ao Grande ABC elevar seu projeto urbano e econômico regional à condição de projeto nacional, e sensibilizar os centros do poder nacional - Congresso, Presidência da República - da importância desse enfoque para todo o país. A tarefa de sua liderança política é resgatar para o Grande ABC o papel de vanguarda na vida nacional que a região assumiu em várias etapas de sua história.

b - Governança regional

A reconversão econômica e social de uma das regiões mais importantes do país impõe a criação de uma instância de gestão regional, acima do município e abaixo do Estado, para implementar o plano de desenvolvimento urbano, ambiental e econômico do Grande ABC.

Trata-se de consolidar no plano legal e formal, mas também na cultura política predominante, o conceito de "governança", isto é, a articulação entre municípios, estado, governo federal e sociedade civil (empresas, trabalhadores e entidades representativas em geral) com vistas a viabilizar aquela transição e criar a "nova centralidade" metropolitana.

A gestão regional não exclui nem se substitui ao município, muito menos exige a criação de um novo ente federativo entre o estado e o município. Ao contrário, ela age no sentido de fortalecer as identidades locais e municipais e de conferir-lhe melhores condições para atingir suas obrigações precípuas.

Cabe ressaltar também que a gestão regional não deslocará o papel central do município no desenvolvimento regional. Continuará sendo de responsabilidade individual do município uma parte importante, senão a maior parte, dos projetos de desenvolvimento apresentados aqui, mesmo aqueles de impacto regional.

O objetivo da gestão regional, portanto, será coordenar ações de estímulo ao investimento na região, atração de novos projetos, desenvolvimento de um marketing regional associado aos valores de dinamismo, modernidade e qualidade de vida. Essa iniciativa requer:

- Alterações legais destinadas a formalizar a instância de gestão regional, conferindo-lhe direitos e deveres e incluindo a definição do padrão de financiamento adequado à implementação de seus projetos.
- Novas regras de financiamento dos setores público e privado.
- Reforma tributária que fortaleça os municípios, as regiões e as administrações públicas municipais.
- Entendimento de que a carga tributária é inversamente proporcional aos níveis de pobreza (cf. Adam Przeworski).
- Competência legal e política da instância de gestão regional de captar e alocar recursos nacionais e internacionais para atingir seus objetivos.
- Novo conceito de gestão pública e novo arcabouço legal que conduza à modernização da administração pública em todos os níveis, centrada no uso eficiente dos recursos e no atendimento às demandas dos cidadãos.
- Mecanismos de compensação financeira para municípios cujo desenvolvimento seja estrangulado por áreas de manancial, produção de água potável, patrimônio cultural expressivo etc.

c - Reforma política

Esse cenário requer ainda uma reforma política que incorpore em novas bases as câmaras municipais ao debate regional, que elimine os vícios do clientelismo e do nepotismo, que impeça as situações políticas tendentes a estabelecer continuamente uma relação de chantagem entre o executivo e o legislativo, no curso da gestão pública, que impeça a apropriação privada do espaço e dos recursos públicos. E que estimule a democratização, no plano local, das formas de representação política, bem como a inserção de novos atores sociais no processo político.

5 - COMUNIDADE CIDADÃ

O conceito de comunidade cívica pede uma nova visão das relações entre a esfera pública e a esfera privada. Significa, por parte da sociedade civil e dos cidadãos comuns, uma nova abordagem do binômio direitos/deveres no ambiente urbano em que vivem - e, a rigor, em todos os planos da sociabilidade.

Os estudos clássicos de Tocqueville e os recentes de Robert Putnam estabelecem o vínculo essencial entre uma comunidade imantada por fortes valores de solidariedade e consciência social e o desenvolvimento econômico e cultural de seu espaço urbano.

No caso do Grande ABC, isto requer a ultrapassagem, nas organizações da sociedade civil, da visão particularista, do corporativismo e das atitudes meramente defensivas e pessimistas, que devem ser substituídas por atitudes pró-ativas, voltadas ao respeito ao espaço público, à qualidade da vida urbana, à auto-estima e às identidades locais.

Requer a oxigenação da própria representação política, pelo desestímulo às demandas de caráter clientelista e pelo estímulo à busca de soluções consensuais para problemas comuns, tanto no nível municipal quanto regional.

E impõe, por fim, fortalecer as próprias entidades civis, proporcionando efetiva capacitação, condições de participação e ampliação de sua base de representação e pela disseminação de suas áreas de atuação.

Sem perder sua autonomia e seu indispensável papel crítico em relação às instituições públicas, a comunidade cívica é um dos pilares do Grande ABC do futuro. Pelo fortalecimento dos valores cívicos será possível estimular a participação popular nos projetos de interesse comum, em colaboração com os poderes públicos, e conscientizar as empresas e os empresários de seu papel social na constituição de um novo ambiente urbano, onde a qualidade de vida possa beneficiar tanto a produção quanto a cidadania.

O Grande ABC do futuro exige, não apenas, um novo ambiente e uma nova estrutura produtiva, mas uma nova sociabilidade. Esta tarefa, porém, caberá fundamentalmente à própria sociedade civil realizá-la.

CAPÍTULO II

EIXOS ESTRUTURANTES PARA O CENÁRIO DESEJADO

Entendam-se como "eixos estruturantes" (EE) os agrupamentos temáticos de programas e ações utilizados no processo do planejamento regional estratégico, sem cuja realização ficaria comprometido o cenário desejado para o futuro do Grande ABC nos próximos dez anos.

EE1 - EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA

- ☞ Garantia de educação básica de qualidade (infantil, fundamental e média), regular e supletivo.
- ☞ Estruturação dos ensinos profissionalizante e superior.
- ☞ Formação de núcleo de excelência educacional, universitária e tecnológica.
- ☞ Caracterização do Grande ABC como pólo tecnológico, abrangendo pesquisa e desenvolvimento, apoio e difusão tecnológica, incubadora de empresas de base tecnológica e parques tecnológicos.
- ☞ Campanha de Educação básica de qualidade para P.P.D (Infantil, Fundamental e média)
- ☞ Intensificação de medidas destinadas à formação do P.P.D que não tiveram a oportunidade de frequentar o ensino básico.

EE2 - SUSTENTABILIDADE DAS ÁREAS DE MANANCIAIS

- ☞ Política de conservação e recuperação do patrimônio ecológico regional.
- ☞ Estabelecimento e regulamentação de alternativas econômicas para o desenvolvimento sustentável em áreas de mananciais.
- ☞ Formulação de legislações estadual e municipais adequadas à sustentabilidade.
- ☞ Plano regional de desenvolvimento integrado nas áreas de mananciais, definindo áreas de manejo para: lazer, parques, bosques e formas de aproveitamento das várzeas dos cursos e espelhos d'água.

-  Inclusão, no processo de planejamento, de estudos sobre acessibilidade, infra-estrutura, fiscalização integrada e controle das áreas de mananciais.
-  Marketing direcionado para as áreas ambientais.
-  Criação de instrumentos econômicos para gestão ambiental.
-  Estabelecimento de política de compensação ambiental.
-  Apoio às instituições não-governamentais que atuem de maneira qualificada nas APRM.
-  Programa para fomento e utilização de "tecnologias limpas".
-  Integração ao Plano de Bacias o PDPA e Leis Específicas da Bacia.

EE3 - ACESSIBILIDADE E INFRA-ESTRUTURA

-  Regionalização do planejamento e das operações do tráfego (circulação e transportes, de passageiros e mercadorias), integrando planos viários municipais ao contexto regional e metropolitano.
-  Política abrangente e sólida para o transporte e o armazenamento de carga na Região.
-  Transporte de passageiros de qualidade e integrado, através de metrô e trens, ligando o Grande ABC a outros centros da Região Metropolitana.
-  Integração do sistema viário regional ao rodoanel, voltada às necessidades locais de circulação e transportes.
-  Medidas eficientes para o combate a enchentes.
-  Eficiência nas telecomunicações, no mais elevado nível do estado internacional da arte do setor, compatível com tecnologias inovadas.
-  Medidas para aumento da disponibilidade de energia elétrica, e outras fontes de energia.
-  Produzir e estimular a reutilização de água para fins industriais, a preço competitivo, dentro do manejo ambientalmente adequado dos recursos naturais.
-  Adoção de uma política de saneamento básico que garanta a universalização do abastecimento de água, a coleta, afastamento dos esgotos domésticos e industriais

EE4 - DIVERSIFICAÇÃO E FORTALECIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

-  Geração de pequenas empresas de base tecnológica.
-  Expansão e aumento de competitividade da indústria petroquímica.
-  Aumento de competitividade do setor automotivo.
-  Criação de distritos industriais e de serviços, envolvendo:
 - Fortalecimento da pequena indústria, a partir de estratégias setoriais (moveleiro, plástico, manufatura mecânica, química, etc.);
 - Viabilização do acesso das pequenas empresas a recursos com baixa taxa de juros;
 - Criação de núcleos de apoio e desenvolvimento da produção ("marketing", "design", informática, métodos de gestão, etc.), vinculados à estrutura universitária regional, pública e privada, e às entidades representativas dos setores econômicos.
-  Estímulo ao turismo regional, com exploração não predatória do patrimônio ecológico, cultural e histórico, com suporte e infra-estrutura compatíveis e com destaque ao turismo ecológico, empresarial, cultural e esportivo.
-  Plano Diretor para o setor terciário, abrangendo pesquisa, capacitação e aumento da competitividade de pequenos e médios comerciantes e prestadores de serviço.
-  Fortalecimento do comércio de rua, tornando-o competitivo relativamente aos grandes centros comerciais ("shopping centers").

-  Formalização de acordos para compatibilizar a evolução dos níveis salariais e de emprego com o aumento de produtividade.

EE5 - AMBIENTE URBANO DE QUALIDADE

-  Criação de novas centralidades e vinculação a outras da polinucleação metropolitana.
-  Renovação urbana através de projetos de dimensões diversas para espaços arquitetônicos e paisagísticos de qualidade, garantindo acessibilidade a todos ao espaço público.
-  Apropriação pública dos espaços comunitários planejados, com segurança
-  Implementação efetiva dos programas de saneamento das bacias hidrográficas, das emissões aéreas e dos resíduos sólidos.
-  Política de conservação e recuperação total do patrimônio cultural e histórico.

EE6 - IDENTIDADE REGIONAL E ESTRUTURAS INSTITUCIONAIS

- ⓪ Construção e consolidação de identidade e comunidade cívica regional.
- ⓪ Aperfeiçoamento das bases político-institucionais da Região.
- ⓪ Modernização administrativa nos municípios.
- ⓪ Redefinição das estruturas tributárias municipais, incluindo a reforma tributária, com vistas a capacitação para investimentos e tomadas de empréstimos.
- ⓪ Modernização e democratização das câmaras de vereadores.
- ⓪ Fortalecimento das estruturas institucionais regionais.
- ⓪ Viabilização de crédito para pequenas e médias empresas.
- ⓪ Perspectivas para parcerias entre os setores público e privado para viabilização de investimentos.
- ⓪ (Re)qualificação das áreas ambientais, históricas e culturais sobre o aspecto econômico e tributário de maneira a atrair novos investimentos.

EE7 - INCLUSÃO SOCIAL

-  Emprego e Renda
 - Programas de renda mínima
 - Frentes de Trabalho, inclusive, para programas de recuperação e preservação ambiental.
 - Estímulo a Cooperativa de Trabalhadores
 - Bancos de Crédito Popular
-  Apoio a criança e adolescente
 - Amparo a crianças e adolescentes em especial as em situação de risco social e pessoal
 - Campanhas de orientação para a prevenção as drogas
 - Profissionalização de Adolescentes
-  Apoio à Pessoa Portadora de Deficiência
-  Habitação
 - Programas de financiamento para habitações populares
 - Urbanização de Favelas
 - Programas especiais para habitações e APMs
 - Ampliação da oferta de habitações pelo CDHU

☞ Segurança Pública

- Programa regional de segurança pública capaz de integrar as ações policiais nos níveis municipal, estadual e federal com ações de caráter social e comunitário, para redução drástica dos índices de violência e criminalidade.
- Implantação do Policiamento Comunitário
- Melhorias tecnológicas para policiamento
- Reforço dos contingentes da Polícia Militar na região
- Melhorias o sistema prisional

☞ Saúde Pública

- Integração Regional dos Serviços de Saúde
- Trabalho conjunto dos municípios no sentido da construção do Sistema Único de Saúde, através da gestão plena do sistema.
- Estabelecimento da equidade com uma política de financiamento adequada, através da participação efetiva das 3 esferas de governo, para o funcionamento pleno e de qualidade dos serviços de saúde e hospitais públicos da região.



EE1 – Educação e Tecnologia

INTRODUÇÃO

A região do ABC somente conseguirá manter sua pujança industrial e desenvolver excelência em suas atividades de serviços, se iniciar agora um processo marcante de aprimoramento de seu sistema educacional e uma verdadeira revolução tecnológica com o objetivo explícito de fortalecer suas cadeias produtivas de bens e serviços e desencadear novas vocações.

Educação Básica

O presente planejamento prevê que o relacionamento entre a Secretaria Estadual de Educação e as Secretarias Municipais deverá ser intensificado visando estabelecer ações consensuais que aprimorem a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio além de fortalecer as atividades visando aumentar o grau de escolaridade de jovens e adultos.

Pólo Tecnológico do Grande ABC

O momento é crucial para a implementação do Pólo Tecnológico do Grande ABC, já que os resultados destas atividades são de médio e longo prazo, exceto as atividades de apoio e difusão tecnológica que podem gerar resultados mais rapidamente. A estrutura do Pólo será fundamentalmente constituída de Centros Setoriais de Pesquisa e Desenvolvimento, Centros Setoriais de Apoio e Difusão Tecnológica, Cursos de Engenharia, Tecnologia e Técnicos, Incubadoras e Parques Tecnológicos.

PROGRAMA: IMPLEMENTAÇÃO DO POLO TECNOLÓGICO DO GRANDE ABC

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/ Metas	Agentes / / Parceiros	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
Implementação de Centros Setoriais de Pesquisa e Desenvolvimento	Compromisso do Poder Público (Estadual e Municipal) com investimentos em atividades de Desenvolvimento Tecnológico na Região	Prefeituras: investir 2% do ICMS recebido. Governo do Estado: investir através de suas instituições recursos numa relação de 3:1 em relação aos municípios	Câmara do Grande ABC			
	Implantação e consolidação do Centro de P&D do Pólo Petroquímico	Aumentar a competitividade das empresas petroquímicas da região, atuando inicialmente nas seguintes áreas: - Automação Industrial - Processos - Meio Ambiente Metas Aumentar a produtividade em 10% no período de 03 anos. Melhoria significativa no que tange a condições do ar e qualidade de efluentes.	Executores - Escola Politécnica da USP - Instituto de Pesquisas Tecnológicas - Faculdades Locais Financiadores - Governo do Estado: FAPESP - Prefeituras - Empresas - Agência Nacional de Petróleo	2000 implementação 2001 consolidação	• Custos 2000 R\$ 1.000.000 2001 R\$ 2.000.000 2002 R\$ 3.000.000 • Prazo 2000 à 2001 01/2000 à 12/2001 Empresas 45% ANP 45% Governo do Estado – 2º fase via FAPESP Municípios 10%	- PIB do setor - Exportações do setor - Faturamento anual das empresas participantes

PREABC - Planilhas fase 2 – Eixo EE - EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA

	Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para o setor de eletrônica embarcada	Capacitar tecnologicamente a região no setor de Eletrônica Embarcada visando atrair investimentos na região, através de atividades em temas como, sensoriais, empacotamento e projeto de circuitos integrados dedicados. Metas Atrair 03 empresas (ou atividades) de porte para a região ao longo de 03 anos.	Executores Faculdade de Engenharia Industrial Instituto de Pesquisas Tecnológicas Escola Politécnica da USP Financiadores - Governo do Estado: FAPESP - Prefeituras - Indústrias	2000 implementação 2001 consolidação	• Custos 2000 (2º sem.) R\$ 1.000.000 2001 R\$ 2.000.000 2002 R\$ 2.000.000 • Prazo 2000 à 2001 01/2000 à 12/2001 Empresas 50% Governo do Estado 35% Municípios 15%	- PIB do setor - Exportações do setor Faturamento anual das empresas participantes
Implementação de Centros Setoriais de Apoio e Difusão Tecnológica	Centro de Apoio e Difusão Tecnológica para o setor de transformação plástica	Desenvolver Programa de Apoio e Difusão Tecnológica para as indústrias do setor de Transformação Plástica atuando junto as empresas com os seguintes serviços: - Assessorar as empresas no Planejamento do Controle de Produção; - Criar e desenvolver novos produtos; - Assessorar tecnicamente os processos de produção; - Prover um fluxo contínuo de informações tecnológicas; - Certificar produtos; - Realizar ensaios; - Fornecer outros serviços de caráter tecnológico. Metas Aumentar o faturamento das empresas participantes do programa	Executores -Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” - CEETEPS -Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial -Instituto de Pesquisa Tecnológica -Faculdade de Engenharia Industrial Financiadores -Governo do Estado: CEETEPS / FAPESP -Prefeituras -SEBRAE -Governo Federal: PROEP -Indústrias	2000 implementação 2001 consolidação	• Custos 2000 Inv. R\$ 700.000 Custeio R\$ 550.000 2001 Inv. R\$ 700.000 Custeio R\$ 550.000 * • Prazo 2000 à 2001 01/2000 à 12/2001 Governo Federal 2000 2001 600.000 Governo do Estado (via CEETEPS) 2000 900.000 2001 300.000 Prefeituras 2000 200.000 2001 200.000 SEBRAE 2000 150.000 2001 150.000 * inclui custeio do Curso de Tecnologia	- PIB do setor - Exportações do setor Faturamento anual das empresas participantes

PREABC - Planilhas fase 2 – Eixo EE - EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA

		em 30% no período de 03 anos																												
	Centro de Apoio e Difusão Tecnológica para o setor moveleiro	Desenvolver Programa de Apoio e Difusão Tecnológica para as indústrias do setor Moveleiro, atuando junto as empresas com os seguintes serviços: - Assessorar as empresas no Planejamento do Controle de Produção; - Fornecer serviços na área de design; - Assessorar tecnicamente os processos de produção; - Prover um fluxo contínuo de informações tecnológicas; - Certificar produtos; - Fornecer outros serviços de caráter tecnológico. Metas Aumentar o faturamento das empresas participantes do programa em 30% no período de 03 anos	Executores - Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” – CEETEPS - Faculdade de Engenharia Industrial Financiadores - Governo de Estado e CEETEPS / FAPESP - Prefeituras - SEBRAE - Governo Federal: PROEP - Indústrias	2000 implementação 2001 consolidação	• Custos 2000 Inv. R\$ 500.000 Custeio R\$ 450.000 2001 Inv. R\$ 500.000 Custeio R\$ 450.000* * inclui custeio do Curso de Tecnologia • Prazo 2000 à 2001 01/2000 à 12/2001 <table><tr><td colspan="2">Governo Federal</td></tr><tr><td>2000</td><td></td></tr><tr><td>2001</td><td>500.000</td></tr></table> <table><tr><td colspan="2">Governo do Estado (via CEETEPS)</td></tr><tr><td>2000</td><td>600.000</td></tr><tr><td>2001</td><td>200.000</td></tr></table> <table><tr><td colspan="2">Prefeituras</td></tr><tr><td>2000</td><td>200.000</td></tr><tr><td>2001</td><td>200.000</td></tr></table> <table><tr><td colspan="2">SEBRAE</td></tr><tr><td>2000</td><td>100.000</td></tr><tr><td>2001</td><td>100.000</td></tr></table>	Governo Federal		2000		2001	500.000	Governo do Estado (via CEETEPS)		2000	600.000	2001	200.000	Prefeituras		2000	200.000	2001	200.000	SEBRAE		2000	100.000	2001	100.000	- PIB do setor - Exportações do setor Faturamento anual das empresas participantes
Governo Federal																														
2000																														
2001	500.000																													
Governo do Estado (via CEETEPS)																														
2000	600.000																													
2001	200.000																													
Prefeituras																														
2000	200.000																													
2001	200.000																													
SEBRAE																														
2000	100.000																													
2001	100.000																													

PREABC - Planilhas fase 2 – Eixo EE - EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA

	Centro de Apoio e Difusão Tecnológica para o setor de química	Desenvolver Programa de Apoio e Difusão Tecnológica para as indústrias do setor de Manufatura Mecânica atuando junto as empresas com os seguintes serviços: - Assessorar as empresas no Planejamento do Controle de Produção; - Assessorar tecnicamente os processos de produção; - Prover um fluxo contínuo de informações tecnológicas; - Certificar produtos; - Realizar ensaios; - Fornecer outros serviços de caráter tecnológico. Metas Aumentar o faturamento das empresas participantes do programa em 30% no período de 03 anos.	Executores - Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” – CEETEPS - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Faculdade de Engenharia Industrial Financiadores - Governo do Estado: CEETEPS / FAPESP - Prefeituras - SEBRAE - Governo Federal: PROEP - Indústrias	2001 implementação 2002 consolidação	• Custos 2000 Inv. R\$ 400.000 Custeio R\$ 300.000 2001 Inv. R\$ 400.000 Custeio R\$ 300.000 • Prazo 2000 à 2001 01/2000 à 12/2001 Governo Federal (PROEP) 2000 R\$ 300.000 2001 R\$ 300.000 Governo do Estado (via CEETEPS) 2000 R\$ 200.000 2001 R\$ 200.000 Prefeituras 2000 R\$ 100.000 2001 R\$ 100.000 SEBRAE 2000 R\$ 100.000 2001 R\$ 100.000	- PIB do setor - Exportações do setor Faturamento anual das empresas participantes
--	--	--	--	--	---	--

PREABC - Planilhas fase 2 – Eixo EE - EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA

	Centro de Apoio e Difusão Tecnológica para o setor de manufatura mecânica	Desenvolver Programa de Apoio e Difusão Tecnológica para as indústrias do setor de Química atuando junto as empresas com os seguintes serviços: - Assessorar as empresas no Planejamento do Controle de Produção; - Assessorar tecnicamente os processos de produção; - Prover um fluxo contínuo de informações tecnológicas; - Certificar produtos; - Realizar ensaios; - Fornecer outros serviços de caráter tecnológico. Metas Aumentar o faturamento das empresas participantes do programa em 30% no período de 03 anos.	Executores - Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” – CEETEPS - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Faculdade de Engenharia Industrial Financiadores - Governo do Estado: CEETEPS / FAPESP - Prefeituras - SEBRAE - Governo Federal: PROEP - Indústrias	2001 implementação 2002 consolidação	• Custos 2001 Inv. R\$ 600.000 Custeio R\$ 400.000 2002 Inv. R\$ 500.000 Custeio R\$ 400.000 • Prazo 2001 à 2002 01/2000 à 12/2001 Governo Federal 2001 R\$ 400.000 2002 R\$ 300.000 Governo do Estado (via CEETEPS) 2001 R\$ 200.000 2002 R\$ 200.000 Prefeituras 2001 R\$ 200.000 2002 R\$ 200.000 SEBRAE 2001 R\$ 200.000 2002 R\$ 200.000	- PIB do setor - Exportações do setor Faturamento anual das empresas participantes
--	--	--	--	--	---	--

PREABC - Planilhas fase 2 – Eixo EE - EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA

	Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Protótipos Industrializáveis	Financiar o desenvolvimento de protótipos industrializáveis nas Faculdades de Engenharia da região, seja em nível de graduação ou pós-graduação, visando a criação de pequenas empresas de base tecnológica. Metas Criar até o final de 2002, dez (10) pequenas empresas de base tecnológica na área industrial, e posteriormente 10 empresas ao ano.	Executores - Faculdade de Engenharia Industrial - Escola de Engenharia de Mauá Financiadores - Governo do Estado - Governos Municipais	Iniciar o programa em 2001		- PIB do setor - Exportações do setor Faturamento anual das empresas participantes
	Criação de mecanismos de Capital de Risco	Constará do EE4 – (fortalecimento das Cadeias Produtivas)				- PIB do setor - Exportações do setor Faturamento anual das empresas participantes
	Implementação de Incubadoras (Base Tecnológica)	Dar apoio as pequenas empresas de base tecnológica, no que tange a infra-estrutura física e gestão Metas Criação de uma incubadora até o final de 2001, com 10 empresas operando	Executores e Financiadores - Prefeituras Municipais - SEBRAE			- PIB do setor - Exportações do setor Faturamento anual das empresas participantes

PROGRAMA: ENSINO PROFISSIONALIZANTE

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos / Metas	Agentes / Parceiros	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
Ensino Técnico	Criar excelência nos cursos técnicos voltados para as seguintes atividades industriais do ABC: - Plásticos - Moveleiro - Química - Mecânica	Aumentar a competitividade das pequenas empresas destes setores e ampliar o número de emprego e empreendimentos produtivos. Obs.: Esta ação deverá ser desenvolvida em paralelo com os programas de A&D Tecnológica Metas Aumentar o faturamento das empresas participantes do programa em 30% no período de 03 anos.	Executores - SENAI - CEETEPS Financiadores - Indústrias - Prefeituras - Governo do Estado - SEBRAE - Governo Federal	2001 implementação 2002 consolidação Obter o nível desejado de excelência em 03 anos	• Custos 2000 Inv. R\$ 500.000 Custeio R\$ 450.000 2001 Inv. R\$ 500.000 Custeio R\$ 450.000* * inclui custeio do Curso de Tecnologia • Prazo 2000 à 2001 01/2000 à 12/2001	- PIB do setor - Exportações do setor Faturamento anual das empresas participantes
Ensino Técnico	Criar excelência nos cursos técnicos voltados para serviços nas seguintes áreas: - Meio Ambiente - Informática - Turismo - Design	Aumentar a disponibilidade e competitividade dos serviços nestas áreas ampliando o número de empregos e empreendimentos produtivos	Executores SENAI CEETEPS Financiadores Indústrias Prefeituras Governo de Estado SEBRAE Governo Federal	Obter o nível desejado de excelência em 03 anos	Investimentos R\$ 500.000	
Qualificação Profissional	Atuar junto ao Governo do Estado para que o Programa de Qualificação Profissional do Estado de São Paulo tenha as seguintes estratégias e diretrizes	Tornar o Programa de Qualificação Profissional do Estado de São Paulo um instrumento eficiente de desenvolvimento econômico e social, atendendo todos os setores produtivos e daqueles envolvidos nas políticas de geração de emprego e renda, com equilíbrio regional Com a seguinte estratégia: A estratégia a ser adotada na condução do Programa	Câmara do Grande ABC	03 anos	8 à 10% dos recursos do FAT destinados para o Estado de São Paulo	

PREABC - Planilhas fase 2 – Eixo EE - EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA

		Estadual de Qualificação Profissional é o seguinte: - Trocar o atual processo de oferta de cursos por um processo de planejamento da demanda; - Distribuição regional dos recursos, induzindo ao planejamento regional de cursos e a constituição de comissões regionais; - O programa deve ter personalidade própria atendendo as nossas demandas reais, e devemos atuar junto ao CONDEFAT para alterarmos suas diretrizes quando necessário ao invés de assumirmos uma posição passiva; - Os cursos voltados para desempregados devem estar articulados com ações de geração de emprego e renda; - O programa deve abranger também fortemente os empregados, e possibilitar neste caso a constituição de parcerias; - O programa deve manter o princípio de empregabilidade.				
	Desenvolver anualmente Programa de Qualificação Profissional na região do ABC com a seguinte Estratégia e Diretrizes	Tornar o Programa de Qualificação Profissional do Estado de São Paulo um instrumento eficiente de desenvolvimento econômico e social, atendendo todos os setores produtivos e daqueles envolvidos nas políticas de geração de emprego e renda, com equilíbrio regional. Com a seguinte estratégia: - Trocar o atual processo de oferta de cursos por um processo de planejamento		03 anos		- PIB do setor - Exportações do setor Faturamento anual das empresas participantes

PREABC - Planilhas fase 2 – Eixo EE - EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA

		da demanda; - Acompanhar anualmente o planejamento regional de cursos voltados para as atividades industriais e de serviços da região, abrangendo 40 a 50% dos recursos disponíveis; - Realizar anualmente os planejamentos municipais de cursos voltados para as políticas de geração de emprego e renda, consolidando-os e integrando-os ao planejamento regional. - Os cursos voltados para desempregados devem estar articulados com ações de geração de emprego e renda; - O programa deve abranger também fortemente os empregados, e possibilitar neste caso a constituição de parcerias; - O programa deve manter o princípio de empregabilidade.				
--	--	--	--	--	--	--

PROGRAMA: EDUCAÇÃO BÁSICA

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos / Metas	Agentes / / Parceiros	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
	Compromisso do Poder Público (Estadual e Municipal) em estabelecer, de forma consensual, as ações referentes aos subprogramas abaixo, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)		Secretaria Estadual de Educação, Secretarias Municipais de Educação, outros membros da Câmara			
Aprimoramento contínuo da Educação Infantil						
Aprimoramento contínuo do ensino fundamental						
Reestruturação e Melhoria de Ensino Básico						
Melhoria do nível de escolaridade de jovens e adultos						



EE2 - SUSTENTABILIDADE DAS ÁREAS DE MANANCIAIS

A Região do ABC paulista é conhecida como a mais industrializada do país, o que a relaciona de maneira inequívoca com uma paisagem urbana densa onde predominam as chaminés das fábricas e acumulam-se problemas ambientais que comprometem a qualidade de vida dos que aqui vivem, o ABC cinza. Poucos sabem no entanto que esse estereótipo pode até servir parcialmente para 44% do seu território, os 56% restantes, são áreas de proteção dos mananciais, majoritariamente da Represa Billings, a parte verde do ABC que sofre de maneira peculiar com a crise que se abateu sobre a Região.

O EE2 - Sustentabilidade das Áreas de Mananciais tem como objetivo principal indicar estas áreas como produtoras de água potável - tarefa relevante - mas, também, como áreas onde seja possível desenvolver outras atividades econômicas compatíveis com sua conservação, que contribuam efetivamente com o esforço que a Região vem desenvolvendo para superar seus problemas.

Esse grupo de trabalho elencou programas que propõem ações estratégicas para estabelecer e regulamentar alternativas de desenvolvimento coerentes com a sustentabilidade pretendida. Para a melhoria da infra-estrutura da Região, além de garantir a recuperação do passivo ambiental existente é preciso desenvolver mecanismos de compensação financeira que viabilizem os investimentos necessários. Nesse sentido é fundamental ainda que seja equacionada a questão de habitação nessa área para que se evite ocupações ilegais predatórias.

Informações confiáveis são essenciais para qualquer atividade de planejamento. Neste sentido, propõe-se a criação, junto a Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC, de um banco de dados geo-referenciado.

Uma adequada legislação ambiental e urbanista aliada a um forte trabalho de sensibilização e educação ambiental, bem como um eficiente sistema de fiscalização, monitoramento e controle são consideradas ações imprescindíveis para que o desenvolvimento pretendido seja realmente sustentável.

É necessário ainda uma gestão democrática e compartilhada das ações, principalmente na Bacia da Billings onde os poderes públicos (Estadual e local) e sociedade civil venham, dentro de seus limites, a somar forças para que os objetivos sejam atingidos.



Por fim, é muito importante que se consiga quebrar com a dicotomia existente entre o ABC protegido ambientalmente e o restante do território, sendo para isso necessário um ajuste fino entre as ações aqui propostas, principalmente, com as elencadas pelo EE5 - Ambiente Urbano de Qualidade. Afinal todo o esforço da Região tem sido em busca de um desenvolvimento sustentável para todo o seu território.

EE2-SUSTENTABILIDADE DAS ÁREAS DE MANANCIAIS

PROGRAMA: USO E PROTEÇÃO

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos / Metas	Agentes / /Parceiros/ Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
Estabelecimento e regulamentação de alternativas para o desenvolvimento sustentável	Definir e fomentar atividades compatíveis com mananciais	Garantia de investimentos necessários para a sustentabilidade	Iniciativa privada Estado Consórcio Agências internacionais ONGs Ag.Des.Econ. Subcomitê de Bacia	Médio Longo	Privados BIRD; BID Funbio Empréstimos a fundo perdido, principalmente da U.E.	Montante recursos investidos Levantamento aerofotogramétrico Satélite Consultoria independente
	Criar políticas para viabilização de empreendimentos compatíveis			Curto Médio		Empreendimentos viabilizados
	Criar política de discriminação afirmativa para áreas de mananciais	Desenvolvimento das áreas protegidas da região, fortalecendo econômica e ecologicamente os mananciais		Curto médio	Consórcio Iniciativa privada	Nº de atividades geradas Nº de empregos gerados

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos / Metas	Agentes / /Parceiros/ Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
Compensações	Elaborar estudo ou levantamento do custo da produção da água	Definição do preço justo da produção da água	Estados Municípios Assembléia Legislativa Sociedade Civil EE1-EE3-EE4-EE5-EE6-EE7 Comitê e Subcomitê	Curto	1.200 mil para consultoria	Ter estudo concluído
	Estabelecer mecanismos para equacionamento e compensação ambiental dos usos existentes na bacia	Adequação/regularizaçã o das desconformidades existentes na bacia		Curto Médio	técnicos ambientais consórcio	Ter sistema implantado Nº de acordos realizados Índice passivo ambiental
	Criar sistemas de compensação ambiental eficientes	Diminuição do passivo ambiental e ampliaçãp das áreas de preservação permanente		Curto		
	Viabilizar junto à Assembléia Legislativa a regulamentação do Artigo 207 da Constituição Paulista que estabelece a compensação financeira	Obtenção de recursos financeiros para viabilizar a implantação de políticas de recuperação ambiental na área de mananciais				
Habitação de interesse social	Formular programa de habitação de interesse social para as populações existentes nas APRMs	Garantia de modo ambientalmente correto de implantação de habitação popular em áreas de manancial	EE5 e EE7 Estado(CDHU ,SMA) Câmaras Municipais Municípios Subcomitê Iniciativa privada	Médio Longo	Estado Municípios	Nº de habitações construídas corretamente
	Identificar e garantir nas áreas urbanas espaços para assentamentos	Aparecimento de novas demandas em áreas de mananciais		Médio	Técnicos Sec.Des.Urbano	Nº de áreas identificadas

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos / Metas	Agentes / /Parceiros/ Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
Marketing	Marketing ambiental direcionado em 3 frentes: 1-as novas perspectivas econômicas; 2-capacidade regional de reversão do Quadro atual, 3-sociedade como um todo	Inserção de áreas de mananciais no contexto econômico e social regional	Agência Câmara Regional Sociedade Civil	Curto Médio	Campanhas publicitárias R\$?	Nº de perspectivas econômicas identificadas e implementadas
Criação de banco de dados e SIG		Garantia de informações para planejamento, monitoramento e investimentos na região	Agência			

PROGRAMA: PROJETO BILLINGS

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos / Metas	Agentes / /Parceiros/ Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
Remediação e recuperação das áreas contaminadas e/ou degradadas	Estabelecer parcerias para recuperação ambiental	Ampliação da capacidade de intervenção para reversão do quadro atual	SABESP EMAE CETESB Sec.Transportes Autarquias Indústrias Universidades Sociedade civil Subcomitê	Programa permanente, com início a curto prazo	Previsão de 700 milhões	Grau de potabilidade das águas
	Implantar projetos de exportação de efluentes líquidos e resíduos	Garantia da qualidade das águas produzidas na região			Curto Médio	Relação entre o volume dos efluentes produzidos na bacia e o volume tratado e exportado
	Criar programa de habitação de interesse social	Melhoria da qualidade sócio-ambiental dos núcleos urbanos	Prefeituras CDHU SMA	Ídem	Permanente	Desocupação das áreas de preservação permanente (1ª categoria) e de risco geológico
Educação ambiental	Consolidar o Núcleo Regional de Educação Ambiental	Otimização as várias ações existentes e as novas Levantamento e compatibilização de programas de educação ambiental propostos e os já em execução	Prefeituras Universidades ONGs Empresas privadas	Curto	Existentes	Nº de programas implantados Número de alunos e população atingida
Fiscalização, controle e monitoramento ambiental	Implantar sistema regional integrado e descentralizado de licenciamento, monitoramento e fiscalização ambiental	Otimização das ações de licenciamento, controle e fiscalização	Ministério público Prefeituras Universidades Faculdades Estado Sociedade civil	Médio		Ter sistema criado e operante para toda a área de mananciais
	Assinar convênios para fiscalização integrada	Dinamização, ampliação e integração dos		Curto		Nº de convênios assinados e implantados

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos / Metas	Agentes / /Parceiros/ Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
		agentes responsáveis pelo controle, licenciamento e fiscalização				
	Criar centro de pesquisa e desenvolvimento de tecnologia ambiental	Conhecimento e desenvolvimento de alternativas		Médio		Ter centro criado
	Firmar termos de ajustamento de conduta para a recuperação ambiental de áreas degradadas	Garantia da proteção de áreas ambientalmente frágeis	Ministério Público Prefeituras	Curto / Médio		
	Criar política para as áreas de preservação permanentes	Manutenção e ampliação das áreas existentes	Estado Municípios CETESB			Ter política implantada
	Fazer levantamento das áreas com potencial de contaminação/degradação no território de cada município	Redução do passivo ambiental existente e o potencial de degradação e contaminação das atividades industriais na bacia, visando assegurar a qualidade de água requerida para o abastecimento da população regional e metropolitana				Levantamento concluído
	Realizar vistorias e análises para determinação do grau de contaminação e/ou degradação apurado					Grau de contaminação e/ou degradação

PROGRAMA: ADEQUAÇÃO DE LEGISLAÇÃO/ASSINATURA DE CONVÊNIOS E AJUSTES DE ESTRUTURAS INSTITUCIONAIS

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos / Metas	Agentes / /Parceiros/ Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
Legislação estadual e municipais adequadas à sustentabilidade	Elaborar e aprovar o PDPA e a Lei Específica da Sub bacia Elaborar e adequar a legislação urbanística municipal à lei específica Adequar as demais legislações	Pacto de alternativas de desenvolvimento e proteção ambiental	Municípios Estado Câmaras Municipais Assembléia Legislativa Subcomitê EE4-EE5- EE6-EE7	Curto	FEHIDRO-consultoria(já assegurado) Termo de referência da Billings(já assegurado) Subcomitê Billings	Ter lei aprovada
Agência	Implantar a Agência de Bacia integrada ao novo modelo institucional Criar agência regional ambiental	Formulação e viabilização de projetos e programas na região; fomento de empreendimentos; promoção de controle, licenciamento e monitoramento ambiental; integração da gestão ambiental local à gestão regional	EE-6 Comitê Alto Tietê Subcomitê Billings	Curto	Técnicos Prefeituras FEHIDRO	Ter Agência Metropolitana de Bacia implantada e respectiva Gerência Regional
Capacitação na gestão ambiental		Qualidade na gestão compartilhada	Governos Sociedade Civil	Curto		Nº de agentes capacitados

ACESSIBILIDADE E INFRA-ESTRUTURA

Os trabalhos do grupo responsável pelo eixo fundamentaram-se em algumas premissas, a saber:

• O EE3 abrange os seguintes Programas e Subprogramas, estes últimos permeando todos os objetivos dos setores produtivos (atividades secundárias) e sociais, diferentes ações estratégicas do próprio eixo, indicando-se algumas ações específicas para outros setores funcionais do Planejamento Regional Estratégico):

• 3.01 TRÁFEGO (trânsito e transporte)

- Gestão Integrada
- Sistema Viário
- Circulação
- Transporte Coletivo
- Carga
- Integração Urbana
- Comércio e Turismo
- Proteção Ambiental

• 3.02 DRENAGEM PLUVIAL

- Macrodrenagem
- Microdrenagem

• 3.03 COMUNICAÇÕES

- Telecomunicações
- Infovias
- Intranets Municipais
- Sinalização (em Tráfego)

• 3.04 ENERGIA

- Minimização do Desperdício (imediata)
- Usinas Termo-Elétricas

• 3.05 ÁGUA

- Abastecimento (EE2)
- Efluentes e Coletor-Tronco
- Reuso (Água Industrial)

• 3.06 RESÍDUOS SÓLIDOS

- Gestão Integrada
- Qualidade Ambiental
- Inclusão Social
- Reciclagem.

- As ações a serem definidas nas planilhas do PRE ABC devem ser efetivamente estratégicas, compatíveis com o neologismo estruturantes, adotado para qualificação da importância do eixo no processo de planejamento regional.
- Outras ações, importantes, aprovadas pelo grupo, não obstante sejam de caráter não estrutural, devem subsidiar propostas pelas equipes setoriais da Câmara Regional (inclusive Fórum da Cidadania e demais integrantes da Câmara), denominadas Grupos Temáticos (GTs) e do Consórcio Intermunicipal, que se propõe denominar-se equipes de Técnicos Setoriais (TSs*) ou Comissões Técnicas (CTs*), quais sejam:
 - TS Circulação e Sistema Viário
 - TS Transporte Coletivo e Carga
 - TS Drenagem
 - CT Infovias
 - GT Energia (a constituir-se na Câmara)
 - GT Efluentes Hídricos
 - TS Resíduos Sólidos
- (*) denominações e abreviaturas propostas com objetivo eminentemente administrativo/operacional.
- O PRE ABC é uno, integral e integrado, não se encerra em si mesmo, o que tampouco, e muito menos, ocorre no âmbito deste eixo e, portanto, as ações propostas interagem, bem como as de outros eixos.
- O processo do PRE ABC é contínuo e, portanto, envolve monitoramento e controle, avaliações, revisões e atualizações do encaminhamento das ações estratégicas formuladas neste estágio.
- O encaminhamento das ações estratégicas deve submeter-se a estudos referentes a uma leitura mais detalhada:
 - dos atores envolvidos (agentes/parceiros/interfaces);
 - dos diferentes tipos e quantitativos dos recursos que esses atores podem disponibilizar;
 - das relações favoráveis ou não que cada um pode representar no processo;
 - dos prazos, melhor elaborados, para a consecução das ações;
 - das avaliações de cada ação no tocante a:
 - eficácia (integração com os demais integrantes do PRE ABC / Cenário Desejado),
 - eficiência (minimização de custos, econômicos, sociais e ambientais,

- para os benefícios desejados),
- efetividade (robustez da ação relativa a eventuais mudanças políticas);
- primordialmente, dos projetos, básicos e/ou executivos necessários para a obtenção de recursos financeiros e a efetiva implementação;
- da elaboração de planos de contingências para situações incomuns que possam ocorrer no processo.

Consideradas as premissas supra, o grupo do EE3 tomou como diretriz o que já houvera sido aprovado na 6a. Reunião do Conselho Deliberativo da Câmara Regional, em 02 de agosto de 1999, consubstanciado no que se segue.

O conjunto de formulações institucionais, procedimentos, encaminhamentos e ações propriamente ditas que se vem levando a efeito na Região do Grande ABC, integradamente, na última década, associado a diagnósticos de situações prováveis e desejáveis para os próximos dez anos, orientou o Capítulo I - GRANDE ABC: CENÁRIO FUTURO, do texto básico de implantação do processo de planejamento regional, estratégico, a adotar algumas posturas relevantes, no tangente a aspectos infra-estruturais:

*... caminhe rumo à caracterização da **Grande São Paulo como um espaço policêntrico** e sede de uma nova cultura urbana...*

*...O Grande ABC, nesse cenário, deve assumir o desafio de constituir uma **"nova centralidade"** no âmbito da região metropolitana do futuro ...*

... eixos possíveis de desenvolvimento urbano do Grande ABC são, prioritariamente, a avenida dos Estados (São Caetano, Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra) e o Sistema Anchieta/Imigrantes (São Bernardo e Diadema), com apoio dos eixos intra-regionais mais importantes, caso do Corredor ABD e da avenida Lauro Gomes...

...O planejamento deve levar em conta toda a região, de tal modo que os planos urbanos e viários municipais se integrem ...

*...-Região integrada ao **Rodoanel** do governo do Estado e ao **porto de Santos**.*

*...-Integração interna e entre o Grande ABC e São Paulo com sistemas modernos e de alta capacidade, caso dos **trens e do metrô**, e **sistemas de média capacidade** como os corredores exclusivos de ônibus e o metrô de superfície nos principais corredores de trânsito da região.*

...-Trens de alta qualidade ao longo do eixo estratégico da avenida dos Estados.

*...-Terminal logístico de transporte ferroviário de **carga integrado ao porto de Santos**, fora dos núcleos urbanos.*

...-Política específica para regular o transporte de carga na malha viária da região.

*...-**Gerenciamento regional do trânsito**, com criação de mecanismos capazes de compatibilizar os planos viários municipais com o plano regional e metropolitano, com o objetivo de eliminar os focos de congestionamento e os pontos de estrangulamento no fluxo de veículos.*

*...-**Telecomunicações** eficientes e vinculadas às **novas tecnologias**...*

A seguir, no Capítulo II - EIXOS ESTRUTURANTES PARA O CENÁRIO DESEJADO, aponta como diretrizes a serem adotadas no detalhamento do eixo EE3 - ACESSIBILIDADE E INFRA-ESTRUTURA:

-  *Regionalização do planejamento e das operações do tráfego (circulação e transportes, de passageiros e mercadorias), integrando planos viários municipais ao contexto regional e metropolitano.*
-  *Política abrangente e sólida para o transporte e o armazenamento de carga na Região.*
-  *Transporte de passageiros de qualidade, através de metrô e trens, ligando o Grande ABC a outros centros da Região Metropolitana.*
-  *Integração do sistema viário regional ao rodanel, voltada às necessidades locais de circulação e transportes.*
-  *Medidas eficientes para o combate a enchentes.*
-  *Eficiência nas telecomunicações, no mais elevado nível do estado internacional da arte do setor, compatível com tecnologias inovadas.*
-  *Medidas para aumento da disponibilidade de energia elétrica.*
-  *Produção de água para fins industriais, a preço competitivo.*

Com base nos eixos regionais de circulação, aos quais aliam-se as questões de acessibilidade, cadeias produtivas, atendimento social, enchentes, comunicações, qualidade urbana, ou sejam, meios estruturais para a consecução do Cenário Desejado, cabe lembrar, para ilustração das proposições do EE3 para ACESSIBILIDADE E INFRA-ESTRUTURA, que a situação geográfica do Grande ABC, entre o Porto de Santos, o restante da Região Metropolitana de São Paulo e o Interior do Estado, remete a um dos maiores problemas infra-estruturais: a circulação, sobretudo de caminhões, o que remete a todos os Programas e Subprogramas adotados pelo eixo. Basta lembrar-se que a Região é cortada por três importantes rodovias para o comércio exterior brasileiro: Via Anchieta, Rodovia dos Imigrantes e Rodovia Índio Tibiriçá (SP-31). Esta última liga a Sub-Região Leste da Metrópole (Mogi das Cruzes, Suzano, Poá, Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba, Guararema, Biritiba-Mirim e Salesópolis) e, especialmente, o leste da Capital e o Eixo São Paulo-Rio (Rodovias Ayrton Senna e Dutra) à Via Anchieta e, conseqüentemente, à Baixada Santista.

Estas rodovias, assim como a Avenida dos Estados, cumprem, também, a função de vias de ligação regional (intermunicípios) e até intramunicipais (interbairros). Segundo diagnóstico da Secretaria dos Transportes Metropolitanos, a Região do Grande ABC possui 330 km de vias metropolitanas, sendo que 150 km dessas vias correspondem a autênticos corredores de passagem, como as Avenidas Piraporinha, Pereira Barreto, Prestes Maia, Lions, Antonio Piranga, Goiás, Dom Pedro II, Estados, Capitão João, Afonso Soares Sampaio, Humberto de Campos, Santo André, Santos Dumont, João Ramalho, dentre outras, inclusive SP.122, de acesso a Rio Grande da Serra e Esses corredores são intensamente utilizados por transportes coletivos e veículos de carga,

apresentando, na maioria dos casos, problemas diários de tráfego, operando em níveis de serviço E ou F, o que compromete as operações de tráfego e passam pelo viés agravado das atividades econômicas, comprometimento da integração dos sete centros urbanos regionais e de sua configuração como centralidade importante na polinucleação metropolitana.

Daí, aliando-se às demandas de outros Programas, e às dos outros seis eixos, que se interrelacionam a este de maneiras diversas, surgiram as planilhas formuladas, após avaliação e adaptações sugeridas em discussões no âmbito da Comissão de Sistematização do Planejamento Regional Estratégico da Câmara do ABC.

Região do Grande ABC, em dezembro de 1999

PRE.ABC**Eixo EE.3****Acessibilidade
Infra-Estrutura****Planilha Fase 2****Programa: TRÁFEGO**

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos / Metas	Agentes / /Parceiros/ Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
Gestão Integrada	Regionalizar o Planejamento e as Operações do Tráfego	Minimização dos tempos de deslocamentos no Grande ABC e suas interligações com outras centralidades da polinucleação metropolitana 100% do Sistema Viário Principal (vias expressas e arteriais, coletoras e distribuidoras), englobando circulação de veículos, transportes de passageiros e de mercadorias	Sete Prefeituras, STM; EE4; EE5; EE6.	Curto	Consórcio Intermunicipal, Prefeituras	Níveis de Serviço dos Sistemas Viários Principais e Coletores

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos / Metas	Agentes / /Parceiros/ Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
Sistema Viário, Circulação, Transporte Coletivo, Carga	Implantar o trecho sul do anel viário metropolitano (Rodoanel)	Viabilização de projetos para racionalização dos transportes, especialmente de mercadorias, no sentido do aumento da competitividade das cadeias produtivas regionais e da integração da Região a outras centralidades metropolitanas, regiões produtoras e consumidoras do Estado, e ao Porto de Santos Extensão do Trecho Sul anteriormente programado, entre a Rodovia dos Imigrantes e a Avenida Papa João XXIII (Mauá)	Estado, União, Prefeitura do Município de São Paulo; EE4; EE6.	Curto	Humanos e técnicos da Dersa e das prefeituras municipais; R\$700 milhões, provenientes de verbas do Rodoanel (fontes: Estado, União e PMSP)	VDM e Índices de Congestionamento do viário metropolitano interno ao Rodoanel
Sistema Viário, Circulação, Transporte Coletivo, Carga	Integrar a Avenida do Estado à Avenida Papa João XXIII, com duplicação do Viaduto JK, em Mauá	Ligação direta das zonas urbanizadas dos municípios de São Caetano do Sul, Santo André e Mauá ao Sistema Anchieta/ Imigrantes e ao Rodoanel ; alternativa para melhoria do acesso dos municípios de Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra ao Centro Metropolitano	Estado, União, Consórcio Intermunicipal EE4; EE5; EE6	Curto	Alocação de recursos, em parceria, na ordem de R\$26 milhões (Rodoanel, Fumefi, municípios)	Acessibilidade, fluidez e redução de tempos de viagens; monitoramento da configuração do eixo como uma das principais “entradas” da Região Metropolitana
Sistema Viário, Circulação, Transporte Coletivo, Carga	Executar o Projeto de Interligação Anchieta (km 23)/ Imigrantes (trevo Batistini)	Otimização das operações do Rodoanel e das vias marginais da Anchieta, em programa paralelo com a remoção de populações invasoras para projetos da CDHU; Detalhamento e execução de projeto já elaborado	PMSBC, DERSA, STM, CDHU, Infovias, Consórcio; EE2; EE4; EE5	Curto, no cronograma do Rodoanel	Rodoanel, CDHU, PMSBC, Infovias	VDM e Índices de Congestionamento nas Marginais da Via Anchieta e nos trevos do sistema

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos / Metas	Agentes / /Parceiros/ Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
Sistema Viário, Circulação, Transporte Coletivo, Carga	Conectar os sistemas Anchieta/Imigrantes, Rodoanel/João XXII e Aricanduva/Jacu-Pêssego	Integração das centralidades sudeste e leste da metrópole e do Aeroporto Internacional (Cumbica) ao Sistema Anchieta-Imigrantes	Consórcio, Estado, Prefeituras Municipais de São Paulo e Guarulhos; EE4; EE5; EE6.	Médio	Elaboração de projeto,identificador das metas quantitativas (R\$ 100 mil – execução estimada: R\$ 23 milhões)	Monitoramento da caracterização do sistema como substituto do Rodoanel, até construção, a longo prazo, do trecho Leste (último programado)
Carga, Transporte Coletivo	Implantar o Ferro-Anel Metropolitano	Ausência da movimentação de cargas nas vias férreas utilizadas para transporte coletivo; viabilização da ferrovia no padrão de metrô Ligação da Estação Evangelista de Souza a Ribeirão Pires, com ligações já existentes a Rio Grande da Serra e a Suzano (antiga Central do Brasil)	Prefeituras de SBC, SA e RP, Estado e Setores Privados; EE4; EE5; EE6.	Longo		Custos e tempos gastos nos deslocamento de cargas; Padrões de qualidade do transporte coletivo regional sobre trilhos
Transporte Coletivo	Melhorar as estações ferroviárias e planejar de uso e ocupação de terrenos lindeiros, na extensão da linha da CPTM	Revitalização dos espaços vinculados à ferrovia, transformando-os em marcos de referência para ambientes urbanos qualificados Toda a extensão da atual via férrea na Região, de São Caetano do Sul a Rio Grande da Serra	Prefeituras de SCS, SA, Mauá, RP e RGS, CPTM, RFFSA; EE5.	Curto a Médio	Estado e Municípios Atores	Qualidade do ambiente urbano nas áreas adjacentes às estações e seus entornos
Transporte Coletivo; Integração dos Sete Centros Urbanos da	Implantar metrô e trens suburbanos de qualidade, com interligação a outras centralidades da Polinucleação Metropolitana	Criação de alternativas para viagens; Redução do transporte individual; Melhoria das operações do sistema viário; integração de SBC e Diadema aos sistemas	STM, Sete Municípios; EE4; EE5; EE6.	Curto (trens de qualidade) e Longo (Metrô)	Estado	Padrões de qualidade do transporte coletivo regional sobre trilhos

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos / Metas	Agentes / /Parceiros/ Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
Região		metroviário e ferroviário Realização das propostas do PITU2020, no horizonte do PREABC (2010), com utilização das atuais vias de tróleibus para linhas de metrô				
Transporte Coletivo	Desenvolver a troncalização dos transportes coletivos	Otimização das linhas locais, urbanas e intermunicipais ao sistema de média capacidade da Região Metropolitana Atendimento de todas as zonas conurbadas da Região	AETC/ABC, EMTU, Prefeituras; EE4; EE5.	Curto		
Transporte Coletivo	Melhorar o transporte ferroviário até Paranapiacaba, incluindo trens turísticos aos fins-de-semana e feriados	Possibilidade de passeios de um dia, a partir do Município de São Paulo	Estado, Setor Privado	Médio		Fluxo de passageiros usuários
Carga, Sistema Viário, Circulação	Implantar Sistema de Controle Regional da Movimentação de Cargas, associado à implantação de retro-porto para Santos	Racionalização da circulação de caminhões nos sistemas viários locais e geração de serviços no setor Redução ao mínimo da solicitação de vias inadequadas à movimentação de cargas e instalação, no Grande ABC, de Central Inteligente de Cargas, valendo-se da implantação de rede de cabos de fibra óptica	SETRANS/ /ABC, Prefeituras, Estado (STM); Concessionária do Porto; EE4.	Curto a Médio		VDM de cargas no Sistema Anchieta/ Imigrantes; Competitividade das cadeias produtivas e do Porto de Santos
Sistema Viário, Comércio e Turismo	Adaptar e Sinalizar vias com vistas ao desenvolvimento do setor terciário regional	Destaque da localização de centros e pólos comerciais e de atração turística; condições às vias regionais	Estado, Prefeituras, Setor Privado	Curto e Médio		Fluxo de turistas e índices econômicos do setor na Região

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos / Metas	Agentes / /Parceiros/ Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
		de garantir a acessibilidade dos equipamentos existentes				
Proteção Ambiental	Elaborar medidas preventivas de proteção ambiental em vias utilizadas para transporte de cargas perigosas	Redução máxima das condições de risco e mitigação de eventuais impactos, principalmente ao longo das rodovias Índio Tibiriçá, Caminho do Mar, Anchieta, Imigrantes e Rodoanel, que cortam áreas de proteção a mananciais hídricos	Estado, Subcomitê Bac.Hidrogr.; Consórcio Intermunicipal	Curto e Médio		Acidentes ecológicos devidos ao transporte rodoviário de cargas perigosas

Programa: DRENAGEM

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos / Metas	Agentes / /Parceiros/ Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
Macro-drenagem	Construir Reservatório de Contenção de Águas Pluviais	Eliminação da problemática decorrente do transbordo de cursos d'água da Região Construção de 7 (sete) unidades em 2000 e mais quantidade a ser definida em 2001 e 2002	DAEE, Prefeituras; EE4; EE5.	Curto (2000/2001) e Médio	Estado	Levantamentos anuais dos níveis máximos das águas nos principais pontos de enchentes
Macro-drenagem	Formular e Implantar Programa de Operação e Manutenção do Sistema de Macrodrenagem	Capacitação das Prefeituras para operar o sistema, mantendo-o em perfeito estado de conservação e permanente alerta	Prefeituras, DAEE, Defesa Civil, SRHSO (Fehidro); EE6.	Curto	Estado e Prefeituras	100% dos reservatórios, com vistoria periódica e avaliação regional após cada período de cheias

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos / Metas	Agentes / /Parceiros/ Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
Micro-drenagem	Implantar Programa Regional de Retenção Individual e Infiltração de Águas Pluviais (Microdrenagem)	Aprovação de legislação urbanística, nos sete municípios, regulamentando a instalação de microrreservatórios em cada unidade imobiliária	Sete Prefeituras, Sociedade Civil, Engenheiros, Arquitetos; EE5; EE6.	Curto (novas construções) e Médio	Prefeituras	80% do total de unidades na Região até o ano de 2005, com levantamento anual da quantidade de imóveis adequados e medição periódica do nível do lençol freático em pontos estratégicos

Programa: COMUNICAÇÕES

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos / Metas	Agentes / /Parceiros/ Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
Tele-comunicações	Modernizar o Sistema Regional de Telecomunicações	Dotação de Infra-Estrutura de Telecomunicações que contribua com os níveis de qualidade de vida da Região e torne-a mais competitiva e atrativa a novos investimentos	Consórcio, Embratel; EE1, EE4, EE6.	Curto a Médio	Empresas Operadoras	100% do Grande ABC, por cabos ou ondas de rádio, dependendo da concentração de usuários, ambos de alta velocidade
Infovias	Implantar Rede de Cabos de Fibra Óptica para Telecomunicações	Aumento significativo na velocidade de comunicações de dados, voz e imagem Espinha dorsal ("back bone") da rede cobrindo zonas urbanizadas dos municípios indicados como atores	Diadema, Mauá, SA, SBC, SCS, Embratel; EE1, EE4, EE6.	Curto (2000)	Empresas, Prefeituras	Velocidade nas telecomunicações de voz, imagens e dados
Intranets Municipais	Adaptar as atuais estruturas administrativas das Prefeituras ao estado da arte em	Viabilização do melhor aproveitamento possível, pelas Prefeituras, dos novos recursos em implantação no	Municípios, Embratel, Consultorias Especializada	Curto a Médio	Prefeituras	Desempenho das entidades municipais detentoras de informações a serem

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos / Metas	Agentes / /Parceiros/ Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
	telecomunicações	setor, através da formulação de novas arquiteturas administrativas	s; EE1; EE6.			disponibilizadas (meio) e de prestação direta de serviços aos municípios (fim)

Programa: ENERGIA

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos / Metas	Agentes / /Parceiros/ Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
Usinas Termo-Elétricas	Implantar Complexo Térmico para Geração de Energia Elétrica na Região (Quatro Usinas, em SBC, Mauá, SCS e SA)	Capacitação da Região no sentido da redução de sua dependência do setor hidro-elétrico da matriz energética; aumento da oferta de energia elétrica, a partir do gás natural boliviano 2.000 MW (megawatts) a curto prazo e 4.000 MW a médio prazo; obs.: o volume diário previsto no acordo internacional é de trinta milhões de metros cúbicos	Consórcio, Estado, Empresas; EE4.	Curto e Médio	Empresas	Redução de custos e cortes no fornecimento de energia elétrica

Programa: ÁGUA

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos / Metas	Agentes / /Parceiros/ Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
Reuso (Água Industrial)	Construir ECR – Estação de Condicionamento para Reuso Industrial	Fornecimento de água industrial para o Pólo Petroquímico de Capuava e indústrias ao longo do Rio Tamanduateí	Prefeituras de Mauá e SA; SAMA; SEMASA; EE4	Curto e Médio		Oferta de 350 l/seg (curto prazo) a 600 l/seg (médio prazo) de água produzida pelo tratamento de esgoto avançado (domiciliar) de Mauá, a preço reduzido (R\$1,30 a 1,50/m3)
Efluentes e Coletor Tronco	Otimizar a operação da Estação de Tratamento de Esgoto do ABC (ETE/ABC), com construção de coletor-tronco	Despoluição das Bacias Hidrográficas da Região Exportação dos esgotos de Rio Grande da Serra, Ribeirão Pires e APM de Santo André da Bacia Billings; 100% da Bacia Tamanduateí	Prefeituras, Sabesp; Semasa; Sama EE2; EE4; EE5.	Médio		

Programa: 3.06 RESÍDUOS SÓLIDOS

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos / Metas	Agentes / /Parceiros/ Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
Gestão Integrada	Resgatar a responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo na questão de resíduos sólidos em Regiões Metropolitanas, respeitadas as autonomias municipais.	Co-responsabilidade do Estado e Municípios na gestão integrada da Política de Resíduos Sólidos na Região Elaboração/ Aprovação do Plano Diretor de Resíduos Grande ABC	Prefeituras, Estado, Consórcio, Câmara, Subcomitê; EE6.	Curto (2001)		

Gestão Integrada	Articular a viabilização de recursos do Governo Federal para financiamento de empreendimentos públicos e privados na área da gestão integrada de resíduos sólidos	Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos da Região Viabilização de projetos regionais e locais	Prefeituras, Consórcio; FGTS, BNDES, OGU, CEF; Empresas da iniciativa privada; EE6.	Curto, Médio e Longo (Permanente)		
Qualidade Ambiental	Obter melhora contínua da Qualidade Ambiental nos equipamentos de saneamento da região	Preservação Ambiental com padrões/ indicadores essenciais; Ampliação da vida útil dos Aterros Sanitários na região Ampliação e Qualificação dos Aterros de Santo André e Mauá	Prefeituras, Subcomitê, Consórcio; Estado; Empresas da iniciativa privada EE2; EE5.	Médio (2002)		
Reciclagem	Implementar Programa Recicla ABC	Campanha dos 3Rs ; Co-responsabilidade Poder Público/Sociedade Ampliação dos programas municipais de coleta seletiva e outros, envolvendo grandes geradores, prestadores de serviços/escolas e outros	Prefeituras, Consórcio ; Estado ; Sociedade; Iniciativa privada; EE1; EE2; EE4;EE7.	Curto, Médio e Longo (Permanente)		
Qualidade Ambiental	3.06.05 Apoiar programas de tratamento dos resíduos industriais, em conformidade com resoluções do CONAMA, normas e certificações ambientais - Programa de Renovação de Frota de Veículos, recepção de materiais pós-consumo (pneus, plásticos, embalagens, metais, inertes c. civil e outros)	Certificação e preservação ambiental Diagnóstico da situação atual; Atendimento a disposição final de resíduos industriais com qualidade ambiental na Região.	Prefeituras, Subcomitê, Consórcio; Governo do Estado; Empresas geradoras; EE2; EE4; EE6	Médio (2002)		

Qualidade Ambiental; Reciclagem; Gestão Integrada	3.06.06 Estabelecer política regional de incentivos para municípios que sejam rota e destino de resíduos, e os que adotem medidas de redução, manejo diferenciado, reciclagem, modernização tecnológica e qualificação ambiental nos sistemas de coleta e tratamento	Preservação Ambiental e modernização do mercado na área de manejo e reciclagem de resíduos Implantação de programa de incentivos e certificação ambiental na área da política integrada de resíduos sólidos - Região do Grande ABC	Prefeituras, Estado, Consórcio, Câmara, Subcomitê, EE1; EE6.	Médio (2002)		
Gestão Integrada; Qualidade Ambiental	3.06.07 Discutir instrumentos legais em nível regional que assegurem medidas de redução, manejo diferenciado, reciclagem, modernização tecnológica e qualificação ambiental nos sistemas de manejo e tratamento	Sustentabilidade sócio-econômica e ambiental; adequação, normatização e regulamentação da legislação às necessidades regionais e locais	Prefeituras, Subcomitê, Estado, Consórcio, Câmara; EE1; EE6.	Curto (2001)		
Gestão Integrada	3.06.08 Estimular participação das Universidades e institutos de ensino técnico nas ações de implementação da Política Regional de Resíduos Sólidos	Produção, sistematização e divulgação do conhecimento Capacitação de recursos humanos, monitoramento de experiências, geração de referências e indicadores	Prefeituras, Câmara, Consórcio, universidades e institutos; EE1; EE4.	Curto, Médio e Longo (Permanente)		
Inclusão Social; Qualidade Ambiental	3.06.09 Consolidar o Programa Nacional Lixo & Cidadania na Região do Grande ABC	"Criança no lixo nunca mais", inclusão social e eliminar áreas degradadas Programas de inclusão social para catadores e fechamento do lixão do Alvarenga/ áreas degradadas	Prefeituras, Câmara, Consórcio e sociedade; EE2; EE5; EE7	Médio (2002)		

PRE.ABC**Eixo EE.4****DIVERSIFICAÇÃO E FORTALECIMENTO
DAS CADEIAS PRODUTIVAS****PROGRAMA: Apoio à Indústria Petroquímica**

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos	Agentes / / Parceiros	Prazos
Expansão da Petroquímica	Viabilizar a competitividade das empresas do Polo Petroquímico de São Paulo como forma de continuidade na Região do Grande ABC, bem como sua ampliação através da expansão da PQU e de todo o Pólo.	Suprir a demanda de produtos petroquímicos no sudeste do Brasil, da ordem de 75% do consumo total, sendo que o Pólo de São Paulo atende apenas a 25% da demanda nacional.	Empresas de 1ª. e 2ª. geração do Polo Petroquímico de São Paulo.	20 meses após a conclusão de negociação de fornecimento da matéria prima.
Controle de Acidentes	Assegurar uma condição mais segura na Região do Grande ABC e desta forma reduzir o potencial de incêndios, acidentes e prejuízos na sociedade e no meio ambiente, através da redução da atividade de soltar balões	Reduzir a quantidade de balões no céu do Grande ABC, por meio de campanha junto à sociedade como um todo.	Empresas do Pólo Petroquímico de São Paulo, c/o apoio das Prefeituras do Grande ABC, do Corpo de Bombeiros e das Polícias Civil e Militar.	próximos 4 anos.

PROGRAMA:Apoio à Indústria de Transformação de Resinas Plásticas

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos	Agentes / / Parceiros	Prazos
Fortalecimento do Associativismo entre as empresas	Formar consórcio de Exportação	Incentivar a exportação de produtos plásticos elaborados, por intermédio de iniciativa conjunta ABIPLAST/SEBRAE.	Indústria de Transformação de Plásticos ABIPLAST SEBRAE	6 meses início sensibilização 2 anos, atingir meta .
	Formar uma Central de Compras de Matérias Primas	Organização das indústrias de transformação, consumidoras de resinas plásticas, para redução de custos em função dos volumes encomendados	Indústria de Transformação Indústria Petroquímica Distribuidores ABIPLAST	6 meses : início da implantação, fins de 2.001: consolidação da central
	Criar de um Polo Produtor de Moldes	Viabilizar a expansão da produção de moldes para a transformação plástica na região do Grande ABC, visando a redução nos prazos de entrega, de custos e o aumento da qualidade das ferramentas.	Prefeituras/Governo do Estado Produtores de moldes SENAI ABIMAQ/ABIPLAST	6 meses 24 meses 24 meses 5 anos
Modernização Produtiva	Empreender Programa de Conservação de Energia no Setor de Plásticos.	Redução no consumo de energia elétrica utilizada no processo de produção.	Empresas de consultoria especializada	3 anos
	Renovação do maquinário atual do parque transformador de material plástico instalado na região.	Superação da defasagem tecnológica do setor (estimada em 10 anos).	Empresas	3 anos.
Diagnóstico e Informação	Realizar diagnóstico da Indústria de Produtos de Matérias Plásticas da região do Grande ABC.	Análise da capacidade competitiva, com vistas ao seu planejamento estratégico nas dimensões empresarial e setorial.	Consórcio / Agência de Desenvolvimento Sebrae e Empresas do Setor e Abiplast	4 meses
	Edição periódica do Plastinforme	Manter um canal de comunicação do subgrupo de Trabalho com as empresas e os demais agentes envolvidos nas discussões regionais.	Membros do SGT da Indústria Plástica.	Permanente.

PROGRAMA:Apoio à Indústria Moveleira

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos	Agentes / / Parceiros	Prazos
Divulgação e Sensibilização	Sensibilizar empresas moveleiras e seus parceiros, para revitalizar a atividade moveleira da região	Disponibilização de palestras e seminários. Divulgação das ações na imprensa, buscando a participação e comprometimento da classe empresarial.	Governo do Estado Consórcio; Sebrae Sindicato da Indústria de Móveis; Sindicato dos Trabalhadores Universidades Escolas Técnicas	1 ano
	Implantar um programa de marketing junto ao Sindicato patronal	Desenvolvimento da capacidade mercadológica do setor, através da promoção de encontros, seminários, visitas a feiras nacionais e internacionais de móveis	Prefeitura do Município de SBC Associação dos Comerciantes de Moveis Sindicato das Indústrias de Móveis do ABCD	Feira anual
Modernização Produtiva	Implantação de Programas de Modernização do Parque Fabril	Criação de programas de geração de linhas especiais de financiamento à modernização do parque fabril, junto as agências e órgãos específicos Apoiando as indústrias na elaboração de projetos de financiamentos; e projetos de maquinários e modernização.	Consórcio SEBRAE Sindicato das Inds. de Móveis do ABCD Sindicato dos Trabalhadores	3 anos

PROGRAMA:Fortalecimento do Setor Terciário

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos	Agentes / / Parceiros	Prazos
Infra-estrutura	Criar legislação com critérios de impacto para empreendimentos com mais de 2.000 m2	Mitigar os efeitos sobre o comércio tradicional	ACI's Prefeituras	2 anos
	Criar distritos de desenvolvimento comercial	Fortalecer o comércio de rua e tradicional	ACI's Prefeituras	2 anos
	Diagnosticar as regiões comerciais em risco de decadência e desenvolver planos de recuperação		ACI's Prefeituras	3 anos
Sensibilização	Reforçar na população local a opção de consumo na região		ACI's Prefeituras	2 anos
	Criar programa sobre direitos do consumidor no currículo escolar		ACI's Prefeituras Estado	2 anos
Divulgação e Marketing	Realizar campanha regional de incremento ao comércio com ações agregadas da iniciativa privada		ACI's Prefeituras Empresas de Comunicação	1 ano
	Otimizar calendário de atividades promocionais regionais		ACI's Empresas	1 ano
	Organizar eventos sensibilizadores que gerem informação sobre novidades no mercado		ACI's Prefeituras	
Serviços	Levantar informações e fazer diagnóstico sobre o setor prestador de serviços na região	Conhecimento da situação e das possibilidades de ações visando a expansão destas atividade na região	ADGABC SEADE IMES BIRD / BID	1 ano

PROGRAMA:4.5. Apoio ao Turismo Regional

* = Entidades: SEBRAE – SP, Universidades, SESC, SEHAL, SINCOMÉRCIO, ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS e SENAI.

** = PDTR: Plano de Desenvolvimento do Turismo Regional.

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos / Metas	Agentes / / Parceiros / Interfaces	Prazos
Infra Estrutura Básica	Diagnosticar o potencial turístico da Região.	Fomentar o turismo, aproveitando os recursos já existentes (base para o PDTR**) e gerar novos empreendimentos.	Departamentos de Turismo dos Municípios / Órgãos especializados em pesquisa e EE3.	Curto e Permanente.
	Construir centros de exposições, pavilhões de eventos e convenções.	Alavancar demanda para o turismo de negócios e eventos através de feiras e convenções.	Iniciativa privada / Consórcio/ Governo do Estado / EE6.	Médio
	Criar trens turísticos aos fins de semana e feriados com destino a Paranapiacaba a partir do município de São Paulo.	Incremento do turismo àquela região.	CPTM / Iniciativa Privada / EE2 e EE6.	Curto
	Recuperar (melhorar) atrativos existentes.	Tornar apresentável os atrativos da Região.	Governo do Estado / Prefeituras / Iniciativa Privada / EE6 e EE2.	Médio e Permanente.
	Intensificar o policiamento nos atrativos turísticos.	Garantir a segurança do turista e a preservação do Patrimônio	Polícia Militar e Civil / Câmara do Grande ABC / Prefeituras Municipais.	Curto e Permanente.
	Formar o Conselho Regional de Turismo, Fundo Regional e Entidade Regional, como por exemplo: ABCTUR e Convention Bureau.	Articular o desenvolvimento do turismo na Região através de entidades juridicamente estabelecidas para atuarem nas questões de âmbito turístico da Região.	GT Turismo / Trade / Entidades* da Região e EE6.	Curto
Diagnóstico e Informação	Estruturar um Banco de Dados e Informações Turísticas na Agência de Desenvolvimento Econômico.	Manter atualizados as informações e dados necessários sobre os recursos existentes para roteiros, eventos turísticos e possíveis investimentos.	Agência de Desenvolvimento Prefeituras GT Turismo	Médio e Permanente.

	Fazer a sinalização turística de toda a Região.	Orientar e facilitar o acesso turístico aos atrativos turísticos.	SEET – PNMT / Iniciativa Privada / EE5 / EE3 e EE6.	
	Diagnosticar estruturas turísticas em risco e criar planos de emergência.	Preservar o patrimônio e a segurança dos visitantes, além de recuperar os atrativos.	Prefeituras / Governo do Estado / Ong's e EE5.	Curto e Permanente.
	Incluir a Região no PNMT (Programa Nacional de Municipalização do Turismo).	Garantir selo Turístico da EMBRATUR – RINTUR e o acesso ao FUNGETUR.	Prefeituras / SEET / EMBRATUR.	Curto
Sensibilização	Realizar atividades de sensibilização à população local, à P.M. e Civil e toda cadeia envolvida com o Turismo	Sensibilizar a população para as vantagens proporcionadas pelo turismo, como agente gerador de emprego e renda	Prefeituras / Governo do Estado / Entidades*.	Curto e Permanente.
	Estruturar eventos sensibilizadores aos tomadores de decisões da Região.	Sensibilizar os tomadores de decisões para o potencial turístico da Região e envolvê-los no processo.	Trade GT Turismo / Entidades*.	Curto e Permanente.
	Inserir programa de sensibilização nos currículos escolares.	Conscientizar o estudante da necessidade e preservação do Patrimônio; além do significado do turismo para o futuro da Região.	Prefeituras Escolas Públicas e Particulares e EE1.	Curto e Permanente.
Capacitação e Educação para o Turismo	Criar Oficinas e Workshops, voltados ao desenvolvimento do Turismo Regional.	Garantir um futuro suporte profissional.	SEET – PNMT / GT Turismo Entidades*.	Curto e Permanente.
	Elaborar o Plano de formação e capacitação da mão-de-obra para o Turismo.	Realizar programação de desenvolvimento e capacitação da mão-de-obra especializada.	GT Turismo Entidades* e EE7.	Curto e Permanente.
	Elaborar e vincular campanhas educativas à população em geral e aos visitantes.	Atender de maneira profissional o turista.	Entidades* Prefeituras Câmara do Grande ABC.	Curto e Permanente.
	Ministrar cursos de capacitação de turismo ecológico; cultural e de negócios.	Utilizar a capacitação profissional dos atores envolvidos para formação de mão-de-obra qualificada.	Prefeituras / Governo do Estado / EE7 Entidades*; Escolas Técnicas	Curto e Permanente.

Desenvolvimento dos Serviços de Recepção	Incentivar o desenvolvimento dos meios de hospedagem.	Aprimorar os meios já existentes, e incentivar novas instalações e investimentos na Região.	Prefeitura GT Turismo Empresas EE6.	Médio
	Realizar periodicamente Funtours com o Trade, Jornalistas da área e Tomadores de decisões.	Propiciar, aos envolvidos, o conhecimento dos atrativos e elaborar de roteiros turísticos para a Região.	GT Turismo Equipamentos e Serviços Turísticos e Trade	Curto e Permanente.
	Realizar rodas de negócios.	Fomentar investimentos na Região.	Câmara do Grande ABC / Trade / SEBRAE – SP e EE6.	Curto e Permanente.
	Criar selo de qualidade turística.	Garantir qualidade turística e dos equipamentos existentes, bem como a sua preservação.	Câmara do Grande ABC / Prefeituras SEET.	Curto e Permanente.
Divulgação e Marketing	Desenvolver um Plano de Marketing positivo para incremento do Turismo na região.	Contribuir no despertar dos interesses turísticos para a Região.	GT Turismo Agência de Desenvolvimento Econômico Entidades* / Trade Empresas / EE6.	Curto e Permanente.
	Estabelecer comissão de abordagem permanente (no órgão regional que deverá ser criado).	Supervisionar planos e ações ligados ao desenvolvimento do Turismo Regional.	ABCTUR / GT Turismo Prefeituras/Trade.	Médio e Permanente.
	Criar uma Assessoria de Imprensa efetiva.	Divulgar os trabalhos desenvolvidos no Turismo Regional.	ABCTUR GT Turismo	Curto e Permanente.
	Otimizar e compatibilizar roteiros e calendários de atividades turísticas.	Evidenciar trabalhos do Grupo de Turismo Regional e das iniciativas turísticas da Região.	Empresas Prefeituras Imprensa Regional / Trade e GT Turismo	Curto e Permanente.
	Viabilizar eventos de interesse para a fomentação de nichos de mercado.	Mapear interesses; realizar discussões comerciais com a finalidade de gerar negócios e parceiros e agregar novos investimentos.	Prefeituras Iniciativa Privada ABCTUR / EE6 / GT Turismo Agência de Desenvolvimento Econômico	Curto e Permanente.

	Criar folheteria regional de incentivo ao turismo.	Divulgar os atrativos da região para atrair visitantes.	ABCTUR / GT Turismo Agência de Desenvolvimento Econômico Prefeituras Empresas/EE6	Curto e Permanente.
	Lançar campanha com equipamentos e instrumentos institucionais.	Divulgar, através da mídia, os trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Turismo Regional.	GT Turismo Diário do Grande ABC.	Curto e Permanente.
Patrimônio Histórico Cultural	Recuperar e Conservar o Patrimônio Histórico Cultural da Região.	Restauração, conservação e manutenção do Patrimônio Histórico Cultural da Região.	ABCTUR / EE2 Prefeituras Comunidade em geral e Governo do Estado.	Curto e Permanente.

PROGRAMA:4.6. Apoio a Outras Cadeias Industriais

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos	Agentes / / Parceiros	Prazos
Fortalecimento de outras cadeias produtivas	Identificar, mobilizar e desenvolver ações com outros setores representativos na região e ainda não envolvidos com a Câmara Regional; visando o fortalecimento de redes horizontais de pequenas empresas	Aumento da competitividade de setores como: borracha, cosméticos, química, manufatura mecânica, gráfica, alimentícia e conformação e tratamento de metais.	- Empresas - Associações Empresariais - Sindicatos - Sistema educacional e de pesquisa	4 anos
	Atrair empresas ligadas ao setor de eletrônica embarcada para se instalar na região, através da capacitação tecnológica e oferecimento de infraestrutura física compatível	Ampliar na região a produção em setores com alto potencial de crescimento, bem como garantir a manutenção / crescimento da cadeia automotiva da região	ADEGABC Prefeituras Universidades	3 anos
	Apoiar a criação e fortalecimento de pequenas empresas de base tecnológica, através de apoio gerencial e financeiro.	Garantir a expansão de setores industriais dinâmicos na região, gerando empregos de qualidade para a população local	ADEGABC SEBRAE Universidades	3 anos

PROGRAMA:4.7. Geração de Trabalho e Renda

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos	Agentes / / Parceiros	Prazos
Análise da situação	Criar e Manter Banco de Dados Sócio Econômico	Integrar ações e otimizar recursos, possibilitando a informação e a obtenção de indicadores que favoreçam maior efetividade na Política de Desenvolvimento Sócio Econômico	Agência de Desenvolvimento Econômico SEADE IMES	Curto Prazo
	Estudos sobre as tendências do mercado do trabalho e vocação regional	Definir diretrizes para as ações de Geração de Trabalho e Renda	Municípios Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social SERT - SADS Agência de Desenvolvimento Econômico Centros de Pesquisa Universidades	Curto Prazo



EE4 - Diversificação e Fortalecimento das Cadeias Produtivas

As ações desenhadas neste eixo estruturante para o desenvolvimento regional partem de duas vertentes :

- a) da discussão acumulada por parte dos grupos de trabalho da Câmara Regional, que se traduziu em ações claramente desenhadas (ou mesmo em andamento) para alguns tópicos cuja discussão estava madura e em outras ações que, se não claramente detalhadas, refletem as necessidades apontadas pelo grupo para se chegar ao cenário desejado de futuro ;
- b) do diagnóstico de que é necessário interferir no processo de reestruturação das cadeias produtivas existentes no Grande ABC e no desenvolvimento de novas cadeias que permitam um crescimento sustentado e dinâmico da economia regional .

O conjunto de ações propostas busca a interação dos agentes locais, não apenas daqueles diretamente ligados ao processo produtivo, de forma a criar fatores que não apenas fortaleçam e desenvolvam os setores específicos mas que criem vantagens comparativas que sirvam de "âncoras" à localização das empresas na região.

Coloca-se assim como objetivo do planejamento estratégico regional não apenas o fortalecimento da atual estrutura industrial, que vem se reestruturando e mantendo seu papel como gerador de riqueza para a região, ainda que não mais como polo gerador de emprego. O objetivo maior a ser alcançado é o da criação de redes de produção cooperativas (na indústria ou fora dela), com forte descentralização dos processos produtivos, alto índice de inovação tecnológica e, conseqüentemente, alta competitividade e capacidade de crescimento.



EE5 - Ambiente Urbano De Qualidade

O Eixo Estruturante Ambiente Urbano de Qualidade foi concebido não só como uma série de projetos de infra-estrutura (viária, de saneamento, etc.) dos municípios da região, mas como todo o conjunto de programas, ações e decisões políticas voltadas ao desenvolvimento integral de um ambiente urbano e à melhoria contínua da qualidade de vida de sua população. A perspectiva é de longo prazo e prevê a reconversão, conservação, recuperação ambiental, colocando o planejamento urbano e ambiental no centro da estratégia de desenvolvimento sustentável do Grande ABC, num processo contínuo de discussão com todos os setores comprometidos com o aumento da qualidade de vida da região.

Conforme o documento Cenário de Futuro a transição de uma região centrada na indústria de corte fordista para uma região urbano-industrial de dupla vocação econômica - indústria moderna e terciário avançado - impõe o desenvolvimento de planos urbanísticos capazes de abrigar o novo cenário, sem os inconvenientes do modelo anterior.

O Ambiente Urbano de Qualidade a ser obtido deverá constituir-se de todo o elenco de medidas cuja resultante implique a elevação dos padrões de desenvolvimento humano, incorporando numa mesma diretriz as dimensões econômica, sócio-ambiental, cultural e política. Vale dizer, todas as ações que façam da Cidade o espaço por excelência da prosperidade, da inovação, do bem-estar social e do manejo adequados recursos naturais.

É nosso objetivo criar um ambiente positivo que associe as condições de desenvolvimento econômico à melhoria contínua da qualidade de vida em geral, ao estancamento e reversão - da degradação de seu acervo ambiental e cultural, através de um Programa de Requalificação Urbana com Inclusão Social, que atenda a consolidação e potencialização de novas centralidades; a preservação de patrimônio histórico e cultural; a recuperação ambiental urbana para o conjunto da região; e a integração das intervenções habitacionais às ações de qualificação do ambiente.

O Plano de Ações delineado objetivou também diminuir as disparidades de desenvolvimento econômico e social do Grande ABC, caminhar rumo à caracterização da Grande São Paulo como um espaço policêntrico e sede de uma nova cultura vivencial, destacando a Gestão Regional como meio de implementar e potencializar as ações regionais com base num observatório de qualidade de vida

Além disso foi previsto envolver novos agentes no processo de mudança, principalmente as comunidades locais; além de implementar instrumentos urbanísticos para viabilizar as ações propostas no planejamento estratégico regional.

Para atingirmos esses objetivos será necessário criar condições de produzir conhecimento inovador, dentro e fora da universidade, nas áreas prioritárias para a transformação almejada. Assim, a criação de núcleos de excelência em pesquisa de novas tecnologias de saneamento ambiental, em arquitetura, em urbanismo e planejamento de regiões metropolitanas mostra-se vital ao sucesso de todo o projeto.

Os integrantes do Grupo de Trabalho (ver lista anexa) composto por representantes do Governo do Estado, das Prefeituras e das Instituições Universitárias da região reuniu-se preliminarmente em torno do documento Cenário de Futuro, no sentido de explicitar e recortar o seu objeto específico de trabalho. Em seguida foram aprovados projetos em desenvolvimento pelos integrantes, que pudessem compor um Plano de Ação Regional. Foram estabelecidos os parâmetros teóricos para referenciar as ações, através de um "workshop" realizado no IMES, no qual foram discutidos os pressupostos para a concepção das ações principais.

O IMES incumbiu-se de registrar o evento e o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC realizou sua transcrição existindo, portanto, um documento de registro do trabalho realizado.

Finalmente foi realizada uma dinâmica de trabalho, na qual foram definidas as ações para sete temas principais, a saber:

Macro circulação, acessibilidade e mobilidade;

Diminuição de desigualdades e da segregação urbana: requalificação de áreas habitacionais; programas habitacionais para a população de baixa renda;

redistribuição da renda urbana - criação de espaços públicos; complementação e qualificação de serviços urbanos; requalificação de áreas empresariais desocupadas (geração de novos empregos).

Criação de novas centralidades: projetos de áreas centrais das 7 cidades; implementação de parques, áreas verdes, e vegetação urbana; implantação de marcos referenciais regionais.

Recuperação Ambiental: combate às enchentes; recuperação dos corpos d'água; manejo sustentável de resíduos sólidos; qualidade do ar

Preservação do Patrimônio Ambiental, Cultural: pesquisa e divulgação de espaços de qualidade

Gestão Regional - instituições, instrumentos e recursos: integração da Legislação urbanística e edilícia; difusão e produção da cultura, lazer e esportes; participação cidadã / planos de bairros

Estes temas foram agrupados em torno de 3 (três) programas gerais: Requalificação Urbana com Inclusão Social; Gestão Regional - instituições e recursos estratégicos; e Circulação, acessibilidade e mobilidade. Este último programa foi encaminhado ao Eixo Estruturante 3, bem como ações de interface com os Eixos 2 e 7.

Como proposta de acordo imediato o grupo sugeriu uma articulação das Prefeituras, Governo do Estado de São Paulo e Universidades e Institutos de Pesquisa Regionais com o objetivo de produzir pesquisas e conhecimento e construir um saber específico regional.

PRE.ABC Eixo EE.5 AMBIENTE URBANO DE QUALIDADE

PROGRAMA: REQUALIFICAÇÃO URBANA COM INCLUSÃO SOCIAL

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/Metas	Agentes/ Parceiros/ Interfaces	Prazo	Recursos	Indicadores para Avaliação
I- Consolidação e potencialização de novas centralidades (Projetos e áreas estratégicas)	Elaborar plano para requalificar as áreas empresariais e industriais desocupadas e/ou subutilizadas	Estabelecer Plano de Reconversão Industrial e gerar novos empregos.	Consórcio Agência	Curto	R\$ 500 mil por projeto	- Número de empregos (possíveis) gerados - Potencial volume de investimentos por empregos gerados
	Adotar o Projeto Eixo Tamantuateí como ação regional	Requalificar o ambiente urbano, criando novas parcerias.	Consórcio Secovi Associações Comerciais	Curto	R\$ 500 mil por projeto	- Obtenção de Coeficiente de Qualidade do Espaço - Potencial de Parceiros
	Elaborar projeto urbanístico para revitalizar a área de influência da ligação do Complexo Rodoanel ao Anel Viário - Av. Robert Kennedy e Café Filho.	Requalificar o ambiente urbano; criando novas parcerias.	Consórcio/ Agência Subcomitê	Médio	R\$ 500 mil por projeto	- Potencial de Fixação da População de Baixa Renda
	Elaborar projeto urbanístico do corredor de Trólebus.	Estabelecer operações urbanas vinculadas às novas centralidades do corredor.	Consórcio	Curto/Médio	R\$ 500 mil por projeto	
II- Preservação do patrimônio histórico e cultural do Grande ABC.	Elaborar um inventário de bens históricos do Grande ABC.	Elaborar plano de preservação do Patrimônio Histórico – Cultural do Grande ABC (Ação futura).	Consórcio/ UNIABC/ Secretaria Estadual de Cultura	Curto	2 Professores 1 Técnico de cada Prefeitura Sala de pesquisa	Avaliação dos Produtos Teste de aplicação do

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/Metas	Agentes/ Parceiros/ Interfaces	Prazo	Recursos	Indicadores para Avaliação
	Criar um laboratório de espaços urbanos de qualidade.	Qualificar a diversidade do espaço urbano regional.	Consórcio/ UNIABC	Médio		
III- Elaboração de Projeto de Recuperação Ambiental Urbana (criação de grupo de trabalho itinerante)	Elaborar plano de parques e áreas verdes do Grande ABC.	Melhorar a qualidade do ar.	Consórcio/ Setores Empresariais/ Secretaria Estadual do Meio – Ambiente	Médio	3 Gerentes 30 Técnicos	Grau de mobilização de comunidades Quantidade de população, ONGs e empresas envolvidas Número de projetos implementados Número de localidades atendidas Quantidade de setores municipais envolvidos
	Implementar ações de micro-drenagem de impacto regional.	Complementar plano de macro-drenagem.	Consórcio e SMA SRH	Médio		
	Implementar programa de revegetação urbana. (Fora da área de Proteção aos Mananciais.)	Melhorar a qualidade do ar.	Consórcio/Setores Empresariais/ Secretaria Estadual do Meio – Ambiente	Médio		
	Promover a revalorização dos cursos d'água.	Recuperar os cursos d'água e criar nova relação cidade-rios.	Concessionárias Consórcio EE2	Médio		
	Elaborar e implementar programa de educação ambiental regional.	Recuperar a qualidade do ambiente regional.	Consórcio EE3	Curto		
	Articular ações de requalificação do ambiente com as ações dos programas de promoção social.	Recuperar a qualidade do ambiente regional.	Consórcio EE7	Curto		

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/Metas	Agentes/ Parceiros/ Interfaces	Prazo	Recursos	Indicadores para Avaliação
	Identificar as áreas urbanas degradadas e de risco.	Relocar a população dessas áreas ou requalificar os espaços locais.	EE2 e EE3 Consórcio	Médio		
	Combater as diversas formas de poluição: ar, sonora, visual.	Recuperar a qualidade do ambiente regional.	Consórcio EE2	Longo		
	Criar interface com Subcomitê de Bacias e o EE2.	Integrar ações regionais.	Subcomitê de Bacias EE2	Curto		
	Elaborar plano emergencial de melhoria das condições de circulação e acessibilidade (barreiras arquitetônicas) de PPD e pedestres	Melhorar a qualidade de vida de pedestres e PPD.	Consórcio EE3	Médio		

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/Metas	Agentes/ Parceiros/ Interfaces	Prazo	Recursos	Indicadores para Avaliação
IV – Habitação integração das intervenções habitacionais às ações de qualificação do ambiente.	Implementar as ações definidas no acordo da Câmara do ABC- Habitação 98. -Regularização Fundiária -Substituição de Moradias -Reassentamento de apoio a Programas Municipais de Urbanização Integrada -Reassentamento de família de áreas de manancial	Atender a totalidade das metas do acordo: 3500 Famílias em áreas do CDHU – Programa de Regularização Fundiária 1000 Unidades em programas de substituição de moradias 2000 unidades em reassentamentos de apoio a programas municipais de urbanização integrada 4000 unidades para famílias de áreas de mananciais	Consórcio Prefeituras Municipais CDHU/SH Responsáveis pela infra- estrutura(Sabesp/ .Eletropaulo e Concessionárias locais) Ministério Público SMA/órgãos licenciadores Associações Comunitárias Responsáveis pelos Programas Sociais(Educação, Transportes, Trabalho etc.) EE7	Curto Médio	SH/CDHU: Recursos para construção e/ou melhoria de unidades habitacionais urbanas Prefeituras: Obtenção/ disponibilização de áreas no âmbito dos programas de urbanização integrada e de recuperação de mananciais Demais Agentes: Implantação da infra-estrutura, equipamentos públicos etc.	Programas Viabilizados Número de famílias atendidas Número de núcleos habitacionais subnormais recuperados

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/Metas	Agentes/ Parceiros/ Interfaces	Prazo	Recursos	Indicadores para Avaliação
	Estruturar intervenções habitacionais articuladas às políticas de requalificação de áreas: Empresariais e industriais desocupadas e/ou subutilizadas. Residenciais degradadas Vinculadas á política de recuperação das áreas de mananciais.	Criar alternativas viáveis do ponto de vista econômico e social para disponibilização de áreas adequadas aos programas habitacionais regionais. Articular e potencializar a eficácia das políticas e investimentos de desenvolvimento urbano/recuperação ambiental e atendimento habitacional	Consórcio Prefeituras SH/CDHU Responsáveis pela implantação e requalificação da infra-estrutura (Sabesp, Eletropaulo, Concepcionárias locais, Órgãos de Transportes etc.) Empresas envolvidas nos Programas de Requalificação Urbana Comunidades Locais	Médio/ Longo	Composição de Recursos Públicos (Estado/Municípios) e Privados a ser Definida em cada operação Obtenção de financiamento de fontes nacionais e/ou internacionais para o conjunto das operações	Número de operações estruturadas Potencial de atendimento à famílias em programas de interesse social Potencial de recuperação de áreas degradadas
	Articular às intervenções habitacionais e de requalificação do ambiente com programas de promoção social e econômica da população.	Promover a sustentabilidade das intervenções Possibilitar o desfrute social dos investimentos a serem realizados na requalificação do ambiente	Consórcio Prefeituras Responsáveis pelas políticas sociais (Saúde, Educação, Trabalho, Promoção Social e Econômica etc.) Comunidades Locais Sociedade Civil/ONGs Parcerias com Empresas e Universidades EE7	Curto/ Médio/ Longo	Composição de recursos públicos e privados a ser definida em cada operação	Indicadores de melhoria das condições de inserção social e urbana da população, tais como: Saúde/condições sanitárias (Re)Qualificação profissional/Educação Renda Fixação da População nos locais de moradia e/ou reassentamento etc.

PROGRAMA: 5.02 – GESTÃO REGIONAL: INSTITUIÇÕES E RECURSOS ESTRATÉGICOS

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/Metas	Agentes / Parceiros/ Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
V- Implementar e potencializar as ações regionais.	Criar um observatório de IRQVU no Grande ABC.	Monitorar a qualidade de vida e ampliar indicadores alternativos de qualidade.	Consórcio IMES Instituto de Governo e Cidadania EE2 e EE6	Curto	Sala de pesquisa e apoio material 1 Pesquisador IMES	Periodicidade do Monitoramento
	Envolver a comunidade acadêmica na materialização das ações.	Ampliar o envolvimento da universidade na solução dos problemas da região.	UNIABC UNIBAN IMES METODISTA EE1	Curto	1 Pesquisador Prefeitura ou Agência Recursos humanos e apoio administrativo	
VI – Envolver novos agentes no processo de mudança.	Envolver as comunidades locais na requalificação de seus espaços/bairros.	Democratizar os meios de intervenção no espaço urbano.	Consórcio UNIAC IMES EE6	Médio Longo		
VII – Implementar instrumentos urbanísticos para viabilizar as ações.	Propor instrumentos para a recuperação de recursos públicos promotores da valorização imobiliária.	Criar novas fontes de recursos e novas oportunidades de intervenção.	Consórcio Empresários Setor Imobiliário EE2 e EE3	Médio Longo		
	5.02.05 – Elaborar diretrizes de uso do solo regional.	Qualificar a ocupação dos espaços urbanos.	Consórcio Subcomitê Emplasa EE2	Médio		
	Equacionar as legislações urbanísticas às diretrizes regionais.	Compatibilizar as estratégias de ocupação.	Consórcio Subcomitê Emplasa EE2 e EE6	Médio Longo		

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/Metas	Agentes / Parceiros/ Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
	Capacitar as estruturas de aplicação da legislação.	Qualificar a aplicação e a fiscalização da legislação urbanística	Consórcio Subcomitê Emplasa	Curto	R\$ 1 milhão	
	Revitalizar as áreas de fronteira entre municípios.	Recuperar a Qualidade do ambiente regional e compatibilizar a legislação intermunicipal de uso do solo	Consórcio	Curto		



EE6 - Identidade Regional e Estruturas Institucionais

Os temas tratados no âmbito do EE6 - Identidade Regional e Estruturas Institucionais, cujas ações estão aqui apresentadas, na sua maioria ainda não possuem o mesmo acúmulo que os demais eixos desenvolveram durante o processo de planejamento que a Câmara Regional vem produzindo desde 1997.

Por isso as propostas do eixo não têm a pretensão de esgotar os temas tratados, mas sim tentar levantar questões relevantes que deverão ser objeto de um detalhamento na continuidade do Planejamento Regional.

Assim sendo entendemos que os programas propostos buscam basicamente ampliar os horizontes da Câmara fazendo com que ela extrapole os limites da Região, além de torná-la mais próxima dos cidadãos do ABC.

Neste sentido a constituição/identificação da comunidade cívica regional (programa 6.01) é uma tarefa fundamental para que cada cidadão sinta-se também responsável pelos destinos da Região.

Por outro lado, a possibilidade de concretizarmos o plano ora em elaboração passa sem dúvida pelos recursos inclusive financeiros que possamos viabilizar para este fim. Nesse bojo é muito importante que sejam tomadas medidas na direção da recuperação da capacidade de investimento dos municípios do ABC que, na sua maioria, estão passando por dificuldades concretas. Esse tema é objeto do programa 6.02. Num esforço complementar, mas não menos importante, identificou-se a necessidade de buscarmos o aperfeiçoamento das bases políticas institucionais da Região para a qual são apresentadas ações no programa 6.03.

Além disso é necessária uma avaliação do desenho institucional que contamos buscando um aprimoramento das instituições existentes, tornando-as mais operacionais e reconhecidas como espaços privilegiados na busca de consensos na Região. Para tanto, torna-se também necessário um investimento mais forte no marketing para que o projeto não fique restrito ao ABC e se destaque no cenário nacional com o peso que a Região possui. O programa 6.04 - Fortalecimento da Estruturas Institucionais da Região apresenta ações nesta direção.

Por fim, o programa 6.05 trata da questão da modernização administrativa no setor público como uma ação preponderante para melhorar a relação com os municípios sendo também um dos pilares da democratização da gestão pública.

PROGRAMA: 6:01 - Construção / Consolidação da Comunidade Cívica Regional

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/Metas	Agentes / / Parceiros	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
Mobilização da Comunidade	Mapear Entidades, Foruns, Conselhos e Movimentos Sociais do ABC (curso)	Identificação da sociedade organizada do ABC	Forum da Cidadania e Consórcio Intermunicipal	Curto	Parceiros na Câmara e outras fontes a serem identificados	
	Realizar levantamento de políticas públicas que garantam participação da sociedade na região do ABC	Identificação das potências instrumentos de comunicação e futuros parceiros	Universidades Fórum da Cidadania Consórcio Intermunicipal	Curto		
	Realizar audiências públicas para apresentação da Câmara do Grande ABC	Divulgação e discussão do Plano Estratégico Regional	Câmara do Grande ABC	Curto		
	Realizar plebiscito para aprovação do Plano Estratégico Regional	Divulgação e discussão do Plano Estratégico Regional	Câmara do Grande ABC e Imprensa local	Curto		
	Fazer discussão Regional dos orçamentos da União e Estado	Melhorar a compreensão quanto o papel de cada nível de governo	Câmara do Grande ABC / Governo e Deputados	Curto		
	Criar instrumentos de comunicação video / cartilhas, revistas, etc	Divulgação do trabalho da Câmara (massificar) - Marketing	Câmara do Grande ABC / Imprensa local	Curto		
	Criar espaços de participação dos movimentos sociais da Região	Envolver a sociedade por completo, criar referência da Câmara como espaço de negociação	Câmara do Grande ABC / Movimentos sociais	Curto		
	Criar programação de discussão nas rede escolar da Região (pública e privada)	Massificar / divulgar o trabalho da Câmara do Grande ABC	Câmara do Grande ABC Governo do Estado Escolas e Universidades	Curto		
	Promover debates com especialistas	Criar consenso sobre o conceito de comunidade cívica	Câmara do Grande ABC / universidades	Curto		

PROGRAMA:6.02. Redefinição das Estruturas Tributárias dos Municípios para Recuperar suas Capacidades de Investimentos

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/Metas	Agentes / / Parceiros	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
Política Tributária municipal	Promover seminários e grupos de trabalhos	Definir política conjunta entre os municípios os eixos de uma política tributária para a região e propostas para outras esferas	Prefeituras Universidades e especialistas	Curto	Consórcio Intermunicipal e outras fontes a serem identificados	
Política regional de atração de investimentos	Fazer revisão da Lei de Incentivos Seletivos considerando as diferentes vocações dos municípios	Melhorar as condições para atração de novos investimentos	Prefeituras Universidades e especialistas	Curto		
Situação econômica-financeira dos municípios	Mapeamento dos novos parâmetros para o endividamento municipal	Melhorar capacidade de investimentos dos municípios	Prefeituras / Agência de Desenvolvimento Econômico	Curto		
	Caracterizar a capacidade de endividamento dos municípios	Melhorar capacidade de investimentos dos municípios		Curto		
	Requisitar informações a Secretaria do Estado da Fazenda a respeito do impacto da reforma tributária em cada município da Região	Avaliação o impacto da Reforma Tributária nos municípios	Governo do Estado e Municípios	Curto		

PREABC - Planilhas fase 2 – Eixo EE 6 - identidade Regional e Estruturas Institucionais**PROGRAMA: 6.03 Aperfeiçoamento das Bases Políticas Institucionais da Região**

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/Metas	Agentes / / Parceiros	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
Câmaras Municipais	Fazer grupo de trabalho para discutir o funcionamento das Câmaras Municipais	Propor melhorias no funcionamento das Câmaras Municipais	Raio x do Diário / Prefeituras Vereadores e especialistas		Parceiros da Câmara do Grande ABC	
Assembléia Estadual	Articular participação dos Deputados	Integração de todos os deputados no espaço da Câmara	Câmara do Grande ABC e Deputados	Curto		
Congresso Nacional	Articular participação dos Deputados	Integração de todos os deputados no espaço da Câmara	Câmara do Grande ABC e Deputados			

PROGRAMA: 6.04 Fortalecimento das Estruturas Institucionais Regionais

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos	Agentes / / Parceiros	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
Estrutura Existente	Baseado no que apareceu nos grupos, realizar Workshop específico	Avaliar o que existe hoje e propor os aperfeiçoamentos necessários	Câmara do Grande ABC Universidade Sociedade organizada não representada na Câmara	Curto	Parceiros da Câmara do Grande ABC e outros fontes de financiamento a serem identificados	
Abrangência da Câmara do Grande ABC	Executar trabalho de Marketing da Câmara do Grande ABC com produção de materiais de divulgação necessários	Elevar o projeto regional à condição do projeto nacional	Agência / Câmara ABC / Deputados Federais / Governo Estado	Curto		
	Contratar assessoria de Imprensa especializada e externa a Região	Garantir a divulgação do trabalho da Câmara para fora do ABC	Câmara do Grande ABC			

PREABC - Planilhas fase 2 – Eixo EE 6 - identidade Regional e Estruturas Institucionais**PROGRAMA: 6.05 Modernização administrativa nos municípios**

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/Metas	Agentes / / Parceiros	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
Modernização administrativa	Ações de orientação do usuário.	Evitar deslocamento desnecessários	Prefeituras da Região Universidades / Câmaras dos Vereadores	Curto	Orçamentos municipais, e outras linhas de financiamento a serem identificados	
	Melhorar os processos de trabalho realizada pelas equipes que os executa.	Melhoria da produtividade e otimização dos recursos		Curto		
	Introduzir indicadores de qualidade de serviços e de desempenho das unidades e outros mecanismos de acompanhamento de ações;	Avaliação dos serviços prestados		Médio		
	Investimento na melhoria do atendimento ao público com eventual descentralização regional dessa atividade, e implementação de novos tecnologias especialmente de informática.	Melhoria do atendimento		Médio		
	Capacitação dos servidores para a gestão pública e para a mudança na sua maneira de pensar e agir (cultura organizacional).	Melhoria do atendimento		Curto		
	Estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada e setor público não estatal para prestação de serviços e execução de obras, preservando-se seu caráter público	Ampliar capacidade operacional		Curto		
Democratização da gestão pública,	Estabelecer canais de participação direta da sociedade civil organizada na discussão das políticas públicas desenvolvidas;	Democratização das informações e controle social e gestão pública		Curto		
	Estabelecer mecanismos de controle direto da sociedade civil sobre as atividades desenvolvidas pela administração pública;			Curto		
	Democratizar o acesso às informações de interesse da sociedade, inclusive da legislação vigente			Curto		



EE7 - Inclusão Social

O Eixo Estruturante 7 - Inclusão Social definido pela Câmara do Grande ABC como agrupamento temático de Políticas voltadas ao Desenvolvimento Social, agrega diretrizes e os programas nas áreas de Assistência Social, Saúde, Habitação e Segurança Pública, e busca a partir de uma concepção de caráter inter-governamental (Municípios, Estado e União), Intersectorial e com a prioritária parceria da Sociedade Civil, a construção de um Sistema de Promoção Humana e Desenvolvimento Social.

Este Sistema busca contemplar as funções de inserção, prevenção, promoção e proteção social, tendo como demanda prioritária o enfrentamento do complexo quadro de exclusões, desigualdades e de vulnerabilidades decorrentes de situações circunstanciais ou conjunturais, manifesto atualmente de forma multifacetada no cenário brasileiro e na região do Grande ABC

Temos, além da extrema carência, da indigência desprovida de bens, os analfabetos ou excluídos da escolaridade fundamental, também os despreparados profissionalmente para as atuais exigências do sistema produtivo, os desempregados, cada vez mais dependentes dos Serviços Públicos. As crianças, cidadãos em desenvolvimento, os jovens com grande vulnerabilidade à aquisição de padrões de comportamentos de risco e em busca de perspectivas, os segmentos sociais vulneráveis, como pessoas portadoras de deficiências e idosos. Acrescido, de um quadro de violência que tem se avolumado, da desagregação familiar - espaço primeiro de proteção social -, de crise e redefinição do papel da Instituição Pública.

Portanto pensar o desenvolvimento do Grande ABC há de ter como foco o povo do ABC, a partir de seu olhar e suas necessidades, assim, o E.E.7- Inclusão Social apontando a interface prioritária com a Educação, visa traçar diretrizes, assim como permear as várias estratégias para garantir o desenvolvimento sustentado da Região.

Tendo como referência a necessidade de indicadores sociais claros, a garantia de direitos de seus cidadãos, estimulando a gestão participativa, numa compreensão da articulação necessária entre as Políticas Setoriais a partir da demanda dos Segmentos Sociais, e considerando a família como núcleo privilegiado de organização, destacam-se Diretrizes, Programas e Ações estratégicas para a criação de **Sistema de Inclusão Social**.



Diretrizes para a obtenção do cenário desejado

- Possibilitar a articulação entre Políticas Setoriais (Assistência Social, Saúde, Habitação, Segurança Pública, Educação entre outras) de forma inter governamental e os segmentos sociais, proporcionando e operacionalizando o conceito comum, de Inclusão Social, que favoreça a Promoção Humana e o Desenvolvimento Social.
- Criar um Sistema de Referência e Contra referência entre as várias áreas sociais, visando conferir resolutividade, assegurando a informação sobre a rede de serviços, possibilitando o acesso a população demandatária.
- Possuir indicadores sociais que favoreçam a análise objetiva da situação social a ser alterada (Banco de Dados) visando dar efetividade às ações de Inclusão Social.
- Implantar uma rede articulada de serviços priorizando o fortalecimento do convívio familiar e social, tendo como referência o conceito de "público" enquanto bem coletivo a partir da primazia do Estado em parceria com a Sociedade Civil.
- Possibilitar a inserção da população que não tem acesso aos bens, oportunidades, serviços e direitos, criando condições imediatas de proteção social como ponto de partida à ações emancipatórias, fortalecida pela oferta de informações e o desenvolvimento de habilidades e competências facilitadoras de Inclusão.
- Desenvolver ações que possibilitem a criação da cultura de valorização de segmentos sociais vulnerabilizados: Idoso, Pessoa Portadora de Deficiência, Mulher, entre outros, garantindo seus direitos de cidadão.
- Tratar com absoluta prioridade a infância e a juventude, possibilitando seu desenvolvimento integral e medidas de proteção especial que eliminem a situação de risco pessoal e social.
- Articular a Política Social com destaque ao Programa de Geração de Renda com a Política Econômica (EE1 e EE4) e a Agência de Desenvolvimento, visando estudos sobre as tendências do Mercado de Trabalho e vocação regional objetivando garantir maior resolutividade nas ações de qualificação e requalificação profissional, associativismo e comercialização visando a geração de trabalho e renda.



- Desenvolver Programas de Proteção Especial, de forma emergencial, como Renda Mínima ou Frentes de Trabalho articulados a outros sub programas de Geração de Trabalho e Renda, que tenham caráter emancipatório e contribuam com o desenvolvimento sustentável.
- Criar Conselhos de Segurança nos Municípios, favorecendo a integração intergovernamental das polícias, da Sociedade Civil e do Sistema Judiciário, possibilitando além de maior efetividade, a operacionalização do conceito de causalidade e não apenas de policiamento.
- Proporcionar a ampliação, melhoria e fortalecimento do Sistema Público de Saúde, na área Hospitalar, assim como os atendimentos ambulatoriais, e de especialidades, priorizando ações a partir do programa de saúde da família.
- Implementar as ações definidas no acordo da Câmara do Grande ABC que visam a regularização fundiária, urbanização integrada, e reassentamento de famílias de área de risco, articulando ações às políticas de desenvolvimento urbano e ambiental.
- Articular intervenções habitacionais e de requalificação do ambiente, com programas de promoção social e econômica da população.

PRE.ABC**Eixo EE.7****INCLUSÃO SOCIAL****PROGRAMA: MOVIMENTO “CRIANÇA PRIORIDADE 1” (INFÂNCIA E JUVENTUDE)**

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/Metas	Agentes/ Parceiros/Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
Proteção especial	Assegurar a criação/realização de serviços, ações e campanhas para crianças e adolescentes em situação de: abandono, vítimas de maus tratos, exploração do trabalho infantil, exploração sexual, drogadição e outras formas de violência	Atendimento a situação de risco estimulando a mobilização social como agente de prevenção e mudança	Poder Público nas três esferas de governo, Sociedade Civil, Conselhos e Instituições de Defesa da criança e do adolescente	Curto prazo Médio prazo	R.H., financeiros, meios de comunicação	redução da incidência
	Criar Centro de Tratamento a drogadição	Prevenção e tratamento a crianças e jovens usuários de drogas	Poder Público nas três esferas de governo (Saúde Assistência Social), ONGS	Curto prazo	R.H. especializado Equipamento próprio regional ou convênio	Relação custo benefício efetividade
	Criar Centro de Referência a Criança vitimizada com destaque a violência Doméstica	Redução da incidência de maus tratos a crianças e tratamento dos vitimizados	Poder Público nas três esferas do Governo, ONG's	Curto prazo	R.H. especializado equipamento próprio regional de convênio	Relação custo benefício efetividade
	Proporcionar enfrentamento à situação de rua com articulação regional, através de abordagem de rua, manutenção de Casa Aberta e integração as políticas básicas	Atenção à crianças e adolescentes em situação de rua, possibilitando proteção, retorno à família e a escola	Prefeituras Municipais Governo do Estado ONG's Iniciativa privada	Curto prazo Ação permanente	Educadores Sociais de rua Equipamentos próprio / Convênios	Instrumento Gerencial com controle trimestral Permanência-ingresso-

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/Metas	Agentes/ Parceiros/Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
	(saúde, educação, trabalho e habitação)					regresso e sucesso escolar Manutenção e qualidade de vínculos familiares
Construção da rede de serviços local e regional	Possuir análise da Situação	Informação e acesso a demanda	Prefeitura Municipal/CMDCA	Curto prazo Médio prazo	Profissionais dos municípios e Conselheiros do CMDCA	Cumprimento da ação em roteiro padronizado
	Criar e ou articular em rede os serviços de atenção a situação de risco pessoal e social (local e regional)	Organização dos serviços e maior resolutividade frente a situação de risco	Prefeitura Municipal/CMDCA/ Governo do Estado/BNDES/ UNICEF	Curto prazo Médio prazo	Cooperação técnica e financeira Governo do Estado, BNDES e UNICEF, Centros de Pesquisa, Universidades	Coerência com o ECA Instrumento gerencial (regional) com permanente retroalimentação
	Publicar e divulgar rede de serviços	Informação e acesso a demanda	Prefeitura Municipal/CMDCA/ UNICEF Governo do Estado	Curto prazo	Serviços de Arte Gráfica, Consórcio Intermunicipal	Distribuição e procura
Políticas para a juventude	Criar condições para o ingresso no mundo do trabalho e formação profissional	Preparação e iniciação para o trabalho	Prefeituras Municipais Governo do Estado (Secretaria de Educação e Relações do Trabalho) D.R.T. , Governo Federal	Curto prazo	Orçamento Municipal, Estadual e Federal ONG'S Sistema S e Iniciativa Privada	Plano gerencial de acompanhamento
	Proporcionar o	Implantação de	ONG's ,	Curto prazo		

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/Metas	Agentes/ Parceiros/Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
	desenvolvimento integral dos jovens e prevenção a situação de risco	Projetos esportivos, educativos e culturais	Sistema S Deputados Federais Jovens	Ação permanente		
	Possibilitar ao jovem a participação nas Políticas de Atendimento, destacadamente à Saúde, Educação, Cultura e Trabalho	Estímulo ao Protagonismo Juvenil		Curto prazo		
	Elevar o patamar de escolarização e ampliar o nível de trabalhabilidade	Estudos sobre bolsa aprendizagem CLT, Serviço Militar, Escolarização		Curto prazo		
Medidas Sócio-Educativas ao jovem autor de ato infracional	Implantar as medidas sócio-educativas em meio aberto	Implantação de serviços alternativos à internação e redução da reincidência da infração	Governo do Estado, FEBEM, Sistema de Justiça, Município, CMDCA, Iniciativa privada	Curto prazo	Capacitação de Técnicos	Atingimento das metas qualitativas
	Possibilitar a discussão das medidas sócio-educativas descentralizadas em pequenas unidades com atendimento alternativo	Existência de alternativas ao modelo centrado na privação de liberdade, desenvolvido em grandes equipamentos		Curto prazo	Construção de equipamentos Capacitação de técnicos	
Fortalecimento dos Órgãos de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CT- CMDCA)	Preparar e capacitar os Conselheiros no nível local e regional visando a melhoria do desempenho das suas atribuições	Capacitação local e regional	Governo Municipal CMDCA/ CONDECA Governo Estadual	Curto prazo	Cooperação técnica e financeira	Atingimento das metas qualitativas
	Ampliar a capacidade de informação e o monitoramento do Sistema de Informação para Infância e	Otimização do SIPIA	3 esferas do Governo CMDCA, CONDECA	Curto e médio prazo	Ampliação da informação	Sistema de informações atualizados periodicamente

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/Metas	Agentes/ Parceiros/Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
	Juventude on line					
	Reconhecer a Infância e Juventude como prioridade e promover visibilidade	Publicações e publicização referente aos Direitos da Criança e do Adolescente	Governo Municipal CMDCA- CONDECA Meios de comunicação Universidades	Curto prazo	Reconhecimento da Infância e Juventude como prioridade	
	Possibilitar articulação e capacitação com outros Conselhos da Área Social	Integração e estabelecimento de diretrizes de Ação Comum visando sistema único de intervenção	Governos Municipais Conselhos	Curto prazo	Diretrizes de Ação Comuns	
Captação de recursos	-Atingir a mobilização social e a instalação de cultura de prioridade -Arrecadação de recursos	Mobilização Social: - utilização dos incentivos fiscais 1% em pessoa jurídica e 6% pessoa física Estudos sobre a alteração da legislação para repasse automático Acordo do setor empresarial e Sindical Convênios com órgãos governamentais	Sociedade Civil (pessoa física e pessoa jurídica) / empresários / trabalhadores Administração Municipal UNICEF Poder público nas três esferas de governo	Curto prazo	Campanhas regionais/locais	Acompanhamento do CMDCA e Conselho Regional do Movimento "Criança Prioridade 1 "
	Possibilitar credibilidade e visualização dos resultados obtidos com os programas em atendimento	Publicação e visibilidade dos resultados	Meio de comunicação	Curto prazo	Incursão no Diário do Grande ABC (outros) através de coluna mensal e balanço trimestral	Publicização dos recursos financeiros arrecadados/ recebidos, serviços prestados e dos resultados
Articulação regional	Possuir indicadores sociais	Mapeamento e Banco	Municípios, Estado ,	Curto prazo	População	Sistema de

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/Metas	Agentes/ Parceiros/Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
	que dêem efetividade nas ações para Inclusão Social	de Dados Sociais	Centros de Pesquisa, Universidades e Agência de Desenvolvimento Econômico		prioritária Mapa de Inclusão/exclusão	informação com permanente retroalimentação
	Fortalecer a gestão regional e a efetividade na Proteção Social, visando o Desenvolvimento Sustentado	Criação e posse do Conselho de Desenvolvimento Social	Câmara do Grande ABC e áreas afins	Curto prazo	Recursos Humanos	Organização dos serviços e alcance de metas
Apoio Sócio-familiar	Promover retaguarda aos projetos de proteção especial	Articulação com serviços de geração de trabalho de renda (frente de trabalho, qualificação e requalificação profissional, renda mínima, cooperativas de trabalhadores, crédito popular), Saúde Pública, destacadamente Saúde Mental e Habitação	Poder Público nas três esferas de governo, considerando a intersetorialidade Agência de Desenvolvimento Econômico e Social EE4 e EE1	Curto prazo Ação permanente	Levantamento de indicadores econômico e social Inclusão nos programas	Fluxo de encaminhamento e controle Redução da origem do problema
Desenvolvimento Integral da Criança e do Adolescente	Implantar serviços e Ações nas áreas esportivas, recreativas e culturais desenvolvidas no horário contrário do escolar para crianças de 7 a 14 anos	Prevenção à situação de risco proporcionando o desenvolvimento integral	Poder público nas três esferas do Governo, ONG's	Curto prazo Ação permanente	Orçamento público, convênios, iniciativa privada	Indicador de permanência-ingresso-regresso e sucesso escolar Redução da situação de rua e violência
	Possibilitar a Educação Infantil em creches e pré-	Proteção, educação e saúde	Poder público nas três esferas do Governo,	Curto prazo Ação	Integração com EE1,	Condições físicas e

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/Metas	Agentes/ Parceiros/Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
	escolas		ONG's, Iniciativa Privada EE7 e EE1	permanente	manutenção de próprios públicos, convênios, parcerias com iniciativa privada Assessoria as Entidades Sociais	psicológicas da criança

PROGRAMA: GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/Metas	Agentes/ Parceiros/Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
Análise da situação	Possuir Banco de Dados Sócio Econômico	Integração de ações e otimização de recursos, possibilitando a informação e a obtenção de indicadores que favoreçam maior efetividade na Política de Desenvolvimento Sócio Econômico	EE1, EE7, EE4 e Agência de Desenvolvimento Econômico	Curto prazo	Banco de Dados Sócio-Econômico	Criar sistema de atualização de informações
	Mapear a Exclusão Social Da Região do Grande ABC	Identificação da demanda prioritária	Municípios; Agência de Desenvolvimento Econômico; Centros de Pesquisa, Universidades	Curto prazo	Mapa da Exclusão Social	

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/Metas	Agentes/ Parceiros/Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
	Realizar estudos sobre as tendências do mercado do trabalho e vocação regional	Definição das diretrizes para as ações de Geração de Trabalho e Renda	Municípios (Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social); Governo do Estado SERT - SADS; Agência de Desenvolvimento Econômico; Centros de Pesquisa, Universidades	Curto prazo		Sistema de informação com permanente retroalimentação
Qualificação e Requalificação Profissional	Desenvolver programas de treinamento compatibilizando a demanda, interesse e preparação para o mercado de trabalho	Ampliação do nível de trabalhabilidade	Poder Público nas três esferas de Governo; Escolas Técnicas; Sindicatos; Empresas ONG`s; Universidades	Curto prazo	Orçamento Público Acordos Sindicatos Empresas	Instrumento de medida de custo benefício efetividade permanente
	Realizar mapeamento dos recursos de qualificação e requalificação profissional existentes	Melhoria na utilização de recursos	Comissões municipais de emprego EE4 , EE1 e EE7	Curto prazo	Humanos Informação	Sistema de informação com permanente retroalimentação
	Criar sistema de referência e contra referência com outros projetos de geração de trabalho e renda (Frentes de Trabalho, Balcões de Emprego, Observatório da situação de Emprego	Garantia de maior resolutividade na intervenção de problemas sociais		Curto prazo	Humanos Sistema informatizado	Plano gerencial de oferta, encaminhamentos e retornos
Assessoria técnica, fomento e associativismo	Apoiar e incentivar o micro e pequeno empresário	Ampliação do nível de empregabilidade e competitividade	Prefeituras Municipais (Secretarias de Desenvolvimento Econômico e Social)	Curto prazo	Humanos Financeiros	Plano gerencial técnico e administrati

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/Metas	Agentes/ Parceiros/Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
			Governo do Estado CIESPs SEBRAE Universidades Centros de Pesquisa EE7, EE1 e EE4			vo regional
	Criar incubadoras de cooperativas, possibilitar o fomento a outras formas associativas e possibilitar incentivo a comercialização			Curto prazo	Humanos Financeiros	Indicadores de qualidade quanto aos serviços, quanto a administração e alcance de resultados
	Criar Bancos de Crédito Popular (Micro crédito)	Incentivo ao trabalho empreendedor		Curto prazo	Humanos Financeiros	Indicadores de qualidade quanto aos serviços, quanto a administração, alcance de resultados e inadimplência
	Implantar prêmio para Empresas e Instituições que se destacarem na geração de trabalho e renda	Incentivo a iniciativas inovadoras	Consórcio Intermunicipal Governo do Estado Sindicato dos Metalúrgicos Diário do Gde. ABC	Curto prazo	Humanos Financeiros	Indicadores para certificação de projetos e ações inovadoras
Proteção Especial	Criar Frentes de Trabalho articuladas com outros sub programas de geração de	Enfrentamento emergencial ao desemprego e a	Prefeituras Governo do Estado ONG's	Curto prazo	Humanos Financeiros	Transformação da situação

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/Metas	Agentes/ Parceiros/Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
	trabalho e renda contribuindo com o desenvolvimento sustentável	situação de pobreza	EE7, EE1 e EE4			problema Inclusão em outros projetos de geração de trabalho e renda que possibilitem autonomia
	Apoiar financeiramente às famílias de risco através do Programa Renda Mínima ou complementação de renda familiar	Enfrentamento emergencial, a pobreza possibilitando autonomia familiar, através da inclusão em outros programas de Geração de Trabalho e Renda.	Prefeituras Municipais Governo do Estado ONG's	Curto prazo	Humanos Financeiros	

PROGRAMA: PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/Metas	Agentes Parceiros/Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para avaliação
Articulação Regional	Fortalecer o GT da Pessoa Portadora de Deficiência	Formulação, organização e conquistas, visando a melhor qualidade de vida de pessoa portadora de deficiência	Prefeituras Municipais Governo do Estado ONG's Universidades	Curto prazo	Recursos Humanos	Organização de serviços e alcance de metas
	Criar Banco de Dados	Obtenção de indicadores, que favoreçam o planejamento de serviços		Curto prazo	Relação de serviços, pesquisa, estudos, Legislação, etc.	Instrumento gerencial de registro com permanente retroalimentação
	Promover Campanhas, eventos e publicações	Melhoria da qualidade de vida da pessoas portadoras de deficiência, visando assegurar o exercício de sua cidadania		Curto prazo	Recursos Humanos material gráfico Consórcio Intermunicipal	Coerência com a Política Nacional do PPD e Legislação específica
Acessibilidade de edificações, equipamentos e transportes	Cumprir a Legislação do PPD na aprovação de Projetos Arquitetônicos	Inclusão e acessibilidade da pessoa com necessidades especiais	Prefeituras Municipais EE7 EE3	Curto prazo	Recursos Humanos Poder Legislativo	Plano Gerencial com controle periódico
	Elaborar Plano de Ação para eliminação de barreiras arquitetônicas	Garantia dos direitos constitucionais e a acessibilidade	Prefeituras Municipais ONG's EE7 EE3	Plano pactuado a curto e médio prazo	Recursos Humanos Legislação	Monitoramento de acordos
	Adaptar Transportes Coletivos e criar transporte alternativo domiciliar	Condições para convívio social	Prefeituras Municipais Empresas de ônibus	Plano pactuado a curto e médio	Ônibus adaptados	Plano Gerencial de controle

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/Metas	Agentes Parceiros/Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para avaliação
				prazo		
Atenção à Saúde	Implantar o Serviço de Atendimento ao PPD dependente	Proteção especial, utilizando-se de abrigo, desde que imprescindível, mas com modalidades que oportunizem sua inclusão social	Prefeituras Municipais Governo do Estado ONG's	Curto prazo	Equipamento próprio ou conveniado	Análise de Custo Benefício Efetividade
	Ampliar serviço de detecção precoce de deficiências	Ampliação da prevenção de deficiências		Curto prazo Médio prazo		
	Realizar tratamentos especializados	Acesso aos recursos de tratamento, priorizando os serviços da própria comunidade		Curto prazo Permanente		Análise periódica da demanda e oferta
Atenção à Saúde	Implantar Hospital Dia para pessoa portadora de deficiência com problemas psiquiátricos	Priorização da oferta de serviços em meio aberto, preservando o convívio familiar e social	Prefeituras Municipais Governo do Estado ONG's	Curto prazo	Orçamento Municipal, Estadual e Federal ONG's	Análise de Custo Benefício Efetividade
	Criar Centro de Reabilitação	Melhoria dos níveis de desempenho, oportunizando a superação de suas dificuldades e o desenvolvimento de suas potencialidades	Prefeituras Municipais Iniciativa Privada Universidades ONG's	Curto prazo	Orçamento Municipal, Estadual e Federal ONG's Convênios	
Educação Inclusiva	Sensibilizar e capacitar profissionais da rede de Ensino regular	Melhoria dos níveis de desempenho, visando assegurar a cultura do exercício	Prefeituras Municipais Governo do estado	Curto prazo	Fundo de Desenvolvimento de Educação	Acompanhamento sistemático Análise da

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/Metas	Agentes Parceiros/Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para avaliação
		da cidadania da PPD Acesso a escolas para 100% da demanda compatível				demanda e oferta
	Criar salas de apoio	Superação das dificuldades e desenvolvimento de suas habilidades		Curto prazo	Recurso Humano especializado	
Integração ao Mundo do Trabalho	Possibilitar a Inclusão em cursos de qualificação e requalificação profissional e ou oficinas profissionalizantes	Melhoria da qualidade de vida , assegurando a inserção social	Prefeituras Municipais Governo do Estado ONG`s	Curto prazo	Financeiros e Humanos	
	Implantar Oficinas Abrigadas e de produção	Desenvolvimento de potencialidades e inserção na vida produtiva		Curto prazo	Equipamentos Humanos	
	Colocar no trabalho	Autonomia e o exercício de sua cidadania	Prefeituras Municipais Governo do Estado ONG`s Iniciativa Privada	Curto prazo		Avaliação da capacidade de trabalho mediante acompanhamento

PROGRAMA: ATENÇÃO À POPULAÇÃO IDOSA

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/Metas	Agentes/ Parceiros/Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
Criação da Cultura de valorização do idoso	Promover seminários, campanhas e estudos	Ampliação do conhecimento do processo do envelhecimento Criar a cultura de valorização do idoso	Prefeituras, Estado, Conselhos, ONGs, Meios de comunicação, Universidades e Sociedade Civil	Curto prazo	Articulação regional	Coerência com a política nacional do idoso
	Capacitar e formar recursos humanos nas áreas de Geriatria e Gerontologia	Melhoraria do nível de desempenho no trato com a população idosa	Universidades, Prefeituras, ONGs	Curto prazo Médio prazo	Adequação curricular	
	Fortalecer as praticas associativas, produtivas e promocionais (Centros de Convivência, Centro dia, Repúblicas, Faculdades da 3º idade e outras)	Favorecimento do convívio familiar e social, contribuindo para a prevenção de problemas da saúde.	Poder Público nas três esferas do Governo - ONG's	Curto prazo Médio prazo	Convênios, equipamentos próprios	Coerência com a política nacional do idoso Relação custo benefício efetividade
	Articulação regional- criação do GT Idoso	Formulação, organização e ampliação das conquistas, visando a melhoria da qualidade de vida da população idosa	Poder Público Municipal, Estadual , ONG's	Curto prazo	Recursos Humanos	Organização de serviços e alcance de metas
Proteção especial	Divulgar e agilizar a operacionalização do benefício de ação continuada Lei 8742/93	Padronização de conduta e a agilidade na consecução do benefício	Municípios (Saúde, Assistência Social) INSS	Curto prazo	Recursos Humanos	Comunicação sistemática INSS - CMAS
	Assegurar o atendimento asilar para idosos dependentes, sem condições de prover a	Proteção Especial através de abrigo, desde que imprescindível,	Poder Público, três esferas de Governo - ONG's	Curto prazo	Convênios	Padrão de qualidade

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/Metas	Agentes/ Parceiros/Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
	subsistência	oportunizando modalidades de inserção social				
Área da Saúde	Criar Centros de Referência à Saúde do idoso	Melhoria da qualidade e agilidade de atendimento	Municípios, Governo do Estado, Faculdade de Medicina e Iniciativa Privada	Curto prazo	Equipamento próprio Recurso Humano especializado	Relação custo benefício efetividade
	Implantar atendimento domiciliar	Priorização da prevenção ao atendimento asilar	Municípios, Governo do Estado, Faculdades de Medicina	Curto prazo Médio prazo	Recurso Humano especializado	

PROGRAMA: MULHER

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/Metas	Agentes/ Parceiros/Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
Combate a violência e atenção à saúde da mulher	Implantar Centro de Apoio a Mulher em situação de Violência	Proteção Especial visando orientação e solução as situações de problema sofrida pela mulher	Equipes Técnicas dos Municípios	Curto prazo	Equipamento próprio ou conveniado Recursos Humanos	Redução dos índices de violência Relação custo benefício efetividade
	Criar serviços de atendimento à mulher vítima de estupro	Tratamento e a realização de medidas preventivas a violência sofrida pela mulher	Prefeituras Municipais, Governo Estadual, Universidades	Curto prazo		
	Potencializar o Programa de Saúde da Mulher com	Ampliação e melhoria no atendimento à	Secretaria de Saúde do Estado e Municípios	Curto prazo	Recursos Humanos	Redução dos indicadores

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/Metas	Agentes/ Parceiros/Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
	destaque para prevenção e combate a AIDS	Saúde da Mulher			Instrumento gerencial	de morbi mortalidade
Trabalho Educativo e Preventivo	Criar ou fortalecer os Grupos de reflexão e vivência sobre questão de gênero acompanhadas de Atividades formativas e informativas (oficinas e cursos)	Ampliação da organização e participação da mulher na sociedade	Municípios ONGs	Curto prazo	Equipes técnicas Município, Estado e União	Participação e demanda
	Criar serviços que possibilitem a inserção da mulher no mercado de trabalho, como autônoma, de forma associativa ou com vínculo empregatício	Formação e a inclusão da mulher na vida econômica -produtiva	Equipe de atenção a Mulher - Programa de Geração de Renda, Sindicatos	Curto prazo		Instrumento Gerencial de monitoramento
Articulação Regional	Implantar a Casa Abrigo	Proteção à mulheres em situação de risco de vida	Prefeituras Municipais	Curto prazo	Equipamento próprio ou conveniado Recursos Humanos	Relação custo benefício efetividade
	Criar Banco de Dados	Elaboração de estudos e diagnóstico que contribuam para o planejamento das ações	Prefeituras Municipais Universidades Centros de pesquisa	Curto prazo	Informações Recursos Humanos Equipamento de informática	Criar sistema de atualização de informações
	Realizar eventos comemorativos e campanhas educativas, voltados a temática	Organização e estudos sobre as questões de gênero, e combate a violência sofrida pelas mulheres.	Equipes de Trabalho dos Municípios, Universidades, Mulheres	Curto prazo	Articulação regional	Coerência com as diretrizes temáticas

PROGRAMA: MORADOR DE RUA

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/Metas	Agentes/ Parceiros/Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
Proteção Especial e Resgate da Cidadania	Implantar os serviços de Rondas e Albergue noturno	Acolhimento provisório, em caráter emergencial, como ponto de partida á ações emancipatórias	Prefeituras Municipais Governo do Estado ONGs	Curto prazo	Recursos Humanos	Manutenção da periodicidade Inclusão em programas que possibilitem a fixação e auto sustentabilidade
	Implantar Casas de Estar, Casas de Convivência, Repúblicas (discussão regional)	Transformação das ações que fortalecem a itinerância, criando condições de fixação e auto sustentabilidade	Prefeituras Municipais Governo do Estado ONG' s	Curto prazo Médio prazo	Equipamento próprio ou conveniado Recursos Humanos	Critérios de funcionamento e permanência articulados com integração as políticas básicas Análise de custo benefício efetividade
	Integrar às políticas públicas básicas (Habitação, Educação, Saúde e Trabalho)	Criação de oportunidades de fixação territorial e de auto sustentabilidade, visando estancar o processo de desagregação sócio	Prefeituras Municipais Governo do Estado ONG's	Curto prazo Médio prazo	Articulação de serviços	Retorno ao convívio social

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/Metas	Agentes/ Parceiros/Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
		cultural, possibilitando a emancipação				
Articulação Regional	Mapear e definir o perfil da população de rua	Definição dos norteadores da ação, instituindo a cultura emancipatória, que favoreça o enfrentamento a pobreza e a inclusão social	Prefeituras Municipais Governo do Estado ONG's Universidades	Curto Prazo	Recursos Humanos Criação de Sistema informatizado	Instrumento gerencial de registro padronizado (regional) com permanente retroalimentação
	Construir rede de Serviço Regional	Otimização de recursos que possibilitem a inserção social e evitar a duplicidade de atendimento	Prefeituras Municipais Governo do Estado ONG's Universidades	Curto prazo Médio prazo		

PROGRAMA: SAÚDE PÚBLICA

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/Metas	Agentes/ Parceiros/Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
Ampliação, melhoria e fortalecimento do sistema público de Saúde	Concluir o Hospital Serraria, como hospital de caráter regional (complementar a rede existente)	Ampliação da rede hospitalar Pública no âmbito regional Diminuição do déficits em leitos públicos da região	Governo do Estado Prefeituras do Grande ABC Instituições e organismos públicos e privados	Curto prazo	Federais- SUS Estaduais Municipais Instituições Privadas	Acompanhar o cronograma das obras Acompanhar o trabalho da comissão de estudos
	Retomar a Administração do Hospital Nardini e definir a gestão e o financiamento	Solução do impasse jurídico do Hospital Transformação em referência em 3 especialidades e ativação plena dos leitos hospitalares	Governo do Estado Secretaria Estadual da Saúde Prefeitura de Mauá Consórcio de Prefeitos	Curto e médio prazo	Federais – SUS Estaduais Municipais Organismos Financiadores	Criação de comissão para encaminhar o processo em questão.
	Readequar o antigo prédio da Prefeitura de São Caetano em Hospital das Clínicas Capacitar e transformar em referência de especialidade	Diminuição do déficits de leitos públicos na região	Secretaria Estadual da Saúde Prefeitura de São Caetano do Sul Iniciativa Privada	Médio prazo		
	Concluir a Maternidade de Ribeirão Pires transformando-a em hospital de clínicas local	Diminuição do déficits de leitos públicos na região	Governo do Estado Secretaria Estadual da Saúde Secretaria Municipal da Saúde Consórcios de Prefeitos			
Implantação do Hospital Regional de Referência em Especialidades	Retomar e concluir o Hospital Regional de Clínicas (Redefinição do Projeto Original) , mantendo-se o seu caráter	Criação de leitos de especialidades inexistentes na região(cirurgia cardíaca e oncológica,	Governo do Estado Secretarias Municipais da Saúde Secretaria Estadual da Saúde	Curto prazo e médio prazo	Federais Estaduais Organismos Financiadores	Definição no orçamento do Estado para início da retomada das

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/Metas	Agentes/ Parceiros/Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
	regional, com sua implementação em módulos hospitalares em especialidades, com a devida adequação técnica em 6 especialidades, previamente definidas pela sociedade civil e corpo técnico e em acordo com a Lei Complementar n.º 846 de 04/06/98	atendimento a queimados) e procedimentos diagnósticos de maior complexidade. Suprimento da carência da região nas especialidades a serem implantadas. Identificação dos parceiros/ entidades filantrópicas na região para a administração conforme Lei Complementar	Consórcio de Prefeitos Iniciativa Privada Sociedade Civil			obras
Ampliação da Rede Hospitalar Pública	Ampliar leitos em maternidade para partos de baixo risco	Identificação de Hospital Privado e/ou filantrópico na região para atendimento a demanda de parto de baixo risco	Governo do Estado Prefeituras Municipais SUS	Curto prazo	SUS Governo do Estado	Índices de controle de partos normais e cesárea Taxa de mortalidade materna e infantil Taxa de infecção hospitalar
Oficina Escola Regional de Manutenção de Equipamentos Médicos	Instalar e estruturar de escola oficina na ETI São Bernardo	Manutenção dos equipamentos hospitalares da rede pública regional a menores custos e	ETI -SBC Secretaria de Estado da Saúde Prefeituras Municipais Secretaria Estadual da	Curto prazo	Prefeituras Municipais ETI - SBC Secretaria do Estado da Saúde	Avaliar anualmente o desempenho e Custos dos

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/Metas	Agentes/ Parceiros/Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
		prazos Formação de mão de obra especializada	Educação Sistema Paula Souza de Ensino			serviços prestados
Ampliação e fortalecimento da rede pré-hospitalar (sistema de resgate)	Adquirir novas viaturas para o Sistema. Garantir a manutenção das viaturas existentes Garantir Equipamentos e Manutenção para as Unidades de Resgate. Promover a integração dos serviços de resgate existentes Promover cursos de formação e reciclagem para os profissionais desses serviços	Dotação dos municípios da região de um Sistema de Atendimento pré hospitalar de resgate integrado e de qualidade	Governo do Estado, através da Saúde e Polícia Militar Prefeituras do ABC Instituições de Ensino (USP) Instituições Privadas (Ecovias)	Curto prazo	Estaduais Municipais Privados Fundo de Transportes (Multas de Transito) Seguro de acidentes de transito.	Avaliar através de indicadores, número de resgate ,tempo de atendimento das solicitações e os serviços prestados
Ampliação da grade hospitalar para o resgate do Corpo de Bombeiros	Estabelecer acordo com hospitais da rede privada e convênios	Agilização do sistema de atendimento emergencial de resgate do corpo de bombeiros	Governo do Estado Secretaria Estadual da Saúde COBOM 8º GI Hospitais Privados Consórcios de Prefeitos	Curto prazo	Estaduais Municipais Privados Fundo de Transportes (Multas de Transito) Seguro de acidentes de transito.	Avaliar através de indicadores, número de resgate ,tempo de atendimento das solicitações e os serviços prestados
HEMOCENTRO ABC Criação e implantação na região	Criar postos de coleta hospitalar nos municípios direcionados ao abastecimento do Hemocentro e controlados	Estruturação da região com auto suficiência nos procedimentos hemoterapicos e transfusional	Prefeituras Municipais Secretaria do Estado da Saúde - SUS	Curto prazo	SUS Prefeituras Municipais Secretaria do Estado da Saúde	Adquirir o selo de qualidade para controle do processamen

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/Metas	Agentes/ Parceiros/Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
	por ele					to de sangue pelo hemocentro
Centro de Diagnóstico Regional	Definir, estruturar e instalar laboratórios de análises clínicas, anatomopatológicas, imagem, metodologia gráfica, etc no âmbito regional.	Agilização, facilitação e qualificação da complementação diagnóstica	Governo do Estado Secretaria Municipal da Saúde Secretaria Estadual da Saúde Instituições e Empresas Privadas	Médio prazo		Relação custo benefício efetividade
Incrementar o repasse do PAB	Estabelecer/ fortalecer ações políticas para a aplicação total do projeto 013 de SP	Aumento em R\$ 0,50 per capita o repasse do SUS	Governo do Estado Secretaria Estadual da Saúde Secretarias Municipais da Saúde Assembleia Legislativa Do Estado Deputados Estaduais	Curto prazo		
Inclusão na Legislação regional da aplicação de 10%, no mínimo, do orçamento para a saúde	Articular com o Consórcio de Prefeitos e o Legislativo para que se baseiem no Projeto 169 do Dep. Eduardo Jorge	Maior autonomia no gerenciamento e aplicação de verbas pela Secretaria Municipal da Saúde	Consórcio de Prefeitos Câmara dos Vereadores Deputado Federal Eduardo Jorge	Curto prazo	Humanos	Cumprimento do acordo
Regionalização do sistema financeiro	Fundação de Órgão Gestor para a centralização das verbas regionais destinadas à saúde	Gestão Regional dos recursos da Saúde	Governo do Estado Consórcio de Prefeitos Secretarias Municipais Da Saúde SUS	Médio e Longo prazo		
Fortalecimento da Fundação ABC	Transformar a FuABC em Centro Universitário Promover o aumento do teto financeiro do SUS dos	Ampliação do número de especialidades e de atendimentos ambulatoriais	MEC Governo do Estado Prefeituras Instituições de ensino	Curto prazo	SUS MEC Gov. Estado Organismos de	Aumento do numero da atendimentos

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/Metas	Agentes/ Parceiros/Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
	Ambulatórios de especialidades da FuABC Criar dotação orçamentária junto ao governo do estado para financiamento da fundação	Ampliar o atual teto financeiro			Financiamento	Aumento do atual teto financeiro
Programa Regional de Saúde Mental	Criar de uma rede de atendimento para crianças e adolescentes Criar Programa de inclusão dos abusadores de substancias psico ativas Implantar Banco de dados de Saúde Mental Criar programa de Renda Mínima (oficinas protegidas)	Implantação em todos os municípios a rede de atendimento de Saúde Mental	Prefeituras Municipais Governo do Estado Faculdades de medicina ONGS Governo Federal	Curto prazo	Prefeituras Municipais SUS Secretaria do Estado da Saúde Iniciativa Privada	Avaliar anualmente o desempenho e Custos do programa.
	Fortalecer Programa de capacitação de profissionais da área de Saúde Mental (Inclusão dos profissionais da saúde mental no programa de Saúde da Família) Realizar treinamento dos agentes comunitários de saúde na área de saúde mental	Capacitação de Recursos Humanos e incluir conteúdos de Saúde Mental na preparação dos Agentes Comunitários de Saúde	Prefeituras Municipais Governo do Estado Faculdades de medicina ONGS Governo Federal	Curto prazo	Prefeituras Municipais SUS Secretaria do Estado da Saúde iniciativa Privada	
Programa Regional de Saúde Mental	Reduzir as internações hospitalares, tendo como estratégia a criação de NAPS E CAPS bem como a criação de lares abrigados e criação de leitos	Implantação da rede alternativa de serviços que priorize a preservação do convívio familiar e social	Prefeituras Municipais Governo do Estado Faculdades de medicina ONGS GOV Federal	Curto prazo Médio prazo	Prefeituras Municipais SUS Secretaria do Estado da Saúde ONG's	

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/Metas	Agentes/ Parceiros/Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
	hospitalares de curta permanência nos Hospitais Públicos municipais e PS				Organismos Financiadores Iniciativa Privada	
Programa Regional de Saúde da Família	Constituir ou ampliar as equipes de programas de Saúde da Família	Ampliação da cobertura de atendimento	Prefeituras Municipais Secretaria do Estado de Saúde SUS	Curto prazo Médio prazo	SUS Prefeituras Municipais Secretaria do Estado da Saúde	Montar Banco de Dados de Saúde da Família com levantamento anual
Vacinação	Realizar Campanhas Municipais e Regionais de Vacinação Intensificação da vacinação de rotina das US Integração da rede Hospitalar no sistema de vacinação incluindo as maternidades como estratégia privilegiada para atingir a criança e a mãe	Intensificação das estratégias de vacinação, integrando-a à rede hospitalar	Prefeituras Municipais Secretaria de Estado da Saúde Ministério da Saúde	Curto prazo Permanente	Prefeituras Municipais Secretaria do Estado da Saúde Ministério da Saúde	Acompanhar a taxa de cobertura vacinal
Programa Regional de Medicamentos	Ampliar o número de itens do programa de Atenção farmacêutica dos atuais 40 itens de medicamentos para pelo menos 60 itens com prioridade para os medicamentos da área de Saúde Mental, Saúde da Mulher e principalmente a Insulina, tendo essa como uma prioridade.	Melhoria da cobertura de medicamentos básicos aos usuários do SUS	Governo Federal Governo Estadual e Prefeituras Municipais FURP	Curto prazo	Gov. Federal Gov. Estadual FURP	Acompanhar a grade de entrega dos medicamentos

PROGRAMA: HABITAÇÃO

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/ Metas	Agentes/Parceiros/ Interfaces	Prazo	Recursos	Indicadores para Avaliação
I. ACORDO REGIONAL FIRMADO ENTRE AS PREFEITURAS DO GRANDE ABC / SH / CDHU (AGO/98)	Implementar as ações definidas no acordo da Câmara do Grande ABC Habitação 98: - Regularização Fundiária; - Substituição de moradias; - Reassentamento de apoio a Programas Municipais de Urbanização Integrada; - Reassentamento de famílias de áreas de mananciais.	Atenção a totalidade das metas do acordo: - 3500 famílias em áreas da CDHU – Programas de Regularização Fundiária. - 2000 unidades no mínimo para reassentamento de apoio a programas municipais de Urbanização Integrada. - 4000 unidades no mínimo para famílias de áreas de mananciais.	- Prefeituras Municipais; - Consórcio; - SH/CDHU; - Responsáveis pela Infra-Estrutura (Sabesp/Eletropaulo/ Concessionárias locais); - Ministério Público; - SMA/órgãos licenciadores; - Associações Comunitárias; - Responsáveis pelos Programas Sociais complementares (Saúde, Educação, Trabalho, etc.); - EE5.	CURTO/ MÉDIO	SH/CDHU: - Recursos para construção e/ou melhoria de unidades habitacionais/melhorias urbanas. Prefeituras Municipais: - Obtenção / disponibilização de terrenos no âmbito dos Programas de Urbanização Integrada e de Recuperação de Mananciais. Demais Agentes: - Implantação de Infra-Estrutura, equipamentos públicos, etc.	- Programas viabilizados; - N.º de famílias atendidas; - N.º de núcleos subnormais recuperados
BANCO DE DADOS DE INFORMAÇÃO HABITACIONAL PARA A REGIÃO DO	Montagem de um sistema de informações habitacionais para a região do Grande ABC, passível de	a) Estabelecimento de indicadores quantitativos (produção,	- EE4 (Diversificação e Fortalecimento das Cadeias Produtivas); - Prefeituras	CURTO/MÉDIO	- Disponibilização de recursos iniciais para a	- Edição de relatório preliminar; - Grau de

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/ Metas	Agentes/Parceiros/ Interfaces	Prazo	Recursos	Indicadores para Avaliação
GRANDE ABC	integração ao Sistema de Informações do Projeto Billings e ao SIG – Sistema de Informações de Geográfico.	necessidades habitacionais, etc.) e qualitativos (legislação específica, mecanismos, instrumentos operações urbanas, etc.) relacionados às políticas habitacional e urbana; b) Monitoramento e planejamento das ações; c) Identificação das áreas e/ou operações urbanas que possibilitem intervenções habitacionais; d) Articulação das ações Municipais e regionais (Municípios, Consórcio, Câmara, Estado, Comitês e Sub-comitês de Bacia, etc.).	Municipais da Região do ABC incluindo São Paulo; - Consórcio ABC; - Sub-Comitê Billings / Tamanduateí; - Comitê do Alto Tietê; - CDHU/SH; - SMA; - SABESP, Eletropaulo, concessionárias locais; - Universidades.		montagem, alimentação e operação do Banco de Dados. A elaborar com o apoio do EE4 – Agência de Desenvolvimento.	integração ao SIG e ao Sistema de Informações do Projeto Billings.
POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL VINCULADA À	1) Propor intervenções habitacionais articuladas às intervenções urbanas de qualificação do	a) Articulação da ação habitacional às políticas de desenvolvimento	- EE2 (Sustentabilidade das Áreas de Mananciais); - EE5 (Ambiente	MÉDIO/ LONGO	- Composição de recursos públicos (Estaduais e	- N.º de intervenções habitacionais

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/ Metas	Agentes/Parceiros/ Interfaces	Prazo	Recursos	Indicadores para Avaliação
ESTRUTURAÇÃO URBANA E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	ambiente definidas no EE5 – Ambiente Urbano de Qualidade.	urbano e ambiental definidas para as áreas: - Degradadas e/ou desocupadas e/ou subutilizadas; - Residenciais a serem requalificadas; - Vinculadas à política de recuperação ambiental e à proteção e recuperação das áreas de mananciais. b) Viabilização das operações conjuntas entre municípios, órgãos estaduais (CDHU, SABESP, SMA, etc.) e iniciativa privada; c) Viabilização de alternativas de financiamento e de obtenção de recursos, meios e novas metodologias para implementação dos projetos e programas	Urbano de Qualidade); - Prefeituras Municipais da região do ABC incluindo São Paulo; - Consórcio ABC; - Sub-Comitê Billings-Tamanduateí; - Comitê do Alto Tietê; - CDHU/SH; - SMA/órgãos licenciadores; - Ministério Público; - SABESP, Eletropaulo, concessionárias locais de infra-estrutura; - Comunidades locais; - Movimentos de Moradia; - Sociedade Civil/ONG's; - Parcerias com empresas e universidades.		Municipais) e privados a ser definida em cada operação/intervenção habitacional; - Obtenção de financiamento de fontes nacionais e/ou internacionais para as operações / intervenções habitacionais a serem viabilizadas.	estruturadas - Abrangência das intervenções - N.º de famílias atendidas; - N.º de núcleos recuperados - Criação de mecanismos institucionais específicos; - N.º de Acordos estruturados e grau de implementação e dificuldades encontradas - Parcerias viabilizadas; - Fontes de financiamento obtidas.

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/ Metas	Agentes/Parceiros/ Interfaces	Prazo	Recursos	Indicadores para Avaliação
		definidos; d) Definição das bases de novo Acordo Regional (recursos, parcerias, etc.) para viabilizar as intervenções definidas.				
POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL VINCULADA À ESTRUTURAÇÃO URBANA E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	2) Articular as intervenções habitacionais e de requalificação do ambiente com programas de promoção social e econômica da população.	a) Implementação de ações complementares articuladas aos programas integrados de inclusão social: - Saúde; - Educação; - Assistência Social; - Desenvolvimento Econômico. A DETALHAR / ARTICULAR COM AS AÇÕES PROPOSTAS PELOS DEMAIS SUBGRUPOS DO EE7. Com ênfase à Lei específica .	- Demais subgrupos do EE7; - Prefeituras Municipais da região do ABC incluindo São Paulo; - Consórcio ABC; - Órgãos municipais e estaduais responsáveis pelas políticas sociais: Educação, Saúde, Segurança, Trabalho, Promoção Social e Econômica; - Comunidades locais; - Movimentos de Moradia; - Sociedade Civil/ONG's; - Parcerias com empresas e universidades.	PERMANENTE	- Composição de recursos públicos e privados a ser definida em cada operação/intervenção habitacional.	Indicadores de melhoria das condições de inserção social e urbana da população tais como: - Saúde/condições sanitárias; - (Re)Qualificação profissional/Educação; - Renda; - Fixação da população nos locais de moradia e/ou de reassentamento, etc.;

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/ Metas	Agentes/Parceiros/ Interfaces	Prazo	Recursos	Indicadores para Avaliação
						- Segurança.

PROGRAMA: SEGURANÇA PÚBLICA

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/ Metas	Agentes Parceiros Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
Plano de incremento da Polícia Civil	Completar os claros no efetivo da Polícia Civil	Contratação e formação de R.H. para as vagas existentes	Governo do Estado-Secretaria de Segurança	1 ano curto	Orçamento do Estado	Quadros completos
	Reformar Cadeias	Melhoria das condições de atendimento	Governo do Estado Prefeituras Iniciativa Privada	6 meses curto		Cadeias Reformadas
	Construir de 4 Cadeias (2000 Vagas)	Ampliação da capacidade e condições de atendimento	Governo do Estado	2 anos curto	Orçamento do Estado	Cadeias construídas e em funcionamento
	Modificar a legislação que determina o número de policiais que cabe a cada	Ampliação da capacidade de atendimento	Governo do Estado/ Deputados/ Prefeituras/ Polícias	1 ano para aprovação curto	Orçamento do Estado	Lei aprovada

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/ Metas	Agentes Parceiros Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
	Município			2 anos para aplicação curto		Quadro completo
	Constituir comissões municipais para imediata liberação dos pátios de recolhimento de veículos	Manutenção dos pátios em condições operacionais, propiciando condições imediatas para liberação dos veículos, promovendo leilões quando o pátio estiver com 30% da capacidade	Polícia Civil e Militar/ Prefeituras/ Sociedade Civil/ Outros Órgãos	6 meses curto	Humanos	Efetivação do Leilão quando o pátio estiver com 30% de sua capacidade
	Aumentar o n.º de Delegacias e de Delegacias com plantão 24 horas	Ampliação da capacidade e de condições de atendimento nas 24 horas/ dia	Estado/ Prefeituras/ Iniciativa Privada	2 meses para levantamento		Levantamento executado
				6 meses projeto		projetos prontos
				2 anos curto		Delegacias em operação
Plano de incremento da Polícia Militar	Divulgar e implantar o Projeto de Polícia Comunitária	Implantação do Projeto, visando aproximar a polícia e a população, como medida de aumento de eficiência	Polícia Militar/ Prefeituras/ Comunidade	Em implementação o dependendo da necessidade curto	Humanos e Financeiros	30 Bases na Região
	Completar os claros no efetivo da Polícia Militar	Contratação e formação de R.H. para as vagas existentes	Governo do Estado- Secretaria de Segurança	1 ano curto	Escola de Formação de soldados de São Caetano do Sul	Quadros completos
	Modificar a legislação que determina o número de policiais militares que cabe a cada Município	Ampliação da capacidade de atendimento	Governo do Estado/ Deputados/ Prefeituras/ Polícias	1 ano para aprovação curto	Orçamento do Estado	Lei aprovada
				2 anos para		

Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/ Metas	Agentes Parceiros Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
				aplicação curto		Quadros completos
	Equipar policiamento com GPS e Helicóptero	Aumento da cobertura do Policiamento com apoio de equipamentos tecnológicos modernos	Governo do Estado Prefeituras Parceria com Iniciativa privada	1 ano curto	GPS (custo 500 mil dólares)	Maior efetividade
Campanhas Educativas	Divulgar e ampliar a cobertura do PROERD	Aumento da cobertura do PROERD	Jornal/ TV/ Delegacias de Ensino/ Secretarias Municipais de Educação/ Iniciativa Privada	Permanente curto	Humanos e Financeiros e Meios de Comunicação	5 mil crianças/ ano
	Promover campanha educativa AIDS	Prevenção da AIDS	Estado/ Prefeituras/ Fórum da Cidadania/ Iniciativa Privada	6 meses para projeto curto	Humanos e Financeiros e Meios de Comunicação	Redução dos indicadores de evolução da Síndrome
				Campanha periódica		
	Promover campanha educativa sobre uso de armas	Controle/eliminação do uso indevido de armas	Estado/ Prefeituras/ Fórum da Cidadania/ Iniciativa Privada	6 meses para projeto curto	Humanos e Financeiros e Meios de Comunicação	Aumento dos índices de desarmamento
				Campanha periódica		
	Promover campanha para uso correto dos fones de emergência	Eliminação do grande índice de trotes e informações incompletas que provocam transtornos no pronto atendimento	Estado/ Prefeituras/ Fórum da Cidadania/ Iniciativa Privada	6 meses para projeto curto	Humanos e Financeiros e Meios de Comunicação	Aumento dos índices de atendimento
				Campanha periódica		
	Promover campanha educativa no combate aos acidentes de trânsito	Redução de acidentes de trânsito	Estado/ Prefeituras/ Fórum da Cidadania/ Iniciativa Privada	6 meses para projeto curto	Humanos e Financeiros e Meios de Comunicação	Diminuir os índices de acidentes
				Campanha periódica		

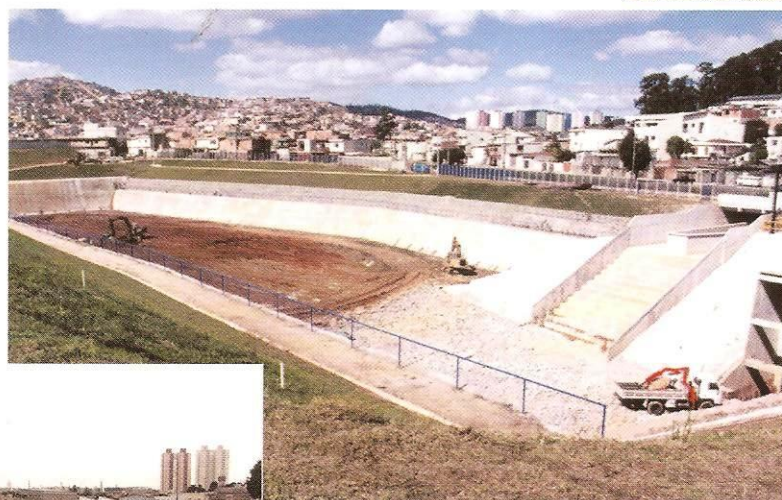
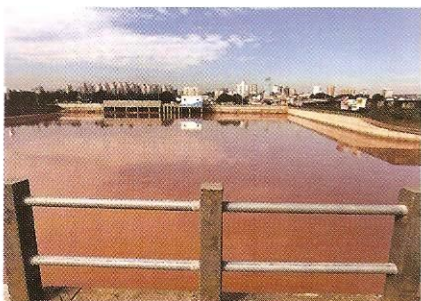
Subprogramas	Ações Estratégicas	Objetivos/ Metas	Agentes Parceiros Interfaces	Prazos	Recursos	Indicadores para Avaliação
	Promover campanha educativa antidrogas	Combate do uso das drogas	Estado/ Prefeituras/ Fórum da Cidadania/ Iniciativa Privada	6 meses para projeto curto Campanha periódica	Humanos e Financeiros e Meios de Comunicação	
Serviços de apoio	Incrementar o serviço de guincho	Rápida liberação dos policiais que ficam retidos até a remoção dos veículos	Prefeituras Parcerias	curto	Recursos Humanos	Plano Gerencial
	Promover fiscalização conjunta do comércio informal	Impedimento do comércio de produtos não licenciados	Polícia Militar Fiscalização Municipal	Permanente curto	Recursos Humanos	Plano Gerencial
	Incrementar o serviço de ambulâncias	Rápida liberação dos policiais que ficam retidos até a remoção das vítimas	Prefeituras Parcerias	curto	Recursos Humanos	Plano Gerencial
	Criar comissão para rever posturas para obrigatoriedade do uso de uniforme escolar	Identificação do estudante	Governo do Estado/ Prefeituras/ Sindicato dos Professores/ APMs	1 ano curto	Recursos Humanos	Redução da violência nas escolas
	Promover fiscalização conjunta de bares, casas noturnas e similares	Impedimento do comércio de produtos não licenciados	Polícia Militar Fiscalização Municipal	Permanente curto	Recursos Humanos	Plano Gerencial



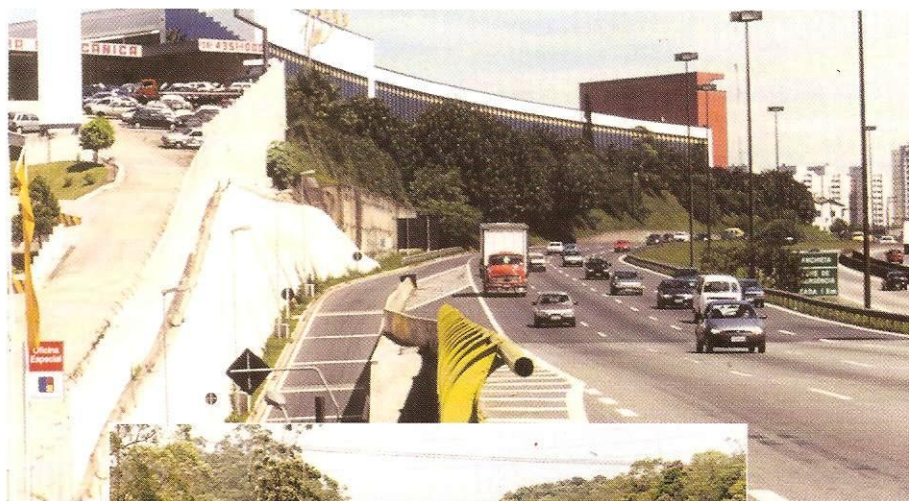
Conquistas Concretas



Os pisciões de Mauá, Diadema,
São Bernardo do Campo e
Santo André.



Obras de
complementação de
quatro trevos na Via
Anchieta e a construção
de faixas adicionais na
Rodovia Índio Tibiriça.



CONSORCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC

